



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA-UESB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – DCSA
COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

MIQUELINE LEITE COSTA

**EVOLUÇÃO DO EMPREGO: IMPACTO DAS POLÍTICAS
ECONÔMICAS ANTICÍCLICAS NO MERCADO DE TRABALHO
FORMAL BRASILEIRO NO PERÍODO 2008-2011**

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
2018**

MIQUELINE LEITE COSTA

**EVOLUÇÃO DO EMPREGO: IMPACTO DAS POLÍTICAS
ECONÔMICAS ANTICÍCLICAS NO MERCADO DE TRABALHO
FORMAL BRASILEIRO NO PERÍODO 2008-2011**

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Economia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do grau de Bacharel em Economia.

**Orientador: Prof. Me. Marcos Antônio
Tavares Soares**

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
2018

C874e

Costa, Miqueline Leite.

Evolução do emprego: impacto das políticas econômicas anticíclicas no mercado de trabalho formal brasileiro no período 2008-2011. / Miqueline Leite Costa, 2018.

92f.

Orientador (a): Me. Marcos Antônio Tavares Soares.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2018.

Inclui referências. F. 87 – 92.

1. Desemprego – Mercado de trabalho. 2. Políticas econômicas. I. Soares, Marcos Antônio Tavares. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. III. T.

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890

UESB – Campus Vitória da Conquista - BA

MIQUELINE LEITE COSTA

**EVOLUÇÃO DO EMPREGO: IMPACTO DAS POLÍTICAS
ECONÔMICAS ANTICÍCLICAS NO MERCADO DE TRABALHO
FORMAL BRASILEIRO NO PERÍODO 2008-2011**

Trabalho monográfico apresentado ao
Curso de Ciências Econômicas da
Universidade Estadual do Sudoeste da
Bahia, como requisito para aprovação na
disciplina Monografia II e obtenção do
grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em 11/ 06/ 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof^o Me. Marcos Antônio Tavares Soares
Orientador

Prof^a Dr. Roberto Paulo Machado Lopes
Examinador

Prof^o Dr. Vinícius Correia Santos
Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por tudo, pela experiência de estar na Universidade e concluir o curso. Por todas as coisas boas que presenciei e pessoas maravilhosas que conheci nesses cinco anos. Agradeço também pela força que obtive de tantas pessoas nessa etapa final.

Agradeço a minha família. Aos meus pais, Jorge e Maria, avós, Cornélio e Isaura, irmãs, Jaqueline, Jussara e Liliane, que sempre estiveram comigo, cada um a seu jeito possibilitou que o percurso, a distância, não se constituíssem empecilhos, pelo contrário, sempre soube que este era o melhor caminho pela força que obtive de cada um deles. Agradeço ao meu noivo, Ivo, que sempre acreditou em mim, me incentivou em todos os momentos e, principalmente, nos que mais precisei.

Agradeço ao professor Marcos Tavares, responsável pela orientação deste trabalho, me deu todo o suporte com suas correções e incentivos, além disso, contribuiu motivando a continuar quando na etapa final tudo parecia incerto. Acreditou que era possível, bastava apenas um esforço maior e realmente foi possível. Obrigada!

Também sou grata ao corpo docente do Curso de Ciências Econômicas da UESB, foi uma longa jornada e a presença de cada um foi imprescindível para a minha construção como pessoa e profissional que almejo ser a partir daqui.

Aos colegas, amigos, que estiveram comigo dividindo cada momento, às pessoas que conheci antes da graduação ou durante a graduação e, principalmente, aos que permanecerão após este período, obrigada a todos.

RESUMO

O desemprego, um fenômeno moderno que surge após o processo de assalariamento da força de trabalho, logo, um fenômeno próprio das economias capitalistas, tem sido um problema econômico e social recorrente entre as nações desenvolvidas e, principalmente, entre as nações subdesenvolvidas. O presente trabalho teve como objetivo investigar o impacto das políticas econômicas anticíclicas no mercado de trabalho formal brasileiro no período 2008-2011, focalizando especialmente os efeitos das políticas macroeconômicas adotadas pelo governo federal para fazer frente a grande crise econômica de 2008 e os seus efeitos nos anos posteriores. A metodologia utilizada foi o método hipotético-dedutivo. Assim, foi realizada a revisão de literatura buscando compreender a questão do (des) emprego via o pensamento liberal, de K. Marx, M. Kalecki e Keynesiana. Para a compreensão da problemática do emprego no Brasil foi analisada a literatura especializada sobre mercado de trabalho brasileiro e também se utilizou dos dados do IBGE, IPEA e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Resultados: verificou-se que depois de um processo de estruturação do mercado de trabalho, entre 1940 e 1980, o país passou por um período de desestruturação do mercado de trabalho que foi de 1990-2004, e na sequência se retoma o processo de estruturação entre 2005 e 2011. Mesmo com a crise iniciada em 2008 o país logrou resultados positivos nos indicadores que tratam da geração de emprego, formalização e aumento real da renda média do trabalho.

Palavras-chave: Mercado de Trabalho; Desemprego; Políticas Econômicas.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Economia Brasileira: Síntese de Indicadores Macroeconômicos - 1946-1973 (médias anuais por período)	30
Tabela 2 – População Brasileira, Urbana, População Economicamente Ativa- PEA e PEA ocupada, 1940 a 1985	32
Tabela 3 – Brasil – Evolução da População Economicamente Ativa, da condição da ocupação e do desemprego entre 1940 e 2000. (variação média anual).....	33
Tabela 4 – Economia brasileira: Síntese de indicadores Macroeconômicos - 1974-1989 (médias anuais por período).	36
Tabela 5 – Taxa de desemprego aberto no Brasil – período 1981-1989	37
Tabela 6 - Economia Brasileira: Síntese de indicadores Macroeconômicos – 1990 – 1998 (médias anuais por período).....	43
Tabela 7 - Taxa de Variação da População Ocupada segundo Diversas Características (%)	45
Tabela 8 – Taxa de desemprego - (%)	46
Tabela 9 - Economia Brasileira: Síntese de indicadores Macroeconômicos - 1999-2006 (médias anuais por período)	48
Tabela 10 – Taxa de desemprego –2001 a 2007 (%)	51
Tabela 11 – Saldo Admissões e Dispensas CLT- 2001 a 2007 (valores absolutos).....	52
Tabela 12 – PIB (%) – países selecionados	56
Tabela 13 - Desemprego (%) - países selecionados	58
Tabela 14 - Balança Comercial (U\$\$ bilhões)	59
Tabela 15 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupada na semana de referência - %	67
Tabela 16 - Evolução do rendimento real médio, segundo posições na ocupação (2004-2011)	70
Tabela 17 - Tamanho do PBF.....	71
Tabela 18 - Medidas de Desoneração e Aumento dos Gastos Fiscais no Brasil em 2009 – Desonerações	75
Tabela 19 – Aumento dos Gastos Fiscais	76
Tabela 20 – Total geral	76
Tabela 21 – Juros Reais	77
Tabela 22 - Elasticidade ocupação- produto (2007/2011).....	81

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxa de Juros Mensal Anualizada – Selic (%) jan. de 1995 a nov. de 1998.	44
Gráfico 2 – Produto Interno Bruto – PIB – China (Taxa de crescimento real - %)	61
Gráfico 3 – Brasil - Número de empregos formais, segundo RAIS Período de 1985 a 2016	68
Gráfico 4 – Brasil – Saldo de empregos formais, segundo RAIS Período de 2003 a 2016	69
Gráfico 5 - Taxa de crescimento de indicadores fiscais do Governo 2007 e 2009	77
Gráfico 6 – Participação Relativa dos Bancos Públicos, Privados Nacionais e Estrangeiros no Aumento do Crédito – out 2008/ dez 2009	78
Gráfico 7 – PIB e Desemprego	79

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Medidas anticíclicas no Brasil- crise 2008	74
--	-----------

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
1. TEORIAS SOBRE O EMPREGO NO CAPITALISMO	04
1.1 Karl Marx e a questão do emprego no capitalismo	04
1.2 Michal Kalecki e a questão do emprego no capitalismo	08
<i>1.2.1 Os gastos do governo na visão kaleckiana</i>	<i>10</i>
1.3 John Maynard Keynes e a questão do emprego no capitalismo	14
<i>1.3.1 Propensão a consumir e expectativas para Keynes</i>	<i>15</i>
<i>1.3.2 Gastos do governo na visão Keynesiana</i>	<i>17</i>
1.4 A relação entre as teorias sobre emprego apresentadas por Keynes, Kalecki e Marx	18
1.5 Economistas liberais e a questão do emprego no capitalismo.....	20
2. A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL: 1940 A 2007 ..	27
2.1 A evolução do mercado de trabalho no Brasil: 1940 a 1989	27
2.2 Evolução do mercado de trabalho brasileiro na década de 1990	38
2.3 Evolução do Mercado de Trabalho, 2000 a 2007	47
3. IMPACTO DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL BRASILEIRO 2008/2011.....	54
3.1 A crise de 2008, impactos no PIB, desemprego e Balança Comercial do Brasil e países selecionados.....	54
<i>3.1.1 Crise, queda do fluxo de comércio exterior e o aumento das taxas de desemprego nas economias capitalistas</i>	<i>57</i>
3.2 Políticas Anticíclicas	62
3.3 Impactos das políticas anticíclicas no mercado de trabalho brasileiro durante a crise econômica.....	65
3.4 Políticas anticíclicas no Brasil na Crise de 2008.....	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
REFERÊNCIAS	87

INTRODUÇÃO

O desemprego, um fenômeno moderno que surge após o processo de assalariamento da força de trabalho, logo, um fenômeno próprio das economias capitalistas, tem sido um problema econômico e social recorrente entre as nações desenvolvidas e, principalmente, entre as nações subdesenvolvidas. Com o desemprego, muitos trabalhadores são levados a desempenhar trabalhos precários, que às vezes não os fornecem nem as condições mínimas de sobrevivência.

Na abordagem de Marx (2013) as oscilações na produção, decorrente do processo de desenvolvimento da indústria mecanizada, e nesse sentido entende-se as crises no sistema capitalista, impõe condições difíceis aos trabalhadores. Instabilidade e insegurança que não se limitam as condições de ocupação, as quais interferem no dia-a-dia e permanecem como condições normais vivida pelo trabalhador.

O desemprego no Brasil, após relativa estabilidade nas taxas durante toda a década de 1970, média de 2%, aproximadamente (IPEADATA, 2018) enquanto o PIB crescia, passa por crescimento nas taxas durante os anos iniciais de 1980 e também após a implantação do plano Real em 1990, período onde as taxas médias de crescimento do PIB se mantiveram pequenas se comparadas a todo o período que vai de 1940 a 1970 e também a média do PIB de 2003 a 2011. A partir de 2014, novamente, o desemprego passa a ter aumento nas taxas. Atinge milhões de pessoas.

Diante das altas e baixas nas taxas de desemprego, durante o período 1940 a 2011, faz-se essencial entender a causa do problema para que um “diagnóstico” correto seja apresentado de modo a poder contribuir para orientar políticas econômicas futuras.

Algumas escolas econômicas consideram o “fenômeno” do desemprego como um problema intrínseco ao capitalismo, outras de escolhas de políticas econômicas adotadas pelos governos, outras, por sua vez, o consideram como decorrente de aspectos isolados.

Nesse sentido, como forma de entender a questão do desemprego, levou-se em consideração escolas do pensamento e teorias de relevância, conforme apresentação no capítulo 1, a abordagem do pensamento de Karl Marx, Michal Kalecki, John Maynard Keynes e, seguindo a linha do pensamento liberal, nomes como Ludwig Von Mises, Milton Friedman, e Roberto Campos, aqui no Brasil. O objetivo aqui é analisar como o desemprego é apresentado na visão desses autores e quais soluções são expostas diante do problema de baixo crescimento econômico.

Na perspectiva da crise de 2008, uma conjuntura de crise econômica mundial, talvez a maior do capitalismo, em que na maioria dos países os indicadores do mercado de trabalho se deterioravam, no Brasil tais indicadores se mantinham positivos. Diante desse quadro econômico controverso, surge a questão: quais políticas econômicas podem ter contribuído para os resultados positivos na economia brasileira e no mercado de trabalho?

A hipótese levantada que orientou o trabalho foi a seguinte: as políticas anticíclicas adotadas pelos governos Lula no período 2008 a 2010 e Dilma em 2011 permitiram o país manter a expansão da economia com geração de emprego.

O objetivo geral, como forma de responder ao problema abordado, buscou analisar a adoção das políticas econômicas anticíclicas pelo governo e o impacto dessas políticas no mercado de trabalho formal brasileiro no período 2008 a 2011.

Nos objetivos específicos, a pesquisa procurou o seguinte: a) abordar algumas teorias sobre o emprego no capitalismo; b) analisar a evolução do mercado de trabalho brasileiro, de 1940 até 2007; c) compreender o impacto das políticas econômicas anticíclicas adotadas nos períodos 2008/2011 em relação ao mercado de trabalho formal brasileiro.

Além desta introdução e das considerações finais, este trabalho foi estruturado em três capítulos: no primeiro deles é abordado e discutido a questão do emprego na visão dos autores anteriormente citados, Marx, Kalecki, Keynes, Ludwig Von Mises, dentre outros. O objetivo, conforme mencionado, é analisar como o desemprego é apresentado na visão desses autores e quais soluções são expostas diante do problema de baixo crescimento econômico.

No segundo capítulo, a análise se concentra na evolução do mercado de trabalho brasileiro, inicialmente dos anos 1940 a 1989, período esse que predominou políticas desenvolvimentistas com forte atuação do estado na economia; na sequência o foco será os anos de 1990, quando foram adotadas em larga medida as políticas neoliberais. Por último, chega-se aos anos 2000, quando se observa flexibilizações das políticas econômicas adotadas na década anterior. Além da pesquisa bibliográfica, serão apresentados neste segundo capítulo dados de alguns indicadores econômicos e também do mercado de trabalho para o período.

No último capítulo será analisado a crise internacional iniciada nos Estados Unidos, a partir de 2008, crise que afeta a maioria dos países, porém em proporções diferentes e onde políticas anticíclicas de acordo as defendidas por Keynes foram adotadas aqui no Brasil.

Quanto a Metodologia utilizada durante todo o desenvolvimento do trabalho, optou-se pelo método de abordagem hipotético-dedutivo. No método de abordagem hipotético-dedutivo, apresentado em Gil (2008) conforme o enfoque de Popper, se expressa que o conhecimento

sobre determinado fato pode mostrar-se insuficiente e gerar questionamentos, estes direcionam a formulação de problema que poderá ser investigado.

Após o problema, cria-se idéias, ou hipóteses, resoluções provisórias para o problema que no decorrer do estudo passarão pelo processo de falseamento. A busca não será confirmar a hipótese e sim procurar “[...] evidências empíricas para derrubá-la” (GIL, 2008, p.12). Por fim, caso se verifique a confirmação ao invés do falseamento, aceita-se a hipótese como verdadeira, “[...] a hipótese mostra-se válida, pois superou todos os testes, mas não definitivamente confirmada, já que a qualquer momento poderá surgir um fato que a invalide” (GIL, 2008, p.12).

No método de procedimento, realizou-se uma revisão da literatura com o propósito de compreender o fenômeno do emprego e desemprego da força de trabalho no capitalismo como também as questões pertinentes a economia brasileira e a evolução do mercado de trabalho.

Nas técnicas de pesquisa foram utilizados dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, Ministério do Trabalho e Emprego (Relação Anual de Informações Sociais-RAIS e Cadastro Geral de Emprego e Desemprego- CAGED), Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada- IPEA, entre outros.

A utilização da base de dados permitiu elaborar os dados sobre o emprego no Brasil em cada período, assim como os rendimentos médios, estrutura da ocupação, taxas de ocupação e outros indicadores do mercado de trabalho e economia no Brasil.

Na última parte do trabalho será apresentado as considerações finais com os resultados e as contribuições necessárias para a construção de soluções por parte de órgãos públicos ou contribuições para novos trabalhos sobre o tema proposto.

1. TEORIAS SOBRE O EMPREGO NO CAPITALISMO

O mercado de trabalho pode ser entendido, na visão de Marx (2013) como o lugar onde o processo de compra e venda da força de trabalho acontece. Onde por um lado se encontra o detentor dos meios de produção e por outro o trabalhador, que só dispõe da força do seu trabalho e está sujeito as condições definidas no mercado, caso estas sejam ditadas exclusivamente por este.

Segundo Ferreira e Fracalanza (2006, p. 251) na visão de Marx “[...] o mercado de trabalho não é um mercado qualquer. A força de trabalho não é uma mercadoria qualquer, e o mercado de trabalho se constitui em um espaço de luta política entre capital e trabalho”

Keynes (1996) e Kalecki (1977a) partindo do princípio da demanda efetiva na economia, sinalizam como as relações de consumo, investimento, gastos governamentais, possibilitam manter o crescimento econômico com geração de emprego. Outras variáveis como expectativas, em Keynes (1996) e distribuição de renda em Kalecki (1977a) também são apresentadas como de suma importância para a realização da demanda.

No pensamento liberal, o desemprego é decorrente da participação do Estado na economia através da fixação de salários e associado a isso, trabalhadores que não estão dispostos a aceitar salários abaixo dos salários fixados pelo governo, o que impossibilitam o equilíbrio através do auto ajuste do mercado.

Essas visões serão apresentadas no decorrer das próximas seções, momento no qual se buscará compreender, à luz desses pensadores, a problemática do emprego e desemprego dos trabalhadores nas economias capitalistas.

1.1 Karl Marx e a questão do emprego no capitalismo

O sistema capitalista, sistema sobre o qual as relações entre políticas econômicas e mercado de trabalho foram analisadas neste trabalho, só pode ser constituído, segundo Marx (2013), à medida que as relações de produção e de trabalho passaram por transformações. Nesse sentido, “[...] mediante a existência de uma massa de ‘trabalhadores livres’ (isto é, desprovida de meios de trabalho) e de descobertas tecnológicas, o capitalismo pôde ‘nascer’ e se desenvolver nas sociedades ocidentais” (MARX, 2013, p.72).

No capitalismo tudo passa a constituir-se como mercadoria, conforme Araújo (1998), “Antes do capitalismo já existiam sociedades mercantis, uma vez que muitas delas se

dedicavam ao comércio, mas só no capitalismo há a generalização da mercadoria, isto é, tudo se torna mercadoria inclusive a força de trabalho” (ARAÚJO, 1998, p.56). Se assim não fosse, haveria a permanência de modelos anteriores, porém, conforme Marx (2013) “O sistema inteiro da produção capitalista baseia-se no fato de que o trabalhador vende sua força de trabalho como mercadoria” (MARX, 2013, p.612).

Nesse contexto, Marx (2013) alerta que para que a força de trabalho se tornasse a força propulsora do processo de acumulação capitalista foi necessária uma mudança que não se deu de forma natural, pelo contrário, “Na história da acumulação primitiva [...] grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres” (MARX, 2013, p.963).

Após a organização da sociedade capitalista, com o processo primitivo de acumulação, chega-se, mais tarde, a uma forma de acumulação em escala ampliada, “[...] os métodos de produção do mais-valor são, ao mesmo tempo, métodos de acumulação, e toda expansão da acumulação se torna, em contrapartida, um meio para o desenvolvimento desses métodos” (MARX, 2013, p.876). Há uma concentração do capital nas mãos dos proprietários dos meios de produção, isso em razão da exploração do trabalho, e cria-se uma dependência dos trabalhadores ofertarem sua força no mercado para que o processo de acumulação se concretize.

A história da acumulação primitiva apresenta o processo no qual a sociedade capitalista se estruturou, onde se observam relações de propriedade entre os usurpadores dos meios de produção e, por isso, detentores do poder de propriedade dos meios de produção e de subsistência, e os que foram violentamente expropriados da base fundiária e dos meios de trabalho em geral, só dispendo, depois dos episódios conhecidos como acumulação originária, da força de trabalho como forma de garantir a sua sobrevivência e da sua família (SOARES, 2008, p.46).

Se em épocas pré-capitalistas a força de trabalho disponível determinava o quanto se produzia, por outro lado a carência dessa força poderia travar o processo produtivo. Nos moldes capitalistas o problema foi revertido de acordo aos “dizeres” do capital, criou-se um excedente de força de trabalho de forma que as pressões do excedente, chamado por Marx de “exército industrial de reserva”, passam a atuar pressionando cada vez mais os salários para baixo. Mantém-se o processo de acumulação e valorização do capital.

O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, ao mesmo tempo que, inversamente, esta última exerce, mediante sua concorrência, uma pressão aumentada sobre a primeira, forçando-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. A

condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada em razão do sobretabalho da outra parte, e vice-versa, torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual, ao mesmo tempo que acelera a produção do exército industrial de reserva num grau correspondente ao progresso da acumulação social (MARX, 2013, p.864).

Nos períodos de estagnação, o exército industrial de reserva pressiona o exército ativo de trabalhadores e isso se traduz em baixa nos níveis salariais; nos períodos de superprodução, por outro lado, ele barra suas pretensões de aumentos salariais, que são contidas com o emprego da força reserva.

O sistema constantemente se beneficia com a existência de um exército industrial de reserva, enquanto que os trabalhadores ficam vulneráveis, tanto nos períodos de prosperidade, mesmo que em condições melhores, quanto nos períodos de estagnação da produção. Desse modo, desemprego, salários próximos do nível de subsistência e pobreza podem ser entendidos como resultados inerentes da dinâmica do regime de acumulação de capital que impõe um modo de funcionamento para o mercado de trabalho.

No momento da expansão econômica [...] os salários tendem a subir acima do nível de subsistência. Quando a folha de salário se eleva muito, ela pode deprimir o lucro [...] a mais-valia diminuirá. A tendência será, então, substituir homens por máquinas ou simplesmente não investir. No caso da substituição de homens por máquinas, há sempre um esforço no sentido de aumentar a produtividade e baixar o custo de reprodução da força de trabalho (mais-valia relativa). No segundo caso, há simples desemprego. As máquinas páram. Em ambos os casos, o exército industrial de reserva, que é inerente ao sistema capitalista, aumenta [...] É esta dupla competição que explica o aumento do capital constante (c) com relação ao variável (v) e o conseqüente aumento da composição orgânica do capital, bem como a inovação tecnológica (ARAÚJO, 1998, p.70).

Conforme alerta Araújo (1998), no processo produtivo, principalmente com o desenvolvimento das forças produtivas, o capital constante, máquinas e equipamentos, é inserido de forma a aumentar a produtividade do capital variável, força de trabalho, e atender as necessidades de ampliação das plantas produtivas com produções cada vez maiores.

Com a diminuição da reserva de trabalhadores, caso as máquinas não fossem utilizadas, haveria pressão para cima nos salários o que diminuiria a escala de valorização do capital, porém “Toda a forma de movimento da indústria moderna deriva, portanto, da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em mão de obra desempregada ou semi-empregada” (MARX, 2013, p. 860).

Com as mudanças decorrentes, principalmente da abertura de mercados, concorrência capitalista, houve uma alteração na “composição orgânica do capital¹”: cada vez mais força humana foi sendo deslocada para outros setores ou sendo substituídas por máquinas. Ampliam-se as escalas de produção e também as proporções entre capital constante e variável utilizadas.

Ao aumentar o capital global, também aumenta, na verdade, seu componente variável, ou seja, a força de trabalho nele incorporada, porém em proporção cada vez menor [...]. Para absorver um número adicional de trabalhadores de uma dada grandeza, ou mesmo por causa da metamorfose constante que o capital antigo sofre a fim de manter ocupados os trabalhadores já em funcionamento, requer-se não apenas uma acumulação acelerada do capital total em progressão crescente. Essa acumulação e centralização crescentes, por sua vez, convertem-se numa fonte de novas variações na composição do capital ou promovem a diminuição novamente acelerada de seu componente variável em comparação com o componente constante (MARX, 2013, p.856).

No sistema capitalista, com relações de trabalho e formas de produção que beneficiam o detentor dos meios de produção, as flutuações na produção têm acontecido com cada vez mais frequência e com elas a situação se torna ainda pior para o trabalhador.

Netto e Braz (2006) analisa que numa crise econômica a maioria dos agentes são “penalizadas”, porém os grandes detentores do capital são beneficiados em relação aos trabalhadores, que são sempre os mais penalizados. “As crises não interessam a nenhum dos sujeitos sociais em presença na sociedade burguesa [...] É evidente que seus impactos atingem muito diferentemente as classes sociais; não há o mesmo custo para todos: os trabalhadores sempre pagam o preço mais alto [...]” (NETTO; BRAZ, 2006, p.163) e na expressão de Marx (2013):

A enorme capacidade, própria do sistema fabril, de expandir-se aos saltos e sua dependência do mercado mundial geram necessariamente uma produção em ritmo febril e a conseqüente saturação dos mercados, cuja contração acarreta um período de estagnação. A vida da indústria se converte numa seqüência de períodos de vitalidade mediana, prosperidade, superprodução, crise e estagnação. A insegurança e a instabilidade a que a indústria mecanizada submete a ocupação e, com isso, a condição de vida do trabalhador tornam-se normais com a ocorrência dessas oscilações periódicas do ciclo industrial. (MARX, 2013, p.640)

¹ Em Marx (2013, p. 835-836): “[...] todo capital se divide em meios de produção e força viva de trabalho; essa composição é determinada pela proporção entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho exigida para seu emprego. [...]. Onde se fala simplesmente de composição do capital, entenda-se sempre sua composição orgânica ”

Nesse contexto, as crises podem ser entendidas como decorrentes desse processo de elevada acumulação com superprodução nas fábricas, que não acompanhadas respectivamente por um aumento do consumo, pois os salários dos trabalhadores não aumentam conforme aumenta a produção, provoca um descenso no ciclo expansivo. E os trabalhadores são os maiores prejudicados diante de tal situação.

Com a presença do exército industrial de reserva, tanto os trabalhadores que se encontram ocupados quanto os trabalhadores do exército industrial de reserva são pressionados. Os primeiros são submetidos ao “sobre trabalho”, sobre o receio de ficarem desempregados e no geral sem poder reivindicar melhorias, principalmente porque o poder de reivindicação dos sindicatos é diminuído em momentos de crise, tem a situação de trabalho e salários pioradas, crescendo a insegurança e a instabilidade. Segundo Marx (2013), essas condições ao longo do tempo passariam a ser consideradas como normal, diante das constantes oscilações da indústria no capitalismo.

Em suma, as crises, o desemprego e salários precários fazem parte do processo produtivo nos moldes capitalistas. O lucro obtido através da exploração do trabalhador e das condições precárias ao qual são submetidos é também o determinante que leva, na visão de Marx (2013), ao processo de superprodução com desequilíbrios entre demanda e oferta, o que desencadeia nas crises, cada vez mais frequentes no sistema capitalista, agravando sob medida a condição do trabalhador.

Na seção 1.2, aspectos como ciclos econômicos no sistema capitalista, empregos e salários, que já foram abordados nesta seção na visão de Marx (2013) serão apresentados com base no pensamento de Kalecki (1977).

Conforme Jobim (1981, p.111), para construção de seus sistemas analíticos, e posterior desenvolvimento dos seus modelos de ciclo, demanda efetiva, por exemplo, Kalecki utilizou do embasamento teórico marxista, inclusive baseou-se nos esquemas de reprodução de Marx. Porém, Lima (1983, p.92) alerta que “Muito embora Kalecki se tenha formado no campo marxista, sua análise [...] difere consideravelmente da análise de Marx”

1.2 Michal Kalecki e a questão do emprego no capitalismo

Michal Kalecki, conforme Araújo (1988) “passou grande parte de sua vida preocupado em explicar o crescimento e os ciclos econômicos capitalistas. Neste esforço, chegará a

conclusões muito próximas as de Keynes, e o *princípio da demanda efetiva*² terá papel fundamental em toda sua obra” (ARAÚJO, 1988, p.137, grifo do autor). Assim, Kalecki (1977a) traz contribuições significativas e atuais quando se analisa os ciclos econômicos capitalistas e suas influências sobre o mercado de trabalho.

Seguindo a preocupação de desvendar e explicar os ciclos econômicos, Kalecki (1977a), analisa que na depressão ou estagnação, conforme exposto na visão de Marx (2013) seção 1.1, há uma pressão para baixo nos custos das empresas que normalmente é direcionada para os custos com salários.

A expectativa é que os custos menores levariam a receitas maiores, porém, na crise, com a tendência por parte do conjunto dos empresários em dispensar trabalhadores, esse aumento do desemprego, segundo Kalecki (1977a), provocaria diminuição da renda geral da economia, a razão principal seria a queda nos preços em resposta ao baixo consumo decorrente da diminuição dos salários.

Na abordagem de Kalecki (1977a), mesmo substituindo trabalhadores por máquinas, com vistas a aumentar a produtividade, o que parece ser a melhor alternativa na redução de custos, se a esperança do capitalista é que apenas os baixos custos resolvam o problema depressivo e leve rapidamente a uma reação, o mesmo poderá obter resultados diferentes do esperado.

Não apenas o investimento, mas também a utilização do equipamento existente não responderão imediatamente a uma melhoria de rentabilidade. Porque logo depois da redução dos salários e antes que os empresários tentem aumentar a produção com o existente equipamento de capital, dá-se a queda dos preços. Como os empresários não usam imediatamente os recursos, tirados dos trabalhadores, para comprar bens de consumo ou de investimento, a renda da indústria é reduzida no mesmo montante. O que os empresários ganham nas diminuições de salário é logo dissipado por meio do declínio dos preços (KALECKI, 1977a, p.22).

No período de expansão econômica, por outro lado, um maior consumo decorrente do aumento da renda leva a um aumento relativo nos lucros dos empresários, na mesma proporção do investimento na economia. Kalecki (1977a) deixa isso claro ao informar que, “Esse aumento geral da produção provoca uma nova elevação da rentabilidade, seguida por outra expansão da

² Um conceito Keynesiano onde o emprego de determinada quantidade de mão-de-obra pelos empresários depende de dois montantes, a saber, o gasto em consumo e em novos investimentos. Veja Keynes (1996, p.62)

atividade de investimento, uma nova criação de poder de compra, etc.” (KALECKI, 1977a, p.26).

Caso permaneça a expansão econômica, com distribuição de renda e aumento do poder de compra, o resultado desse processo expansivo será o pleno emprego da utilização da força de trabalho. Mas, conforme Kalecki (1977a), uma situação de pleno emprego, mesmo que proporcione maiores lucros e salários, não é bem visto por todos numa economia capitalista.

Nesse sentido, o emprego seria beneficiado no período expansivo pelo poder de compra adicional, ou pela maior distribuição de renda. Mas as implicações políticas decorrentes desse “maior poder” principalmente de reivindicação por parte dos trabalhadores, contraria interesses dos empresários.

Com base no texto “Aspectos Políticos do Pleno Emprego”, na próxima seção será analisada a atuação do governo na visão de Kalecki (1977a).

1.2.1 Os gastos do governo na visão kaleckiana

Conforme exposto anteriormente, o princípio da demanda efetiva e realização dessa demanda é de suma importância no pensamento de Kalecki (1977a) e, para se atingir esse objetivo, assim como na visão de Keynes (1996), o governo tem importância fundamental, principalmente nos momentos de desaceleração econômica.

Kalecki (1977a) analisa que quando o governo atua na economia por meio de aumento dos gastos ele favorece a realização da demanda o que leva os empresários a permanecerem investindo. Mantendo-se essa tendência, a cada período o investimento será maior, com consequente aumento do emprego do fator trabalho na produção.

Em decorrência do lucro os empresários aumentam seu consumo e investimento, variáveis que os empresários podem decidir, ao contrário da renda (KALECKI, 1977a). Um poder de compra provocado pelo governo de início criaria estímulos que naturalmente, sem a intervenção do governo, provavelmente não seria possível, se o setor privado não visualizasse condições propícias ao investimento (KALECKI, 1977a).

Os estímulos decorrentes dos gastos do governo acabam por se transformar em mecanismos que incentivam a continuidade do investimento pelo setor privado, mas para que isso aconteça Kalecki (1977a, p. 28) afirma que “a pré-condição para o sucesso da intervenção governamental - e também da recuperação natural - [é] a possibilidade de suprir a acrescida demanda por créditos através do sistema bancário, sem aumentar demais as taxas de juros”.

Sobre os problemas que dificultam a realização da demanda e, nesse caso, a manutenção de taxas elevadas de emprego dos fatores de produção na economia, Kalecki (1977a) aborda que uma situação de pleno emprego só seria possível através da intervenção do governo na economia.

Com pleno emprego capitalistas e trabalhadores seriam beneficiados, por um lado haveria maiores lucros, maiores investimentos e por outros melhores salários. Porém, haverá por parte dos capitalistas uma clara oposição a isso, em razão da:

[...] reprovação à interferência pura e simples do governo no problema do emprego; [...]reprovação à direção da despesa governamental (para investimento público e subsídio ao consumo; [...] reprovação às mudanças sociais e políticas resultantes da *manutenção* do pleno emprego (KALECKI, 1977a, p. 54-55, grifo do autor).

E continua, “A reprovação dos ‘líderes do mundo dos negócios’ a uma política governamental de despesas torna-se ainda mais aguda quando eles consideram os objetivos em que o dinheiro seria aplicado: investimento público e subsídio ao consumo popular ” (KALECKI, 1977a, p.55).

Para Kalecki (1977a), os empresários em alguns momentos aceitam que o governo intervenha na economia e a estimule, mas as políticas que busquem favorecer os trabalhadores são encaradas como desnecessária e geradora de problemas, levando o governo a investir em setores pelos quais não teria que atuar e, com isso, tendo que intervir cada vez mais e ocupando o espaço do setor privado.

Além disso, quando esses gastos conseguem levar a uma situação de pleno emprego, resulta numa distribuição maior de renda em favor dos salários com conseqüente fortalecimento da classe trabalhadora e, com isso, cria dificuldades quando os grandes empresários tentam exercer qualquer pressão de reajuste da força de trabalho. Com poder de reivindicação, os trabalhadores pressionam por melhorias nas condições de trabalho e salários, gerando “indisciplina” que não é bem vista pelo conjunto dos empresários. (KALECKI, 1977a)

Kalecki (1977a, p.59) aborda que caso os investimentos fossem deixados a cargo exclusivamente do setor privado, o problema seria, além da dificuldade de manter esse pleno emprego, pelos motivos acima mencionados, que as políticas adotadas teriam de incentivar o investimento, assim “[...] a taxa de juros e o imposto de renda teriam de ser continuamente reduzidas”.

No caso de depressão econômica, caso o governo atuasse para manutenção do pleno emprego apenas no incentivo ao investimento privado, por meio de redução nas taxas de juros e tributação, seria incerto se de fato os empresários manteriam os empregos em razão de que “Se a depressão é forte, eles podem ter uma visão pessimista do futuro, e a redução da taxa de juro ou do imposto de renda pode então, por um longo período, não exercer qualquer influência sobre o investimento e, portanto, sobre o nível de produção e emprego” (KALECKI, 1977a, p. 59).

Dessa forma, para compensar as incertezas quanto ao investimento por parte do setor privado, o governo teria de estimular a economia por meio de gastos públicos, para manter o emprego e incentivar a realização da demanda, pois por meio de tributos dificilmente os empresários aumentariam as taxas de investimento ou postos de trabalho.

[...] é perfeitamente claro que o investimento pode ser substituído, nesse respeito, por despesas governamentais financiadas por empréstimo, desde que elas não envolvam nenhuma redução das rendas por meio de tributação. Assim, as despesas governamentais baseadas no déficit orçamentário podem solucionar o problema da demanda efetiva; e se são suficientemente elevadas, podem assegurar o pleno emprego (KALECKI, 1977b, p.134).

O momento em que o setor privado aceita os gastos públicos é analisado por Kalecki (1977a) como em períodos de depressão econômica e isto com o objetivo do governo preencher as lacunas para a recuperação através desses gastos.

Mesmo os que advogam o estímulo ao investimento privado para contrapor-se à depressão frequentemente não se fiam só nisso, mas consideram que esse estímulo deveria ser associado ao investimento público. Parece atualmente que os ‘líderes empresariais’ e seus assessores[...] tenderiam a aceitar [...] a despesa pública financiada por empréstimo como um meio de aliviar as depressões. Mas eles ainda parecem opor-se firmemente tanto à criação de emprego pelo subsídio ao consumo como à *manutenção* do pleno emprego (KALECKI, 1977a, p. 59, grifo do autor).

Nesse contexto, a abordagem de Kalecki (1977a) é clara ao especificar a importância do governo na resolução dos problemas econômicos e principalmente do desemprego. Por outro lado, quando as questões políticas se fazem presentes, o autor é também claro ao mostrar que nem sempre o que seria benéfico à sociedade é realizado pelos governos, pois ao não serem atendidos os interesses do capital, pressões por parte destes direcionaria as políticas para o atendimento aos interesses políticos e não aos econômicos e sociais.

Sem a concretização da demanda, o governo terá de atuar, mas se esta atuação se concentrar em estímulos ao consumo popular ou ao investimento, por exemplo, os líderes empresariais se manifestarão contrários aos gastos. Somente na depressão é que os empresários concordariam com maiores gastos para retomada no crescimento.

Em síntese, o investimento pelos capitalistas ou dispêndio do governo, com distribuição de renda, pois a realização da demanda passa pelo consumo, aumentaria o emprego numa economia em razão dos maiores lucros dos empresários que são determinados pelos seus dispêndios “[...]conclui-se que, a nível agregado, o dispêndio determina a renda, e não o contrário” (POSSAS; BALTAR, 1981, p.114).

Por outro lado, numa abordagem que difere em parte do que foi abordado em Marx (2013), Kalecki (1977a) traz considerações parecidas quanto a oposição dos empresários a redução do desemprego, principalmente se esse de der através do aumento dos gastos. O desemprego faz parte do sistema capitalista e a permanência deste é de interesse dos detentores do capital.

Conforme abordado, a demanda efetiva é de fundamental importância no pensamento de Kalecki (1977a) e para sua realização, principalmente no momento de estagnação econômica, a atuação do governo é essencial, assim como a visão de Keynes (1996), que será abordada a seguir, seção 1.3.

Neste contexto, a teoria keynesiana, explica o funcionamento da economia capitalista e o salário real através da demanda efetiva e a kaleckiana, que também considera a demanda efetiva como de suma importância para o funcionamento do sistema capitalista, “[...]se desenvolve a partir da compreensão de como a renda é distribuída na economia” (GARCIA et al. 2013, p.2)

Para Kalecki (1977a), a análise da distribuição de renda em favor dos salários toma lugar de relevância. Conforme analisa Jobim (1981, p.111) “Sua teoria da distribuição de renda em curto prazo está relacionada com o grau de monopólio e diretamente ligada à determinação da demanda efetiva”.

Nesse sentido, para que a demanda seja realizada, com a sociedade dividida em classes, conforme analisam Possas e Baltar (1981) seguindo a abordagem de Kalecki, deveria haver um processo de aumento de consumo provocado pelo aumento dos rendimentos, pois os trabalhadores, nessa visão, não poupam. Em consequência do aumento da renda o consumo aumentaria e a demanda seria realizada. Portanto, um maior dispêndio, com distribuição de

renda por meio dos salários, proporcionaria maiores lucros aos empresários, e a realização da demanda com elevação do consumo e emprego.

Na sequência, a abordagem do pensamento de Keynes (1996) e o princípio da demanda efetiva na determinação do pleno emprego.

1.3 John Maynard Keynes e a questão do emprego no capitalismo

O Keynesianismo tem como principal característica o Estado como principal agente econômico, capaz de oferecer ajustes na economia através de políticas públicas, e com elas ajustar o nível de investimento, de renda e em geral da demanda agregada.

Keynes (1996) analisa que “[...] levando em conta certas condições da técnica de recursos e de custo dos fatores por unidade de emprego[...] o volume do emprego dependerá do nível de receita que os empresários esperam receber da correspondente produção” (KEYNES, 1996, p. 60).

Se em correspondência a um aumento na renda agregada há também um aumento considerável no emprego, conseqüentemente, o consumo agregado aumentará. Nesse sentido, Keynes (1996) analisa que o atendimento a essa maior demanda deveria passar por um maior investimento, ou seja:

[...] para justificar qualquer volume de emprego, deve existir um volume de investimento suficiente para absorver o excesso da produção total sobre o que a comunidade deseja consumir quando o emprego se acha em determinado nível. A não ser que haja este volume de investimento, as receitas dos empresários serão menores que as necessárias para induzi-los a oferecer tal volume de emprego (p.62).

E como essência da Teoria Geral do Emprego, apresenta que “[...] o nível de emprego de equilíbrio depende [...] da função da oferta agregada [...], da propensão a consumir, [...] do montante do investimento [...]” (KEYNES, 1996, p.63). Logo:

Esta análise nos oferece uma explicação do paradoxo da pobreza em meio à abundância, pois a simples existência de uma demanda efetiva insuficiente pode paralisar, e freqüentemente paralisa, o aumento do emprego *antes* de haver ele alcançado o nível de pleno emprego. A insuficiência da demanda efetiva inibirá o processo de produção, a despeito do fato de que o valor do produto marginal do trabalho continue superior à desutilidade marginal do emprego (KEYNES, 1996, p.64, grifo do autor).

Nesse contexto, é necessário que consumo, oferta e investimentos tenham uma correspondência, pois o fato de haver oferta não implica necessariamente maior demanda como é abordado na Teoria Neoclássica. No caso da demanda, para que esta se efetive e gere empregos deverá implicar em investimentos e, portanto, se não há investimento haverá um problema com altas taxas de desemprego. A insuficiência de demanda em Keynes (1996) impossibilita atingir o pleno emprego.

Para Keynes as variações no consumo, investimentos e demanda da economia dependem de fatores objetivos e subjetivos. Na sequência serão analisados alguns fatores como propensão ao consumo, propensão a poupar, juros, eficiência marginal do capital e expectativas dos agentes econômicos e como estes interferem na realização da demanda e nos níveis de emprego da economia.

1.3.1 Propensão a consumir e expectativas para Keynes

Keynes (1996) através da análise das diferenças existentes entre comunidades pobres e ricas, aborda as diferenças de propensão a consumir³ e afirma que quanto mais pobre determinada comunidade, mais os acréscimos de renda aumentarão a propensão marginal ao consumo; enquanto que em comunidades ricas, por exemplo, os acréscimos de renda podem ser direcionados não ao consumo e sim a poupança, o que diminui a demanda e, conseqüentemente, teria a economia que operar com subutilização da capacidade.

[...]uma comunidade pobre tenderá a consumir a maior parte da sua produção de modo que um investimento modesto será suficiente para lhe garantir o pleno emprego, ao passo que uma comunidade rica terá de descobrir oportunidades de investimento muito mais amplas, para que possa conciliar a propensão para a poupança dos seus membros mais ricos com o emprego dos seus membros mais pobres. Se em uma comunidade potencialmente rica o incentivo para investir for fraco, a insuficiência da demanda efetiva a obrigará a reduzir sua produção real até que, a despeito de sua riqueza potencial, ela se torne tão pobre que os excedentes sobre o consumo diminuam até chegar ao nível correspondente ao seu fraco incentivo para investir (KEYNES, 1996, p.64-65).

Após períodos de baixa produção, porém, tanto em comunidades pobres quanto ricas, para que os empresários possam investir haverá, segundo Keynes (1996), uma dependência da melhora nas expectativas da comunidade como um todo.

³ Caracterizada como condição psicológica da comunidade, é a relação entre a renda da comunidade e o seu consumo; quanto se incrementa em consumo a partir do aumento da renda disponível.

Como as expectativas influenciam muito na tomada de decisões, a economia necessitará de determinado tempo para que mudanças nos efeitos das expectativas levem a retomada da utilização da capacidade instalada e do emprego, pois enquanto a rentabilidade do produtor se mantiver baixa, o emprego será sustentado no nível vigente.

O processo de criar capital para satisfazer o novo estado das expectativas pode levar a um nível de emprego e, também, a um montante de consumo corrente superiores aos atingidos quando alcançada a posição de longo prazo. Assim, as mudanças nas expectativas podem levar o emprego a subir gradualmente até atingir um ponto máximo e, em seguida, declinar até o novo nível do longo prazo. Isto também acontece, ainda que o novo nível seja *igual* ao anterior, sempre que a mudança represente uma nova orientação do consumo que torne obsoletos certos processos existentes, juntamente com seu respectivo equipamento. Ou ainda, se o novo volume de emprego a longo prazo for menor que o antigo, o volume de emprego durante a transição pode estabilizar-se por algum tempo *abaixo* do nível que depois será alcançado. Por esta razão, uma simples mudança de expectativa é capaz, no decorrer do período em que a mesma se verifica, de provocar uma oscilação comparável à de um movimento cíclico (KEYNES, 1996, p.79, grifo do autor).

Outra característica que influencia principalmente quando se refere ao investimento é a taxa de juros. Juros altos tendem a desestimular os investimentos e isto se dá em razão da eficiência marginal do capital⁴. Caso os retornos esperados sejam menores que as taxas de juros de mercado, a preferência por investir será reduzida. Investidores optarão por não investir. Na visão de Keynes (1996, p.160):

Não se trata de dois fatores distintos exercendo influência sobre o fluxo de investimento, ou seja, a escala de eficiência marginal do capital e o estado de confiança. O estado de confiança é relevante pelo fato de ser um dos principais fatores que determinam essa escala, a qual é idêntica à curva da demanda de investimento.

Keynes (1996) afirma que um aumento na demanda agregada da economia provocaria uma melhoria no conjunto da economia, até certo ponto em que as expectativas e confiança dos agentes se mantivessem ajustadas com os aumentos no investimento e demanda.

Conclui-se, levando em consideração as flutuações na produção e emprego existentes no sistema capitalista, que manter o pleno emprego é algo difícil de acontecer, conforme afirma também Kalecki (1977a) ao mencionar os determinantes que dificultam um estado de pleno

⁴ A eficiência marginal do capital é definida por Keynes (1996) como o retorno sobre a forma de lucro do investimento em máquinas e equipamentos, por exemplo. “Se essa taxa de retorno é maior que a taxa para a obtenção de fundos ou de aplicação de recursos no mercado financeiro — ou seja, a taxa de juros — então ele[o empresário] se sente motivado à realização desse investimento” (p. 13):

emprego e também Marx (2013), indiretamente, ao tratar dos ciclos econômicos e as pressões exercidas pelo exército industrial de reserva.

As oscilações na produção, desse modo, em determinado momento permitirão níveis de emprego próximos ao desejado, mas decorrido certo tempo, pode mudar completamente a configuração política e econômica e o emprego se manter em níveis baixos. Porém, para Keynes (1996) conforme mencionado, as expectativas, juros, confiança determinarão os níveis de investimento e a demanda agregada da economia.

Enquanto todas as expectativas se mantiverem favoráveis ao consumo e ao investimento, o processo se mantém funcionando, mas qualquer mudança nas expectativas pode levar a um declínio no crescimento.

A demanda, conforme foi abordado, depende de fatores objetivos e também subjetivos, mas, principalmente nos momentos de depressão o governo pode mudar essas expectativas e exercer o papel de agente econômico capaz de oferecer ajustes na economia através de políticas públicas, e com elas ajustar o nível de investimento, de renda e em geral da demanda agregada.

1.3.2 Gastos do governo na visão Keynesiana

Wray (2003) seguindo a abordagem keynesiana, analisa que o governo deve atuar principalmente nos momentos de crise numa economia e essa atuação tem que acontecer com aumento de gastos para reverter à situação de baixo crescimento.

A forma que o governo atua para financiar seus gastos, sejam através de empréstimos, tributos ou outro deve ser entendido: “[...] o propósito dos tributos e dos títulos não é realmente financiar dispêndio, pois cada um deste serve a um propósito diferente (tributos removem renda privada excessiva enquanto títulos oferecem uma moeda alternativa que rende juros)” (WRAY, 2003, p 95).

Se o propósito é manter o investimento, os tributos, dependendo do momento e das expectativas dos empresários, poderão desestimular os investimentos e, conseqüentemente, levar a uma baixa no consumo agregado da economia, incentivando as pessoas a pouparem.

Wray (2003) analisa também que “[...] o medo do dispêndio deficitário é irracional e não deveria ser um obstáculo ao dispêndio necessário para gerar pleno emprego. Isso não significa dizer que os déficits não podem ser muito grandes” (WRAY, 2003, p.147).

Na abordagem de Keynes, conforme Paulani e Braga (2007) é estabelecido que, “Em determinados momentos em que o investimento insista em manter-se deprimido e em que os estímulos advindos de fora da economia não sejam suficientes para evitar o desemprego, só o governo tem condições de retirar a economia de tal situação” (p.63).

Logo, para Keynes (1996), “Os controles centrais necessários para assegurar o pleno emprego exigirão, naturalmente, uma considerável extensão das funções tradicionais de governo” (KEYNES, 1996, p.346).

1.4 A relação entre as teorias sobre emprego apresentadas por Keynes, Kalecki e Marx

As linhas de pensamento abordadas até aqui apresentam semelhanças em determinados aspectos, e também diferenças, o objetivo nesta seção é apresentar brevemente algumas dessas semelhanças e diferenças.

Em relação às diferenças e semelhanças entre os conceitos apresentados pelas teorias de Keynes (1996), Kalecki (1977a) e Marx (2013), pode-se dizer que a principal semelhança se refere ao fato de serem contrários a Lei de Say.

No princípio clássico de equilíbrio entre oferta e demanda por trabalho, Keynes, assim como Marx, expressa que no mercado de trabalho “Somente aos primeiros é concedida a prerrogativa de determinar a quantidade que será transacionada. O desemprego, assim, resulta das decisões capitalistas sobre como manter e acumular riqueza – e não de fontes de rigidez no mercado de trabalho” (FERREIRA; FRACALANZA, 2006, p. 259).

O pensamento de Keynes traz concordância com o pensamento de Marx também em relação a que o desemprego faz parte do funcionamento normal do sistema capitalista. (FERREIRA; FRACALANZA, 2006, p.259)

Nesse sentido, a tomada de decisão quanto ao emprego por parte dos capitalistas tem um objetivo, “E o objetivo desses proprietários de riqueza não era outro a não ser acumular riqueza. Essa era para Keynes – assim como, é bom que se note, para Marx – a essência de uma economia capitalista. (FERREIRA;FRACALANZA, 2006, p. 261)

No que diz respeito às crises, as duas posições possuem semelhanças, como apresenta Filgueiras e Druck (2010), onde o mesmo apresenta a seguinte posição relacionada às ideias de Marx:

[...] a crises se constituem em um fenômeno endógeno ao capitalismo que, ao mesmo tempo, explicita e sintetiza as suas contradições, mas também se apresenta como a solução momentânea dessas mesmas contradições. Na

essência, elas sempre se definem como crises de super acumulação de capital, na qual o crédito tem um papel central, e se expressam, concomitantemente, em superprodução generalizada, subconsumo das massas e desproporção (assimetria) setorial – que levam à desaceleração e, no limite, ao estancamento do processo de acumulação (p.7).

Em relação à crise no modelo keynesiano, Filgueiras e Druck (2010) apresenta:

[...] para Keynes, as crises também se caracterizam por ser um fenômeno endógeno à dinâmica do capitalismo e são quase que inevitáveis; inscrevem-se no ciclo econômico como um dos seus momentos possíveis (mas não necessários) e decorrem das decisões capitalistas de valorização – caracterizando-se, assim, como uma teoria subjetiva da crise. Esta se expressa através de uma insuficiência de demanda efetiva – determinada pela retenção da moeda (preferência pela liquidez) por parte dos capitalistas. Aqui também o papel do crédito é fundamental no processo de valorização de capitais, assim como o seu descontrole se encontra na raiz das crises financeiras que transbordam para as atividades produtivas (p.7).

Na comparação entre as teorias de Keynes e Kalecki, existe uma grande similaridade, principalmente relacionadas ao processo de demanda efetiva, que determina os gastos das receitas e despesas de mesmas magnitudes; no investimento de fundamental importância no processo econômico e nas afirmações sobre a instabilidade da atividade econômica mostrando que esta é dinâmica (GEMER, 1996).

Na determinação do emprego e salário, através do equilíbrio mencionado na teoria clássica de oferta e demanda de trabalho, onde uma redução nos salários aumentaria o número de trabalhadores empregados, em Keynes e Kalecki há negação desse princípio, “[...] Kalecki argumentou que, se existe uma relação significativa entre salário e emprego, esta se dá no mesmo sentido e, que as variações salariais vão influenciar a distribuição de renda” (GARCIA et al. 2013, p. 2)

A teoria keynesiana, explica o funcionamento da economia capitalista e o salário real através da demanda efetiva e a kaleckiana, que também considera a demanda efetiva como de suma importância para o funcionamento do sistema capitalista, “[...]se desenvolve a partir da compreensão de como a renda é distribuída na economia” (GARCIA et al. 2013, p. 2)

Portanto, em relação a demanda, empregos e salários, tanto Kalecki quanto Keynes, “mostra ser equivocada a hipótese que postula a existência de uma relação inversa entre salários reais e nível de emprego”. (GARCIA et al. 2013, p. 18)

No quesito governo com grande importância na reversão do processo recessivo econômico e manutenção do emprego através dos gastos também há concordância.

Suas relações de diferenças estão no campo do consumo e a decisão sobre o investimento. Para Kalecki é principalmente o investimento que vai determinar a atividade econômica e o processo de realização da demanda acontece também a medida que há distribuição de renda que possibilitará o consumo por parte dos trabalhadores. Conforme Jobim (1981, p.111) “Sua teoria da distribuição de renda em curto prazo está relacionada com o grau de monopólio e diretamente ligada à determinação da demanda efetiva”.

Para Keynes, se a economia está com um nível de emprego abaixo do chamado pleno emprego, existirá um movimento de dentro do mercado que o induzirá a voltar ao patamar anterior. Isto aconteceria devido a fatores transitórios do emprego, relacionados à demanda e oferta do emprego (BENJAMIN, 2001).

A seguir serão apresentados autores com linha de pensamento, principalmente as relacionadas as questões do emprego e atuação do Estado na economia, diferente do que é apresentado por Keynes, Kalecki e Marx.

Esses autores advêm de pensamentos voltados ao liberalismo econômico, onde o emprego e os salários serão ajustados de forma automática na medida em que o mercado se movimenta e da disposição dos trabalhadores em aceitar o que é proposto pelo dito mercado.

1.5 Economistas liberais e a questão do emprego no capitalismo

No pensamento de economistas como Ludwig Von Mises, Friedrich August Von Hayek e Milton Friedman, há uma correlação no sentido de que a intervenção do estado é prejudicial ao indivíduo e ao conjunto da sociedade. Primeiramente, porque fere princípios do livre mercado e, segundo, pois traz problemas que não existiriam caso um intervencionismo fosse deixado de lado.

Conforme os autores supracitados, os objetivos pretendidos pelo governo não serão atingidos com a intervenção, tendo o mesmo que interferir cada vez mais. Como exemplo, Mises (2010) aborda a seguinte questão:

Se a autoridade não quiser aceitar o fato de que o resultado das medidas adotadas com o propósito de tornar um bem mais barato é fazer com que a oferta desse bem deixe de existir e, para atingir o seu objetivo, resolver aprofundar ainda mais a sua interferência, então, não bastará controlar os preços de todos os bens e serviços necessários à produção desse bem. Terá que ir mais além e obrigar que capital, mão de obra e capacidade empresarial sejam empregados para produzi-lo. Terá que fixar os preços de todos os bens e serviços, inclusive juros. E terá que emitir ordens específicas determinando

como e quais bens e serviços deveriam ser produzidos, por que preços e para quem deveriam ser vendidos (MISES, 2010, p.47).

Trazendo a intervenção para a questão dos níveis de emprego, para Mises (2010) o governo ao fixar salários de forma direta, ou mesmo indireta, contando também, aí, com a força dos sindicatos, impediria que houvesse um ajuste automático através do mercado, e em determinadas situações mesmo que os trabalhadores quisessem trabalhar a salários abaixo dos fixados pelo governo, estes não poderiam e teriam de permanecer desempregados, igualmente, empresas que quisessem aumentar as contratações teriam limitações. Nesses casos, com o desemprego aumentando, o governo mais uma vez teria de atuar com seguro desemprego e outros benefícios, por exemplo, incorrendo em um ciclo de intervenções.

A contrapartida de maiores salários para os trabalhadores organizados é menores salários para a mão de obra sem poder de pressão. Mas, logo que toda a massa trabalhadora consegue se organizar, a situação muda. Quando isso ocorre o trabalhador que perdeu seu emprego na indústria onde trabalhava não mais consegue se empregar em outra função; permanece desempregado (MISES, 2010, p.51-52).

Para o autor, a fixação dos salários leva a um ajuste acima do equilíbrio no mercado, oferta e demanda por trabalho, e quanto maiores os salários reais menos pessoas serão empregadas. Por conseguinte, ele afirma que “O desemprego é apresentado como o inevitável resultado [...] das contradições da economia capitalista. [...] [porém] desemprego em larga escala deve ser atribuída à política salarial defendida pelos sindicatos e ao apoio que o governo tem concedido a esse tipo de política” (MISES, 2010, p.54).

Hayek (2011) ao abordar a questão da estabilização econômica diz que a inflação é um dos problemas decorrentes de algumas medidas adotadas pelo governo, como por exemplo, o fornecimento de crédito, e que isso impacta no aumento do desemprego, pois em momentos de crescimento econômico, muitos empregos são gerados pela inflação, mas à medida que a inflação diminui esses empregos também diminuem em proporção maior do que os que foram criados na expansão inflacionária. Logo, “[...] a inflação é geralmente precedida de uma bem recebida elevação no nível de emprego, o que pode mesmo fazê-la parecer desejável: seus efeitos nefastos não são visíveis senão mais tarde” (HAYEK, 2011, p. 31). E continuando sobre a questão da inflação:

A conclusão mais importante que pretendo demonstrar é a de que quanto mais tempo durar a inflação, maior será o número de trabalhadores com empregos que dependerão de sua continuação, ou, muitas vezes até, de haver uma

aceleração constante da taxa inflacionária. E isto não acontece porque estes trabalhadores não teriam encontrado emprego sem a inflação, mas porque a inflação os leva a empregos temporariamente atraentes, que tendem a desaparecer assim que haja a desaceleração ou o término do processo inflacionário (HAYEK, 2011, p.35).

Para Hayek (2011, p. 39) “a livre ação dos preços e dos salários estabelece, para cada setor, a correspondência entre a oferta e a demanda”. Mas quando há tentativas de manutenção de pleno emprego através da intervenção governamental o emprego não é duradouro e como resultado tem-se desemprego que, a partir de determinado período, pode se tornar ainda maior. Afirma ainda que a demanda efetiva esperada, nesses casos, não conseguirá manter a grande massa empregada.

O primeiro dever de qualquer economista que mereça este nome parece-me ser o de acentuar, em todas as oportunidades, o fato de que o desemprego de hoje é a consequência direta e inevitável das chamadas políticas de pleno emprego que, nos últimos vinte e cinco anos, vêm sendo seguidas. Muita gente ainda acredita equivocadamente que um aumento da demanda agregada eliminará, por algum tempo, o desemprego. Esta solução para o desemprego, muito embora, no mais das vezes, seja bastante eficiente a curto prazo, longe de ter efeitos positivos, vai gerar, mais tarde, um desemprego muito maior. E só a compreensão deste fato pode impedir o público de exercer uma pressão irresistível para retomar a inflação assim que o desemprego for aumentando consideravelmente (HAYEK, 2011, p.61).

Em Keynes (1996) e Kalecki (1977a) há discordância em relação ao que é abordado em Mises (2010) e Hayek (2011) em relação aos salários, ao equilíbrio promovido pelo mercado e a atuação do governo na economia.

Para Keynes (1996) e Kalecki (1977a), ao contrário de Mises (2010) e Hayek (2011) os empregos são favorecidos pelo aumento do salário real que associado a outras variáveis levarão a realização da demanda da economia e a demanda possibilitará a manutenção do crescimento econômico, com elevação dos níveis de emprego. Só assim e com políticas públicas promovidas pelo governo seria possível redução do desemprego o que seria benéfico a economia, possibilitando inclusive o pleno emprego, mas conforme Kalecki (1977a), não é interesse dos grandes empresários que isso aconteça, assim, o desemprego faz parte sistema capitalista e é de interesse de alguns agentes a sua manutenção.

Quanto a essas teorias e sua aplicação no caso brasileiro, ambas as soluções ao desemprego foram adotadas, de 1990 a 2002 baseava-se na linha de pensamento (neo) liberal, e a partir de 2004, adotando políticas de inspiração keynesiana e kaleckiana. Os resultados para

a economia, inflação e desdobramentos no mercado de trabalho poderão ser observados nos capítulos seguintes, 2 e 3.

Seguindo a mesma linha de pensamento de Mises (2010) e Hayek (2011), contrários a intervenção do governo na economia, para Friedman (1977), a função do governo se faz necessária no sentido de preservar a liberdade dos cidadãos, porém a concentração desse poder político, para ele, vai de encontro justamente a questão da liberdade. Nesse sentido, para o autor algumas formas de atuação do governo com o passar do tempo foi tomando proporções que acabaram por dificultar a liberdade dos indivíduos, que deveria ser justamente a finalidade deste.

Logo, o governo só deve atuar onde o mercado não consegue por si só, “[...] casos em que a troca, estritamente voluntária, é extremamente cara ou praticamente impossível. Há duas classes gerais de casos desse tipo: monopólios e outras imperfeições do mercado e os efeitos laterais” (FRIEDMAN, 1977).

Friedman (1977) afirma, ainda, que nos últimos tempos a atuação do governo tem sido justificada em razão do problema do desemprego e que, nesses argumentos, são analisados que os investimentos incentivados pelo governo levariam a melhora nos níveis do emprego. Porém os gastos governamentais, para o autor, com o tempo não conseguem manter o que foi proposto e têm-se problemas ainda maiores.

Num segundo caso abordado por Friedman (1977), os gastos passam a ser realizados não apenas para reduzir o desemprego, mas, também, com fins a aumentar o investimento total da economia, público e privado, e crescem continuamente, mesmo nos períodos de expansão, dessa forma:

[...] a ênfase deslocou-se da necessidade de ‘dar a partida’ e evitar a ‘estagnação’ para a necessidade de manter o equilíbrio. Afirma-se que, quando os investimentos privados declinam por qualquer razão, os investimentos do governo devem aumentar para manter estáveis os investimentos totais; por outro lado, quando os investimentos privados aumentam, os do governo devem baixar. Infelizmente, o sistema não funciona. Qualquer retração, mesmo de pequeno porte, abala a sensibilidade política de legisladores e administradores levantando o espectro sempre presente da crise de 1929/33. Apressam-se, então, a pôr em vigor programas federais de investimento de um tipo ou de outro. Muitos deles não começam a funcionar de fato até que a retração tenha passado. Logo, como afetam o total de investimentos [...] eles tendem a exacerbar a expansão seguinte em vez de mitigar a retração (FRIEDMAN, 1977, p.1).

Nas décadas de 1970 e 1980 o mundo passava por uma agenda política defendida pelo governo norte americano, Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, que transmitiam o livre mercado como solução para os problemas dos países que passavam por profunda estagnação. Nessa agenda, a defesa do livre mercado identificava a intervenção estatal como causadora dos problemas econômicos.

[...] [A] agenda política denominada ‘Consenso de Washington’[...]previam: 1) disciplina fiscal; 2) direcionamento dos gastos públicos para educação, saúde e infra-estrutura; 3) impostos regressivos; 4) taxas de juros positivas e elevadas; 5) taxas cambiais valorizadas (âncora cambial); 6) liberalização do comércio; 7) abertura para o capital estrangeiro (financeiro e produtivo); 8) privatizações de empresas estatais; 9) desregulamentação do mercado interno; e 10) garantia legal dos direitos de propriedade (GODOI, 2007, p. 157).

Neste cenário, o Brasil tem Roberto Campos como defensor dessas políticas e contrário a intervenção estatal. A política defendida por Roberto Campos estava de acordo as medidas do Consenso de Washington e também dos autores acima mencionados.

Como pressupostos, Campos creditava ao Estado os períodos de estagnação, causador do entrave ao crescimento e ao empreendedorismo brasileiro. Na visão de Campos, conforme Godoi (2007) “O empresário brasileiro seria supostamente dinâmico e inovador, mas não conseguiria concretizar essas qualidades em firmas que trouxessem prosperidade e empregos” (p. 165).

Nesse aspecto, Campos pregava que “[...] a redução de direitos trabalhistas e a liberdade de contratar e demitir seriam as únicas soluções[para o problema] [...]” (Ibid. p. 167), pois para ele era melhor “[...] ganhar salários baixos do que desemprego” (GODOI, 2007, p.168).

Nos anos de 1990 o Brasil passou por uma série de flexibilização no mercado de trabalho, conforme a solução apresentada por Campos (apud GODOI, 2007), e que na visão desse autor, assim como na visão de Mises (2010) e Hayek (2011), resolveria o problema do desemprego, porém, a tese aqui defendida não se confirmou na prática.

Por fim, ainda conforme Godoi (2007) Roberto Campos criticava a administração econômica do governo, e argumentava que as crises eram causadas por erros destas. “[...] as crises como a do México, da Ásia e da Rússia foram causadas por algum erro na administração econômica local. Não existiam causas globais para a crise[...]” (GODOI, 2007, p.171). Além disso, “[...] postula a liberdade como premissa fundamental da vida humana e [...] o mercado sem restrições seria a melhor maneira de garanti-la” (GODOI, 2007, p. 175).

O pensamento abordado nessa seção traz como ponto principal a presença mínima do estado na economia. Nesse sentido o desemprego não seria um problema, pois haveria um ajustamento da força de trabalho, desde que houvesse disposição a se trabalhar por salários menores em momentos de crises, ou que o governo deixasse de fixar os salários em determinados níveis.

Marx (2013) ao apresentar que existe um exército industrial de reserva e que este desempenha um papel que é de interesse dos capitalistas, pressionar salários para baixo, expressa que sobre pressão, o exército industrial de reserva e a parte ocupada dos trabalhadores, que são pressionados ao sobretrabalho, principalmente nos períodos recessivos, não possibilitariam, mesmo com salários menores, que esse equilíbrio pelo mercado acontecesse. Portanto, o desemprego é um problema e soluções precisam ser adotadas para resolvê-lo diante da presença crescente do exército industrial de reserva apresentado por Marx (2013).

Keynes (1996) apresenta para a resolução do desemprego políticas de demanda, políticas no tempo presente que reverteriam ou amenizariam a tendência no capitalismo da insuficiência da demanda e da geração de desemprego. Com investimento, consumo, gastos por parte do governo e do setor privado, melhora nas expectativas dos agentes. Uma insuficiência de demanda para Keynes (1996) poderia travar o crescimento econômico e aumentar consideravelmente o desemprego.

Hayek (2011) discordando das políticas de demanda conforme a keynesiana, conforme foi abordado, informa que políticas de pleno emprego voltadas para aumento de demanda agregada é um problema criado pelo estado, que no curto prazo pode até atingir os objetivos, mas no longo prazo levaria ao aumento do desemprego por tempo muito maior. Para este o desemprego seria resolvido através da redução da intervenção do governo, flexibilização nos salários.

Os dados para a economia brasileira da década de 1990 mostram que a redução do papel do Estado na economia, soluções de acordo ao determinado pelo Consenso de Washington e pregada por Hayek (2011), Mises (2010), por exemplo, contrários as políticas de demanda, fizeram com que as taxas de desemprego aumentassem ao longo de 1995-2002, o crescimento do PIB se mantivesse pequeno na média e mesmo com as flexibilizações, que impactaram negativamente nos salariais e aumentou a informalidade e precariedade do trabalho, apresentado como esses autores como solução do problema do desemprego, não o resolveu (dados sobre a década de 1990 no capítulo 2, seção 2.2).

Kalecki (1977a) ao apresentar a solução da demanda que partiria das determinações de consumo e investimento dos empresários, com aumento do consumo e distribuição de renda para os trabalhadores, através da intervenção governamental, mostra também que não é de interesse dos grandes empresários manter empregos elevados. Acreditava que a política de demanda efetiva poderia reduzir o desemprego, contudo ele não acreditava que os capitalistas desejassem tal redução do exército industrial de reserva.

Em “os aspectos políticos do pleno emprego” Kalecki (1977a) conclui que somente através do governo um estado de pleno emprego aconteceria, mas os interesses políticos impedem que os governos atuem de forma a mantê-los.

O capitalista, empresário, tem interesse em manter a acumulação do capital, essa acumulação é favorecida pelos salários baixos e condições precárias da população, conforme expressa Marx (2013). O exército industrial de reserva funciona como um mecanismo de pressão por parte dos detentores do capital. Cada vez que esse exército aumenta, a pressão nos salários é maior e mesmo que se reduzisse os salários conforme os autores (neo) liberais propõe, se há grande quantidade da população desempregada, empregar a todos diante das limitações de vagas e interesses na manutenção do exército industrial de reserva parece algo difícil, senão impossível quando os interesses políticos se fazem presentes, conforme Kalecki (1977a)

As soluções de demanda apresentadas em Kalecki (1977a) e Keynes (1996) expressam que os salários maiores favorecem o emprego e não o contrário, como pregam Mises (2010) e Hayek (2011).

Diante do exposto, vale ressaltar que o pensamento em análise de cunho liberal, difere totalmente do pensamento dos teóricos abordados anteriormente, Keynes (1996), Kalecki (1977a) e Marx (2013). As soluções para a questão do desemprego são diferentes e vale observar os dados referentes a economia e emprego quando esses modelos foram utilizados aqui no Brasil (1990-2002) de acordo ao Consenso de Washington e a partir daí uma mudança, principalmente a partir de 2005, quando as políticas de demanda são utilizadas.

Nos próximos capítulos será analisando como evoluiu o mercado de trabalho brasileiro e como essas políticas influenciaram os diferentes governos ao longo do período 1940 até o ano 2011 e os resultados para a economia e mercado de trabalho.

2. EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL: 1940 A 2007

O período abordado neste capítulo, 1940 a 2007, foi um período com diferenças nos modelos de políticas adotadas. De 1940 a 1989, seção 2.1, prevaleceram políticas desenvolvimentistas em benefício do desenvolvimento econômico e industrial do país, período de crescimento econômico com estruturação do mercado de trabalho brasileiro, especialmente entre 1940 e 1980.

A década de 1980 apesar de ser considerada de a “década perdida”, com estagnação da economia e do mercado de trabalho, a taxa de desemprego caiu de 7,9% em 1981 para 3,4% em 1989 (Tabela 5, p. 37).

Em 1990, seção 2.2, desde o início da década as medidas do Consenso de Washington se fazem presentes nas políticas de governo. É nesse período também, mais precisamente 1995, que com a adoção do plano real consegue-se a estabilidade da moeda, porém há uma ruptura com o modelo desenvolvimentista anterior e desestruturação do mercado de trabalho com crescimento da informalidade.

Por último, seção 2.3, a partir de 2005 há uma mudança em relação as políticas adotadas na década anterior, e medidas de incentivo a demanda por meio do governo, de inspiração keynesiana e também kaleckiana, com maior formalização do trabalho, crescimento dos rendimentos médios reais, tendência a redução do desemprego se fazem presentes e retomase o processo de estruturação do mercado de trabalho.

Nesse sentido, no decorrer do capítulo será apresentada a evolução do mercado de trabalho brasileiro de 1940 a 2007, passando por governos distintos, mais de 20 anos de ditadura militar, alguns períodos de expressivo crescimento econômico e outros com desaceleração econômica.

2.1 Evolução do mercado de trabalho no Brasil: 1940 a 1989

A partir da década de 1940, sobre o comando do presidente Getúlio Vargas⁵, o Brasil passa por um processo de estruturação do mercado de trabalho. Nesse período, conhecido como ditadura do então presidente Vargas, tem-se a Consolidação das Leis do trabalho (CLT) que

⁵ Foi o político brasileiro que comandou o país como presidente por quase 20 anos: de 1930 a 1945, através de ditadura do “Estado Novo” e de 1951 a 1954, de forma democrática. Com políticas nacionalistas, como presidente instituiu vários direitos trabalhistas e também investiu na área de infraestrutura urbana do país.

passa a atender parte da população ocupada. “Foram instituídos o salário mínimo e toda uma legislação de regulação das relações de trabalho [...] para o mercado de trabalho não agrícola, tendo essa última, promovido uma organização sindical consentida pelo Estado” (DEDECCA, 2005, p.100).

Foi também no governo Vargas que iniciou, anos antes, o processo de industrialização do país, “[...] despontou nos anos 1930, durante o primeiro governo [...] e intensificou-se a partir da segunda metade dos anos 1950, durante o governo Juscelino Kubitschek” (FERNANDES; OJIMA; RODARTE, 2010, p.132).

No governo Juscelino Kubitschek (JK) o Plano de Metas⁶ foi o plano que incentivou fortemente o processo de substituição de importações como forma de promover a industrialização do país, com taxa média de crescimento econômico de 8,1%, entre 1956-1960 (Tabela 1, p. 30)

Após o término do governo JK, com a renúncia do presidente Jânio Quadros, João Goulart o substituí de 1962 a 1963, o crescimento médio do período 1961/1963 foi de 5,1%, período de forte turbulência política e golpe de Estado que acontece em 1964.

Na sequência a economia brasileira passa por uma fase de retração da atividade econômica. Segundo Dedecca (2005), “Até então, a economia brasileira havia vivenciado momentos curtos de retração [entre eles] o causado pelo fim do Plano de Metas (1956-60) nos primeiros anos da década de 60” (DEDECCA, 2005, p.102).

A retomada do processo de desenvolvimento iniciada com o plano de Metas se daria anos mais tarde, com crescimento econômico brasileiro na média de 11%, verificado de 1968 a 1973 no “Milagre” econômico (Tabela 1, p.30). “O crescimento do período de 1968-73 retomou e complementou o processo de difusão da produção e consumo de bens duráveis, iniciado com o Plano de Metas” (HERMANN, 2011, p.62).

Nesse sentido, nos anos do “Milagre” econômico brasileiro um conjunto de fatores se mostraram favoráveis a política que seria adotada pelo governo a partir daquele momento e que reverteria o quadro recessivo do início da década de 1960. Dentre eles, vale destacar:

[...] (1) a existência de capacidade ociosa na economia, fruto da debilidade econômica da fase anterior; (2) o quadro de ampla liquidez no mercado internacional; (3) o regime autoritário vigente, que facilitava a implementação

⁶ Plano com objetivo de modernização e industrialização do país onde os investimentos públicos e privados eram direcionados para setores como energia, alimentação e educação, transporte, indústria de base, desenvolvidos ao longo do governo e em alguns setores por um prazo maior. A construção de Brasília também se deu a partir desse plano. Ver Vilella (2011, p. 35).

das políticas do governo; (4) a ‘simpatia’ americana pelo regime. No segundo grupo, a habilidade do governo se revelou em diversos aspectos da política econômica do período de 1968-73: (1) na adoção do controle de preços (inclusive salários); (2) na política de juros tabelados (em níveis baixos); (3) na política de *crawlingpeg* para o câmbio (baseada em minidesvalorizações cambiais, de acordo com a inflação), que evitou movimentos bruscos da taxa de câmbio real, estimulando as exportações e, indiretamente, o nível de atividade econômica; e (4) na política deliberada de captação de recursos externos- um ‘auxílio luxuoso’ que favoreceu o controle de câmbio e o financiamento da expansão econômica. Esses foram, em suma, os alicerces do ‘milagre econômico’ brasileiro (HERMANN, 2011, p.70, grifo do autor).

Percebe-se que os fatores determinantes para o período acima mencionado contaram com o ambiente interno e externo favoráveis, mas também de políticas econômicas do governo voltadas para o crescimento econômico.

O papel do estado não foi reduzido, pelo contrário, adotando políticas de orientação keynesiana houve ampliação dos gastos do governo, inclusive com aumento do endividamento externo com objetivo do crescimento econômico; os juros baixos e crédito barato motivaram os empresários a realizarem investimentos; a inflação foi reduzida gradualmente, já que o objetivo era a retomada do crescimento; e a expectativa dos empresários, melhoradas com os incentivos do governo, possibilitaram que estes permanecessem investindo.

Quanto a política de comércio exterior, os incentivos foram dados também as exportações por meio de uma política cambial de minidesvalorizações, promovida pelo governo. Se assim não fizesse, provavelmente haveria déficit na balança comercial e isso também favoreceu a atividade econômica, conforme Hermann (2011)

Por outro lado, não houve política de distribuição de renda no período, apesar das políticas de incentivo ao crescimento da economia possibilitar a manutenção de taxas elevadas de emprego.

Conforme pode ser observado (Tabela 1) a recessão que levava o PIB a decrescer ao longo da década de 1960, contabilizando 4,2% em média de crescimento ao ano de 1964-1967, (antes disso o menor crescimento registrado foi 6,7%) foi superada com uma média, aproximadamente duas vezes maior. A taxa média de crescimento do PIB no período do “milagre” econômico foi de 11,1%.

A inflação não foi diagnosticada como inflação de demanda, pois percebendo a capacidade ociosa da economia o governo incentivou a atividade, esta foi controlada ao mesmo tempo em que: 1) a taxa de juros era reduzida; 2) o câmbio desvalorizado, o que favorecia as exportações e incentivava também a atividade; 3) os investimentos aumentavam de 15% para 19% ao ano, promovidos principalmente pelo governo.

Abaixo, pode-se verificar a evolução de alguns indicadores da economia brasileira de 1946 até 1973, média por período de governo. De 1946 a 1950, o General Eurico Gaspar Dutra, média de crescimento econômico de 8,1% (ao ano entre 1948 a 1950); de 1951 a 1954, governo Vargas, média de crescimento econômico de 6,7% (ao ano entre 1951 a 1955); JK, 1956-1960, média de crescimento de 8,1%; Jânio Quadro e João Goulart, anos 1961-1963, média de crescimento de 5,2% e a partir de 1964 período de ditadura militar, 1964-1967, média de crescimento de 4,2% e no “milagre econômico” a média surpreendente de 11,1% no período 1968-1973.

Tabela 1 – Economia Brasileira: Síntese de Indicadores Macroeconômicos - 1946- 1973
(médias anuais por período)

Indicador	1946-1950*	1951-1955	1956-1960	1961-1963	1964-1967	1968-1973
Crescimento do PIB (% a. a.)	8,1/a	6,7	8,1	5,2	4,2	11,1
Inflação (IGP dez/dez, % a. a.)	11,3	16,6	24,7	59,1	45,5	19,1
FBCF (% PIB a preços correntes)	13,4/b	14,9	16,0	15,2	15,5	19,5
Tx.de crescimento das exportações de bens (US\$ correntes, % a. a.)	15,6	1,0	-2,3	3,5	4,1	24,6
Tx.de crescimento das importações de bens (US\$ correntes, % a. a.)	23,9	3,2	3,2	0,0	2,7	27,5
Balança comercial (US\$ milhões)	249	121	125	44	412	0,0
Saldo em conta corrente (US\$ milhões)	-34	-300	-290	-296	15	-1.198

Fonte: Vianna e Villela (2011, p.20) – período de 1946 a 1955; Villela (2011, p.28) – período de 1956 a 1963; e Hermann (2011, p.59) – período de 1964 a 1973.

*/a 1948-1950; /b 1947-1950;

Exceto o saldo em conta corrente negativo, por praticamente todo o período, problema estrutural do país, e o período recessivo mencionado anteriormente, os demais indicadores mostram a trajetória de crescimento da economia brasileira onde, com o modelo de substituição de importações e ampla atuação do Estado na economia, o desemprego não se tornou um problema, pelo contrário, muitos são os autores que consideram o período de 1940 até 1980 como de relativo assalariamento e formalização no mercado de trabalho brasileiro.

Mendonça (2003, p. 03) afirma que houve nesse período “[...] a elevação da taxa de assalariamento formal e a redução do desemprego [e] ainda que restrito à década de 1950, crescimento do poder aquisitivo do salário mínimo”, e “entre 1950 e 1980[...] a renda *per*

*capita*⁷ chegou a crescer cerca de 4,0% ao ano, o que permitiu a quintuplicação, em apenas três décadas, da renda por habitante (POCHMANN, 2001, p.113, grifo do autor).

Do período de 1940 até 1980, alguns setores da economia foram fortemente incentivados, a construção civil, por exemplo, foi um dos grandes setores empregadores no período e conforme informava o Ministério do Planejamento “[...]no Brasil, deve ser mencionado [...] por sua importância na criação de empregos urbanos, o setor da construção civil. Desde o Programa de Ação Econômica do Governo 1964-66 foi lhe atribuído destacado papel empregador (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 1964 p.16; 37 e 89, apud HOFFMANN, 1980, p. 169).

Considerado em conjunto o período de 1940 a 1980, Souza (2010) analisa:

A despeito da heterogeneidade que demarcou a estruturação do emprego no Brasil durante o período 1940-1980, e da segmentação e desigualdades engendradas nessa trajetória, constatou-se um processo vigoroso de expansão dos segmentos organizados do mercado de trabalho, fundado no crescente assalariamento e no conseqüente crescimento dos níveis de proteção social, decorrentes desse avanço da formalização que caracterizou a etapa da industrialização e do modelo de desenvolvimento assentado na participação central do Estado (SOUZA, 2010, p.282).

Portanto, as medidas adotadas pelo governo, por praticamente todo o período, “[...]medidas diversas de política do governo, sobretudo na área tarifária e cambial” (HOFFMANN, 1980, p.29), possibilitaram a realização da demanda efetiva da economia com formalização do trabalho e, diante disso, maior assalariamento, promovido pela ampla participação do Estado.

Durante o período de 1950-80, o Brasil cresceu a uma taxa média de 7,4% ao ano, e apenas em quatro ocasiões cresceu abaixo do marco de 4%. Esse crescimento esteve associado a uma política de substituição de importações, mas também a alguns episódios de promoção de exportações, como por exemplo, ao longo do ‘Milagre’ (1968-73). Resumidamente, podemos dizer que as três principais características do modelo de industrialização brasileira do Pós-Guerra foram: (1) a participação direta do Estado no suprimento da infraestrutura econômica (energia e transportes) e em alguns setores considerados prioritários (siderurgia, mineração e petroquímica); (2) a elevada proteção à indústria nacional, mediante tarifas e diversos tipos de barreiras não tarifárias; e (3) o fornecimento de crédito em condições favorecidas para a implantação de novos projetos (CASTRO, 2011a, p. 133).

⁷Per capita é a renda média de cada cidadão dentro de um país ou região, obtida por meio da divisão da renda total da região ou país pelo número de habitantes que nelas vivem.

Conforme destacado por Castro (2011a), o modelo adotado no Brasil de 1950 a 1980 favoreceu o crescimento do país, as exportações tiveram alguns momentos de maiores incentivos, como aconteceu no período do “Milagre”, mas no geral o modelo que prevaleceu foi o modelo de forte incentivo ao parque nacional brasileiro.

Com as taxas médias de crescimento do PIB elevadas e investimentos crescentes, num modelo de crescimento keynesiano, maioria da população encontrava-se ocupada (Tabela 2) e apesar dos problemas na estruturação do mercado de trabalho mencionado por Souza (2010), acima, o desemprego não conformava ainda um grande problema para a população.

Analisando a população brasileira da década de 1940 até 1985, considerando para isto a população total, população urbana e População Economicamente Ativa-PEA⁸ e PEA ocupada, verifica-se um processo de crescimento populacional no país que é acompanhado por crescimento da população urbana, decorrente principalmente do processo de industrialização promovido a partir de 1930.

Tabela 2- População Brasileira, Urbana, População Economicamente Ativa- PEA e PEA Ocupada, 1940 a 1985

Ano	População Total	População Urbana		População Economicamente Ativa (PEA)		População Ocupada*	
		Números absolutos	%	Números Absolutos	%	Números absolutos	%
1940	41.236.315	12.880.182	31,24%	25.929.542	62,88%	-	-
1950	51.944.397	18.782.891	36,16%	33.441.181	64,38%	-	-
1960	70.070.457	31.303.034	44,67%	22.594.573	32,25%	-	-
1970	93.134.846	52.097.260	55,94%	29.557.224	31,74%	28.959.523	97,98%
1975	105.717.932	65.626.131	62,08%	35.345.947	33,43%	34.573.336	97,81%
1980	119.011.052	80.437.327	67,59%	43.235.712	36,33%	42.274.316	97,78%
1985	132.735.867	95.418.978	71,89%	49.291.335	37,13%	47.478.208	96,32%

Fonte: Ipeadata (2018) Elaboração própria.

* Não foram encontrados dados anteriores a 1970.

De 1940 a 1985, há crescimento populacional de quase 350%. De 41 milhões de pessoas, inicialmente, o país passa a registrar o total de 132 milhões de habitantes em 1985. No caso da urbanização, enquanto que no início do período o Brasil era constituído em sua maioria por população rural e constituía-se também de economia rural, agrário-exportadora, na década

⁸ “É composta pelas pessoas de 10 a 65 anos de idade que foram classificadas como ocupadas ou desocupadas na semana de referência da pesquisa ” IBGE (2018).

de 1970, pela primeira vez, a população urbana alcança o percentual de mais de 50% da população total, e em 1985 soma mais de 71% do número de habitantes do país.

Referindo-se a População Economicamente Ativa – PEA, de suma importância para se entender as mudanças no mercado de trabalho, nos anos de 1940 a 1950 a PEA cresce quase que proporcional ao crescimento da população total, e 60% aproximadamente da população é formada por população economicamente ativa. Mas, a partir daí, enquanto que a população total permanece crescendo, a PEA tem uma redução se mantendo em 30% aproximadamente do total da população até 1985.

Quanto as taxas de ocupação observada, as taxas se mantinham em torno de 98% da PEA, aproximadamente, até o ano 1980. Nos anos iniciais da década de 1980, porém, há uma redução do percentual da ocupação, que significa aumento do desemprego. Na Tabela 5 (p.37) poderá ser observado o comportamento do desemprego aberto no país no decorrer da década de 1980.

Quanto a evolução do emprego, por condição na ocupação, a variação média anual para o período que vai de 1940 a 1980 e também a partir de 1980 a 2000, na tabela 3 é possível verificar esta evolução.

Tabela 3 – Brasil – Evolução da População Economicamente Ativa, da condição da ocupação e do desemprego entre 1940 a 2000 (Variação média anual)

Itens	1940-1980	1980-2000
PEA	2,6%	2,9%
PEA ocupada	2,6%	2,2%
Empregador	3,3%	1,6%
Conta própria	1,8%	2,1%
Sem remuneração	0,6%	0,9%
Empregado	3,6%	2,4%
- Com registro	6,2%	1,3%
- Sem registro	0,6%	5,1%
Desempregado	0,5%	11,9%
Taxa de informalidade*	1,1%	3,0%
Taxa de precarização**	1,1%	3,7%

Fonte: Pochmann (2014, p. 29).

* Soma dos ocupados por conta própria, sem remuneração e empregado sem registro.

** Soma de conta própria, sem remuneração e desempregado.

Do período de 1940 a 1980 a variação da PEA era correspondida pela variação média anual da ocupação, ambas em 2,6%. Portanto, as taxas de desemprego permaneciam constantes, não aumentavam nem diminuía. E essa ocupação correspondia, em sua maioria, por empregos

formais. O emprego com registro em carteira durante o período alcançou a variação média anual de crescimento de 6,2%.

Dentro do quadro geral, empregador e empregados, principalmente os com carteira assinada registravam as maiores variações médias de crescimento, 3,3% e 3,6%, respectivamente.

Por outro lado, a partir da década de 1980, a variação média da PEA se torna superior a variação média da PEA ocupada, 2,9% e 2,2%, respectivamente- a década de 1990 será analisada na próxima seção. Nesse sentido, enquanto que de 1940 a 1980 havia expansão das ocupações com aumento da formalização do trabalho, a partir de 1980, com mudanças no modelo adotado até então, que visava a industrialização do país com substituição de importações, aumenta o desemprego e, conseqüentemente, os empregos informais e a precarização do trabalho.

Segundo Souza (2017) os problemas enfrentados pelo país na década de 1980 decorreram do fim do acordo de Bretton Woods, onde com o dólar flexível e desvinculado, de certa forma da produção, o capital bancário e especulativo passa a se expandir, isso a partir da década de 1970 e, com os juros altos promovidos pelas economias desenvolvidas com os choques do petróleo na década de 1970, os países periféricos com expressiva dependência externa, tem suas dívidas aumentadas consideravelmente.

A partir da década de 1970, atividade improdutivo exercida pelo capital bancário (e especulativo) avança sobre o processo de produção, desfazendo equilíbrio instituído em Bretton Woods, no qual investimento, emprego e produção formavam um círculo virtuoso. Era o fim do padrão dólar ouro e o início do dólar flexível. O alto nível de endividamento dos países periféricos, neles incluindo-se o Brasil, teve seu clímax entre o final da década de 1970 e início da de 1980. O ponto-chave foi o aumento dos juros do título da dívida do tesouro americano em 1979. Isso diminuiu vertiginosamente o financiamento internacional, tornando o crédito mais caro, assim provocando a crise da dívida externa (SOUZA, 2017, p. 2).

Sayad (1981) apresenta como motivo da crise a política intencional do governo. Segundo o autor, para atender interesses políticos, o governo teria direcionado a política para o controle da inflação e dos desequilíbrios do balanço de pagamento, que aconteceu por meio de redução de liquidez, penalização dos setores competitivos da economia, principalmente os produtores de alimentos. Penalização também dos empregos e salários, como consequência da mudança de política que deixava de incentivar a industrialização.

A redução do nível de atividade e de emprego da economia não resulta das características intrínsecas da economia capitalista no Brasil. Resulta, antes de mais nada, de política intencional do governo que atribui à recessão e ao desemprego as tarefas de reduzir a taxa inflacionária e ajustar a balança de pagamentos. Há pelo menos 11 meses, o crescimento da oferta de meios de pagamento tem-se situado em torno de 40 pontos abaixo da taxa de inflação. No início do ano de 1981 o próprio governo impôs limites ao crescimento dos empréstimos dos bancos comerciais, aos gastos das empresas estatais e da administração direta (SAYAD, 1981, p.87).

Nesse sentido, o autor ao chamar a atenção para a recessão e os principais penalizados diante das políticas adotadas, conclui afirmando que “[...] apesar de a recessão representar prejuízo concreto e visível para todos os participantes da economia brasileira, ela pode ser ao mesmo tempo investimento político de alguns participantes” (SAYAD, 1981, p.93)

Logo, a alternativa adotada pelo Brasil, diante da situação econômica e da dependência externa, ou de interesses políticos, conforme Sayad (1981) foi a mudança na política de incentivo ao desenvolvimento do parque industrial por uma política que visava principalmente controle da inflação e equilíbrios no Balanço de Pagamento- BP.

Em 1984, puxada pelas exportações, o país tem retomado do crescimento. “[...] o consumo, a formação bruta de capital⁹ fixo e as importações perdem participação no PIB, sendo essas perdas compensadas pelo aumento do peso relativo das exportações” (POCHMANN,1998, p.92). Assim:

As experiências frustradas de ajuste externo do período de 1979-84 refletiram uma característica do desequilíbrio externo brasileiro negligenciada no modelo de ajuste recessivo: o fato de que grande parte do aumento do déficit em conta-corrente a partir de 1979- e quase a totalidade desse aumento a partir de 1981- refletia o crescimento *exógeno* dos encargos da dívida externa, explicado pelos elevados juros internacionais. O mesmo ocorria com as contas públicas nesse período: o aumento do superávit primário e a redução do déficit operacional nos primeiros anos da década de 1980 não foram acompanhados de redução do déficit nominal (e, portanto, da dívida do setor público), porque os encargos financeiros da dívida subiam, devida à correção monetária e cambial (POCHMANN, 1998, p. 93-94, grifo do autor).

Como resultado da década de 1980, apesar dos vários planos de estabilização, tem-se uma inflação média que chega aos 471,7% na média ao ano, de 1985 a 1989 (Tabela 4), redução substancial das importações, como forma de amenizar o problema da escassez de reservas, e

⁹ Conforme IBGE (2015, p. 3) “Acréscimos ao estoque de bens duráveis destinados ao uso das unidades produtivas, realizados em cada ano, visando ao aumento da capacidade produtiva do País”.

resolver os desequilíbrios do BP, enquanto que com o incentivo dado as exportações tem-se saldo positivo crescente da balança comercial.

Como consequência dos juros altos e diminuição nos incentivos a industrialização, a formação bruta de capital fixo tem uma queda no ano de 1984. Conforme Castro: (2011a) “[...] Se tomássemos, por exemplo, 1980 como base, (100) o setor de bens de capital havia regredido, 10 anos depois, para um índice de produção física da ordem de 70 [...]” (p.135).

No período de 1981 a 1989, percebe-se também que a média das taxas de crescimento do PIB ao ano ficaram aquém das décadas anteriores, principalmente se considerado o período 1981-1983 (-2,2%). Os piores indicadores, no entanto, deixados como “herança” para o período posterior, década de 1990, podem ser considerados as altas taxas de inflação e também alto endividamento externo, que apesar do ajuste adotado, com argumento de que seria para resolvê-los, não obteve êxito.

Tabela 4– Economia Brasileira: Síntese de indicadores Macroeconômicos - 1974- 1989 (médias anuais por período).

Indicadores	1974-78	1979-80	1981-83	1984	1985-89
Crescimento do PIB (% a. a.)	6,7	8,0	-2,2	5,4	4,3
Inflação (IGP dez/dez, % a. a.)	37,8	93,0	129,7	223,9	471,7
FBCF (% PIB a preços correntes)	22,3	23,5	22,4	18,9	22,5
Tx.de crescimento das exportações de bens (US\$ correntes, % a. a.)	15,3	26,1	2,8	23,3	4,9
Tx.de crescimento das importações de bens (US\$ correntes, % a. a.)	17,2	29,5	-12,4	-9,8	5,6
Balança Comercial (US\$ milhões)	-2.283	-2.831	2.818	13.090	13.453
Saldo em conta corrente (US\$ milhões)	-6.548	-11.724	-11.584	95	-359
Dívida externa líquida/ Exportação de bens	2,5	2,9	3,7	3,3	4,3

Fonte: Hermann (2011, p.86), período de 1974 a 1984; e Castro (2011b, p.120), período de 1985 a 1989.

Em suma, a mudança de política a partir de 1980 foi voltada para objetivos que não eram a resolução dos problemas estruturais da economia, nem tampouco em benefício do mercado de trabalho. Pelo contrário, o modelo de taxas elevadas de juros interna para conter a inflação com redução da liquidez, do crédito e da demanda, influenciou fortemente a diminuição do investimento industrial e favoreceu o aumento das taxas de desemprego no início da década.

Nesse cenário, a década de 1980 foi uma década com diferenças significativas considerando-se todo o período anterior desde 1940. Popularmente conhecida como a “década perdida” em razão do baixo crescimento médio ao ano do PIB, alto endividamento e inflação, além claro, dos problemas no mercado de trabalho no início da década. “Durante o biênio 1983-84, o governo promoveu um ajuste fiscal com base na queda dos salários e do investimento público” (CASTRO, 2011b, p.101).

Na tabela abaixo é possível verificar ano a ano a trajetória do desemprego no Brasil da década de 1980. As taxas de ocupação que se mantinham com relativa estabilidade desde 1970 (Tabela 2, p.32), passam a registrar para o desemprego aberto do país 7,9%. Oscilam a partir daí entre 6%, 7% nos anos 1983, 1984, respectivamente, mas são revertidas no final da década para 3,4% em 1989.

Vale destacar que as maiores taxas de desemprego do período são registradas ao mesmo tempo em que a taxa média de crescimento do PIB é negativa em -2,2%, período de 1981 a 1984.

Tabela 5 – Taxa de desemprego aberto¹⁰ no Brasil – período 1981-1989

Ano	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Desemprego Aberto %	7,9	6,3	6,7	7,1	5,3	3,6	3,7	3,8	3,4

Fonte: IPEA (2018). Elaboração própria.

Em 1988, diante do processo de redemocratização com o término do período da ditadura militar é promulgada a Constituição¹¹ de 1988. Além de várias outras garantias, esta propunha melhorias na legislação social e trabalhista. Conforme Dedecca (2005), com a Constituição de 1988, após o período de baixo crescimento e maior precarização do trabalho verificado principalmente no início da década de 1980, se “Estabeleceu as bases para um desenvolvimento centrado no mercado interno que pudesse ser caracterizado pela justiça social. [...] esperava-se que os anos 90 fossem marcados pela retomada do crescimento com geração de emprego e distribuição de renda” (DEDECCA, 2005, p. 103).

¹⁰ “Taxa de desocupação (ou desemprego aberto) [é a] percentagem das pessoas desocupadas, em relação às pessoas economicamente ativas” IBGE (2018)

¹¹ Para maiores informações referente a Constituição Federal de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, ler Vaz; Musse; Santos (2008).

Em 1989, no entanto, o mundo passa a conhecer e seguir, de certa forma, as medidas receitadas pelo FMI e pelo Consenso de Washington e que reflete fortemente na economia brasileira da década de 1990, “Enquanto a renda per capita da economia brasileira diminuía mais de 0,5% ao ano em média na década, surgiam no cenário internacional o chamado Consenso de Washington e o Plano Brady, ambos em 1989” (CASTRO, 2011a, p.135, grifo do autor).

Percebe-se que na década de 1980 já havia uma tendência para adoção de políticas liberais no Brasil, quando o governo diante dos problemas, principalmente de 1980 a 1984, utiliza-se de medidas que provoca queda no PIB e aumento do desemprego. Diante disso, medidas keynesiana de participação maior do Estado na economia, promovendo o crescimento econômico e emprego, são substituídas no início da década de 1980 e por toda a década de 1990 por medidas liberais, conforme as defendidas por Friedman e Hayek e que serão abordadas na sequência.

2.2 Evolução do mercado de trabalho na década de 1990.

A década de 1990 marca um período de mudanças na história econômica brasileira. A PEA se mantém crescendo, mas diante da “[...]abertura comercial e financeira desregulada [...] inovação tecnológica, privatização, terceirização de atividades e queda da taxa de investimento total, em particular do investimento público” (MENDONÇA, 2003, p.03), e sem uma contrapartida na geração de postos de trabalho, principalmente pela indústria, o desemprego aumenta. Associado a isso, a política os juros altos e um baixo crescimento do produto fizeram com que “As empresas, especialmente as do setor industrial, [tivessem] dificuldades para sobreviver no novo ambiente de competição ” (MENDONÇA, 2003, p.03).

Verifica-se que o que havia acontecido no período anterior a década de 1980 não mais se mantinha válido para a década de 1990. Os problemas da década de 1980, principalmente a questão da inflação alta, era algo a ser perseguido na nova década. E com Fernando Collor a frente do governo,

[...]o país submetido a avassaladora inflação de mais de 80% ao mês. Como plenamente antecipado, teve de anunciar um drástico plano de estabilização no primeiro dia de governo. Mas seu programa econômico incluiu também reformas estruturais centradas na abertura comercial, na redução do papel do Estado como produtor de bens e serviços e na reorganização da administração pública federal (ABREU, 2014, p.313).

Os dois planos de estabilização, Collor I e Collor II não foram bem-sucedidos e o primeiro deles, Collor I, obteve fortes críticas tanto de empresários quanto do povo. Nesse sentido, conforme Abreu (2014) após o período de retenção de ativos o Banco Central passou a adotar medidas que visavam evitar um agravamento maior da inflação. O resultado foi uma piora no quadro econômico. “[...] o Banco Central, além de manter a taxa de juros bastante elevada, permitiu que a apreciação da taxa real de câmbio que havia sido observada ao longo do primeiro semestre, se acentuasse significativamente em meados de 1991” (ABREU, 2014, p.318).

Tempos depois, houve uma mudança na política cambial e “[...] deixando que o câmbio se desvalorizasse em 16% [...]A desvalorização deflagrou aumento da volatilidade no mercado cambial que contribuiu para intensificar ainda mais a rápida aceleração da inflação que já vinha sendo observada (ABREU, 2014, p.318).

Para Abreu (2014), o governo conseguiu provocar a ruptura com o modelo anterior, de um Brasil sustentado pelos gastos governamentais e implementar medidas e reformas que se fizeram presentes durante toda a década, mas não conseguiu a estabilização da moeda, nem melhorar as condições de emprego da população. Com Collor,

[...] esforços de estabilização de seu governo fracassaram. Mas houve surpreendente sucesso na implementação de duas reformas cruciais: privatização e liberalização comercial. De uma perspectiva de longo prazo, seu governo marcou o início da reversão da estratégia econômica de quase meio século, baseada nos pilares da ação do estado e da autarquia, preconizada por Roberto Simonsen em 1944 [...] (ABREU, 2014, p. 313).

Nesse início da década, o desemprego sai de 4,3 para 5,7% (Tabela 8, p. 46), e o PIB tem queda na média dos dois anos. Assim, no momento que o governo decidiu por adotar de modo mais intenso as políticas defendidas pelo Consenso de Washington – liberalização comercial e financeira, privatizações, redução da máquina estatal, etc – a economia brasileira entra em uma enorme crise.

Após o impeachment de Collor, “Com Itamar Franco, substituto interino [...] em 1992, em razão da crise política encontrava um quadro econômico delicado” (ABREU, 2014, p. 319). A inflação permanecia como problema, apesar de ter diminuído dos patamares anteriormente observados. E até a implantação do Real a situação permanecia crítica tanto pela falta de credibilidade que se tinha, quanto pelo receio que cada novo plano de estabilização provocava.

Contudo, vale destacar que nesse governo a taxa de desemprego cai um pouco, saindo dos 5,7% para 5,1% (Tabela 8, p. 46).

Com o plano Real em 1994, “[...] ao contrário do ocorrido no Plano Cruzado [...] a equipe do governo optou por aumentar as taxas reais de juros e elevar as taxas de depósitos compulsórios da economia, após a introdução da nova moeda[...]” (CASTRO, 2011a, p. 149). O governo optou por manter uma estabilização baseada na âncora monetária “[...] foi esclarecido que o real adotaria âncora monetária (metas) e o câmbio seria livre para oscilar para baixo, mas teria teto fixo em 1 real=1dólar (banda assimétrica)” (CASTRO, 2011a, p.151).

Para conter a expansão da demanda a partir do momento que a estabilização fosse alcançada, “[...] o Banco central anunciou um enorme aperto de liquidez. [...] Esse significativo aperto de liquidez logo após o lançamento da nova moeda é uma das maiores características do Plano Real em contraposição a planos de estabilização da segunda metade dos anos 1980” (CASTRO, 2011a, p.151). Como resultado, a partir dos ajustes a inflação pode ser controlada, mas o desemprego aumentou e os juros altos, assim como a piora nas contas públicas, contribuíram para o quadro ruim no período, com implicações diretas sobre o mercado de trabalho brasileiro.

No Brasil, não só as taxas de juros foram mantidas elevadas ao longo de todo o período 1994-98 (em torno de 21% em média, em termos reais, considerando o INPC como deflator), como se mostraram bastante voláteis. Quanto ao déficit público, o que normalmente ocorre é uma redução do déficit na fase expansiva do ciclo e posterior deterioração na fase depressiva. No caso brasileiro, houve de fato uma melhora inicial (em 1994) seguida de grande deterioração (CASTRO, 2011a, p. 154).

A deterioração nas contas brasileiras que já vinha do período ruim da década de 1980 e se intensifica, principalmente a partir do governo FHC, foi resultado, conforme Castro (2011a) de problemas decorrentes do desequilíbrio externo, provocado pela abertura comercial, redução de tarifas de importações que as expandiram significativamente, e, mesmo com expansão do mercado internacional, pouco crescimento das exportações comparado as importações.

Ao contrário da década anterior que teve um saldo positivo crescente da balança comercial sustentado pelo crescimento das exportações, “Nos três anos entre 1995-1997 as importações em dólar cresceram a uma taxa média de 21,8% a.a [...] enquanto as vendas ao exterior cresceram apenas 6,8% a. a., em que pese o fato de esses terem sido anos de grande expansão do comércio internacional [...] (GIAMBIAGI, 2011a, p 169).

Verifica-se, portanto, que as políticas adotadas, de inspiração (neo) liberal, difundidas pelo Consenso de Washington, que favoreceram a estabilização do Real não possibilitaram que o mercado de trabalho brasileiro pudesse absorver grande parte da PEA que se expandia, pelo contrário, os juros altos, desestímulo a indústria e a demanda, aperto de liquidez, aumento do compulsório e também das importações terminaram por encaminhar essa população para postos de trabalhos precários.

Os empregos antes criados pela industrialização passam a favorecer a criação de emprego externos, através da maior importação. Parte da renda é direcionada para os setores também externos e cria-se uma dinâmica maior externa em detrimento do mercado de trabalho brasileiro.

Nesse contexto, com a abertura comercial e busca de redução de custos pelas empresas- pela visão liberal, salários elevados passam a ser empecilho ao crescimento da atividade - o emprego sofreu fortes ataques o que levou a um processo de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro. Assim, em função das políticas econômicas (neo) liberais adotadas “Com taxas de câmbio e de juros desfavoráveis, o ajuste sobre os custos do trabalho foi inevitável. Daí o corte dos empregos e a redução dos salários, especialmente nos setores que foram submetidos à maior concorrência externa (MENDONÇA, 2003, p, 04).

Com a PEA crescente, sem a correspondente elevação na taxa de crescimento do PIB e das ocupações com renda o país não conseguiu gerar postos de trabalhos para a população que entrava nesse mercado, além de gerar desemprego para os que estavam trabalhando.

Pochmann (1998) ressalta que “Entre 1989 e 1996, por exemplo, a expansão das ocupações no Brasil foi de 11,4%, enquanto a PEA total aumentou 16,5%, influenciando diretamente o aumento do desemprego [...]” (POCHMANN, 1998, p.124). Ao examinar a tabelas 8 e 10 (p. 45 e 50, respectivamente), verifica-se que o quadro não melhora até 1999. Na verdade, piora, ao final do governo FHC chegando a 11,7%, em 2002.

Na década de 1990, outra característica marcante foi a queda no investimento. “[...]o investimento público foi atingido pela política de ajuste das finanças públicas” (MENDONÇA, 2003, p. 03). Assim, em função da política econômica adotada o país sofre uma crise cambial entre o final de 1998 e janeiro de 1999. Em 1999, adotando as recomendações do FMI, é implantado o tripé macroeconômico. Nesse modelo, o governo passa a adotar “[...] metas de inflação, câmbio flutuante e austeridade fiscal[...]” (GIAMBIAGI, 2011a, p.193), e a partir daí “1999-2002. Correspondeu a uma tríplice mudança de regime cambial, monetário e fiscal” (GIAMBIAGI, 2011a, p.188).

Com a nova política macroeconômica, o tripé macroeconômico, associada desvalorização cambial resultante da crise cambial de 1999, o país volta a crescer, contudo, vale ressaltar que a retomada do crescimento do PIB se deu com média anual ainda muito baixa. E como principais reformas do período FHC no campo econômico, Giambiagi (2011a) destaca:

Privatização. Fim dos monopólios estatais nos setores de petróleo e telecomunicações. Mudança no tratamento do capital estrangeiro. Saneamento do sistema financeiro. Reforma (parcial) da Previdência Social. Renegociação das dívidas estaduais. Aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Ajuste fiscal, a partir de 1999. Criação de uma série de agências reguladoras de serviços de utilidade pública. Estabelecimento do sistema de metas de inflação como modelo de política monetária (p. 181).

Essas reformas foram tomadas principalmente após a estabilização da moeda, em 1994, e mudaram a estrutura de política econômica adotada até o ano 1980, onde o Estado promovia o crescimento econômico através do modelo de substituição de importações, com desenvolvimento do parque produtivo nacional.

E no quesito social, sem atender grande parte dos que, com a situação crítica do emprego careciam de políticas voltadas para o emprego e renda, para esta população foram criados, conforme destacado também por Giambiagi (2011a):

Expansão das medidas previstas na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). O Bolsa-Escola, do Ministério da Educação. O Bolsa-Renda, do Ministério da Integração. O Bolsa- Alimentação, a cargo do Ministério da Saúde. Auxílio Gás, do Ministério das Minas e Energia. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) (p. 185).

A maioria dessas políticas foram incorporados no chamado Programa Bolsa Família, a partir de 2004. Mas à época da implantação, na década de 1990, elas não foram tornadas populares. Becker (2004) apresenta que principalmente no primeiro governo FHC os gastos com políticas sociais se mantiveram baixo, no segundo tem-se uma elevação, porém muito aquém do necessário. E complementa:

A preocupação demasiadamente grande em relação à estabilidade da economia praticamente deixou a política social de lado no primeiro governo FHC, uma vez que se acreditava, que o projeto Comunidade Solidária pudesse assumir o papel do Estado na área social (BECKER, 2004, p. 61).

Diante dos acontecimentos econômicos mencionados, os desdobramentos das políticas adotadas resultaram nos indicadores econômicos para a década de 1990 que podem ser observados abaixo, Tabela 6.

Um PIB com crescimento baixo no primeiro período da década, 1,3%, e com melhora pequena de 1995 a 1998 (2,5% na média), porém a inflação com o plano Real tem uma taxa média ao ano que sai de 1210%, para 9,4% no segundo período.

Os demais indicadores, como importações e exportações podem ser verificados pelo resultado da balança comercial, que teve saldo negativo na média anual do período 1995/1998, principalmente como resultado do câmbio sobrevalorizado em função do plano real (âncora cambial), e aumento das importações no período, o que proporcionou maiores empregos no exterior em detrimento dos gerados internamente.

Os investimentos também tiveram queda, 19,5% para 17,4%, períodos 1990/1994 e 1995/1998, respectivamente. Nisso tem-se o resultado da mudança, abertura comercial, juros altos e aumento do compulsório que ao desestimular os investimentos e também o crescimento do PIB e diante da menor atuação do poder público, dentre várias outras medidas, resultaram em aumento do desemprego, da informalidade e precariedade do trabalho.

Quanto ao saldo em conta corrente negativo, este é considerado um problema estrutural do Brasil. No conjunto, o modelo perseguido na década de 1990, de acordo as medidas do Consenso de Washington, de baixa inflação e com menor intervenção do estado, resultaram em baixo crescimento médio ao ano do produto e em elevadas taxas de desemprego, conforme se observa na Tabela 6, abaixo, e 8 (p.46).

Tabela 6 – Economia Brasileira: Síntese de indicadores Macroeconômicos - 1990-1998(médias anuais por período).

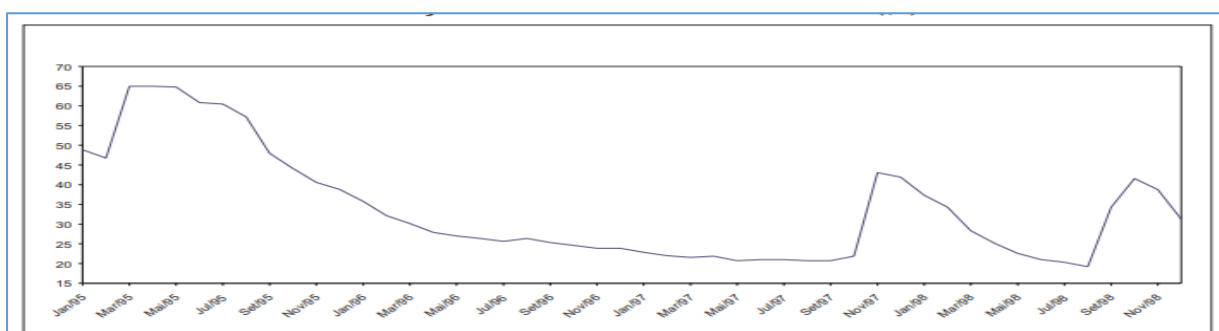
Indicador	1990-1994	1995-1998
Crescimento do PIB (% a. a.)	1,3	2,5
Inflação (IGP dez/dez, % a. a.)	1210,0	9,4
FBCF (% PIB a preços correntes)	19,5	17,4
Tx.de cresc. das exportações de bens (US\$ correntes, % a. a.)	4,8	4,1
Tx.de cresc. das importações de bens (US\$ correntes, % a. a.)	12,6	14,9
Balança Comercial (US\$ milhões)	12,1	-5,6
Saldo em conta corrente (US\$ milhões)	-0,3	-26,4

Fonte: Castro (2011a, p. 158) período de 1990 a 1994 e Giambiagi (2011a, p. 180) período de 1995 a 1998.

Diante dos problemas econômicos e sociais apresentados, percebe-se um dos fatores tido como de sustentação do plano real, a taxa de juros (Gráfico 1). Nota-se a elevação dos juros a partir de janeiro de 1995, nos patamares de 65% ao trimestre e nos meses posteriores tendência a queda, porém com elevação à medida que aconteciam as crises de 1994 a 1998.

Porém os juros, independente dos choques externos, pelo modelo ortodoxo adotado para que a inflação permanecesse baixa, durante todo o período 1995 a 1998, estiveram na casa dos 20% em média, fato este que levou a explosão da dívida pública interna.

Gráfico 1 – Taxa de Juros Mensal Anualizada – Selic (%)
jan. de 1995 a nov. de 1998



Fonte: Giambiagi e Moreira, (1999, p. 27).

Nesse modelo de política da década de 1990, com juros elevadíssimos, “De cada 10 ocupações geradas entre 1989 e 1996, apenas duas eram assalariadas, contra oito não assalariadas, sendo quase cinco de conta própria e três de ocupações sem remuneração (POCHMANN, 1998. p.128). Esses resultados, conforme o modelo adotado (neo) liberal, e de acordo ao que foi discutido no final do capítulo 1 com Mises (2010) e Hayek (2011), onde baixos salários promoveriam a redução do desemprego, na prática, o desemprego aumenta ao mesmo tempo que a flexibilização no mercado de trabalho acontece.

Na Tabela 7, conforme pode ser observado, o único ano de 1992 a 1998 em que a ocupação com carteira assinada teve variação positiva foi em 1995, ano da implementação do Real, ainda assim variação de apenas 0,6%. O sem carteira e o contra própria, por outro lado, permaneceram por quase todo o tempo com variações positivas, portanto, as vagas que não eram geradas no setor formal eram criadas no setor informal.

Tabela 7 – Taxa de Variação da População Ocupada segundo Diversas Características (%)

Posição na Ocupação	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Com carteira	-4,5	-0,2	-0,2	0,6	-1,4	-0,4	-1,4
Sem carteira	6,0	5,1	5,7	4,2	5,3	0,4	2,2
Conta Própria	3,7	1,3	6,5	3,5	6,1	2,4	-0,7
Empregador	-2,3	1,2	-0,5	9,0	5,1	-1,8	0,3
Ignorado	6,6	-4,6	10,9	-0,5	11,4	-8,6	0,2

Fonte: Giambiagi e Moreira (1999, p. 34).

Desse modo, na década de 1990, que é marcada pela intensificação das políticas (neo) liberais, verifica-se, forte deterioração do mercado de trabalho brasileiro, além de outros indicadores econômicos que também se deterioravam como o saldo em transações correntes, balança comercial e o investimento, Tabela 6 (p.43).

Apesar da Constituição de 1988, o Brasil se viu, nos anos 1990, com um pensamento que pode ter favorecido a estabilização tão almejada pelos governos, mas que pelo quesito social não se mostrou favorável a geração de aos postos de trabalho. Pelo contrário, ao promover forte estímulo às importações o país estava transferindo os benefícios da demanda, aquecimento da economia com a estabilização do real, para fora. Como resultado, “[...] uma explosão do déficit em conta corrente, um comportamento medíocre do nível de produção industrial e uma contração acentuada do emprego no grande setor da economia (DEDECCA, 2005, p.108).

A política adotada, a partir do início dos anos 90, permitiu uma forte exposição externa da base produtiva local, implementou um novo receituário de política econômica e buscou enfraquecer o poder de barganha dos segmentos organizados da sociedade, na esperança de reduzir a resistência aos projetos de flexibilização do sistema de proteção social inscrito na Constituição de 1988 (DEDECCA, 2005, p. 105).

Nesse sentido, a regulação social existente era vista como um problema do país. “Em uma situação de crise de emprego que se avolumava, os Estados passaram a ser atraídos por reformas na regulação do contrato e das relações de trabalho, iniciativa que interessava particularmente às empresas” (DEDECCA, 2010, p. 36).

A demanda precisava ser sanada por produção externa, e o problema do desemprego, sem a atuação do governo para amenizá-lo, se transfere para o trabalhador. Este precisaria concorrer com os demais desempregados para conseguir uma ocupação e, caso não conseguisse, teria que aceitar que era em razão da baixa qualificação.

Na tabela 8 verifica-se que do ano de 1990 a 1992 às taxas de desemprego são crescentes, alcançando 5,7% em 1992. A partir daí, até 1995, ano da criação do plano Real, elas têm tendência decrescente, registro de 4,6% em 1995. Com o plano real, por sua vez, diante das medidas adotadas para a permanência da estabilidade da moeda, conforme argumentado, a tendência é crescente novamente, chegando nos anos finais da década, 1999, a 7,6%.

Comparando com a maior taxa de desemprego registrada na década de 1980, que foi de 7,1% em 1985, se percebe que são taxas próximas, porém a partir de 1985 há uma redução da taxa de desemprego, enquanto em 1990, com o plano Real, as taxas são crescentes e nos últimos anos do governo FHC, 2001 e 2002, que será abordado na sequência, a média do desemprego ao ano é de 11,5%, aproximadamente. Aumento significativo.

Portanto, mesmo com a estabilização da economia e principalmente por este motivo, pois as políticas restritivas ao crescimento eram utilizadas pelo governo com o argumento de que para manter a estabilização faziam se necessárias tais medidas de redução dos gastos pelo poder público, juros altos, redução do crédito e do investimento, além de contração da demanda, as taxas de desemprego são crescentes.

Tabela 8 –Taxa de desemprego - (%)

Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Percentual (%)	4,3	4,8	5,7	5,3	5,1	4,6	5,4	5,7	7,6	7,6

Fonte: IPEA (2018). Elaboração própria.

Com a mudança na política de crescimento, de Keynesiano para (neo) liberal, o que se viu foram “[...] taxas de investimento como proporção do produto relativamente baixo, o que revela uma reduzida capacidade de recomposição e de ampliação do parque produtivo nacional” (POCHMAN, 2001, p. 130). Desse modo, “[...]num cenário cambial desfavorável internamente, que, desacompanhado de políticas industrial ativa, comercial defensiva e social compensatória, termina apontando a construção de um novo quadro econômico, sem a possibilidade de crescimento sustentado (POCHMAN, 2001. p. 132).

Conforme Menezes Filho (2014, p. 36) “[...]os setores que mais ganharam participação entre os ocupados foram aqueles com baixa produtividade do trabalho, especialmente o Comércio e alguns ramos dos Serviços”. Setores onde, normalmente, os salários são menores se comparados aos salários na indústria, por exemplo.

Diante do exposto, e conforme a crítica de Sayad (1981) que tem como base “Os aspectos políticos do desemprego” de Michal Kalecki, abordado no primeiro capítulo, os objetivos de determinadas políticas acabam por penalizar empregos, salários, empresas competitivas do país em benefício da estabilidade da moeda, por exemplo.

No período recessivo, com médias de crescimento do PIB pequenas, desemprego crescente, aumento da informalidade e precarização do trabalho, a tentativa de reversão do quadro ruim traria benefícios a todos na sociedade, mas os interesses políticos por trás das políticas vão muito além da questão da inflação.

Apesar de pouco eficaz com respeito aos objetivos de controle de inflação e balança de pagamentos, pode ser muito eficaz para restabelecer o antigo balanço de poder entre empregadores e empregados; coloca limites ao crescimento e à participação do governo, que corre o risco de ficar fora de controle dos empresários; garante a liberdade de movimento dos capitais internacionais e aumenta o seu poder de barganha no tocante à participação em diversos setores da economia. Assim, a funcionalidade da recessão é antes de tudo política: redistribui poder entre trabalhadores e empresários, abrindo espaço para discutir a lei salarial, por exemplo; redistribui poder entre empresários nacionais e estrangeiros quando se discute o padrão de crescimento industrial, a participação das empresas estrangeiras e a própria participação da dívida. (SAYAD, 1981, p.93)

Nos moldes adotados pela política (neo) liberal, com base no Consenso de Washington os trabalhadores durante a década não foram os beneficiados diante da política de manutenção da estabilidade da moeda, pelo contrário, estes foram os grandes prejudicados.

Na sequência, a abordagem concentra-se no período 2000 a 2007. Até 2002 FHC permanece como presidente do país e as políticas adotadas durante a década de 1990 também permanecem. A partir de 2003 o presidente é Luiz Inácio Lula da Silva- Lula e há uma mudança nas políticas adotadas durante o período anterior, principalmente a partir de 2005.

2. 3 Evolução do Mercado de Trabalho, 2000 a 2007

Na década de 1990 o cenário que se tinha era de estabilização econômica, porém, conforme analisado na seção anterior, vários foram os problemas econômicos e sociais registrados ao longo da década que se mantiveram no início dos anos 2000.

Nesse contexto, o então presidente Fernando Henrique ao deixar o governo deixava também vários indicadores com fortes sinais de deterioração e na passagem para o governo Lula “[...] a consolidação da estabilização e o fim de um processo histórico de 30 anos de

indexação (1964-1994) são a parte boa do balanço de um período que, por outro lado, esteve associado a baixo crescimento, aumento da carga tributária e uma pesada herança de elevado endividamento externo e fiscal (GIAMBIAGI, 2011a, p.193). Além da já mencionada, elevação contínua das taxas de desemprego a partir de 1995.

Na tabela abaixo é possível verificar alguns indicadores do último governo FHC (1999-2002) e também os indicadores referentes ao primeiro governo Lula, de 2003 a 2006.

Tabela 9: Economia Brasileira: Síntese de indicadores Macroeconômicos - 1999- 2006 (médias anuais por período)

Indicador	1999-2002	2003-2006
Crescimento do PIB (% a. a.)	2,1	3,5
Inflação (IGP dez/dez, % a. a.)	8,8	6,4
FBCF (% PIB a preços correntes)	16,5	15,9
Tx.de cresc. das exportações de bens (US\$ correntes, % a. a.)	4,2	22,9
Tx.de cresc. das importações de bens (US\$ correntes, % a. a.)	-4,9	17,9
Balança comercial (US\$ milhões)	3,5	37,4
Saldo em conta corrente (US\$ milhões)	-20,1	10,9

Fonte: Giambiagi (2011a, p. 180) período 1995 a 2002; Giambiagi (2011 b, p. 218) período 2003 a 2006.

Ao realizar a comparação entre os dois períodos percebe-se que: 1) o PIB se mantém com taxa maior de crescimento médio de 2003 a 2006 do que no período de 1999-2002 (3,5% no primeiro governo Lula contra 2,1% no período 1999-2002); 2) a inflação mantém-se menor a partir de 2003 do que na média do período anterior; 3) a taxa de crescimento das exportações e também importações se mantém mais elevadas no governo Lula, e o saldo na balança comercial é dez vezes, aproximadamente, maior na média do período 2003-2006 em relação ao período anterior.

Vale destacar a situação de crescimento do comércio internacional e também da China, que passa a ser intensificado pelo governo Lula, fortalece a parceira comercial do país e traz melhoras significativas ao saldo da balança comercial.

Portanto, num primeiro momento o crescimento do PIB brasileiro foi influenciado pelo crescimento das exportações, o governo não realizou de imediato grandes mudanças em relação as que foram implementadas no governo anterior, quanto a isso, Giambiagi (2011b, p. 206-207) apresenta que o governo:

Anunciou as metas de inflação para 2003 e 2004, de 8,5% e 5,5%, respectivamente, que implicavam um forte declínio em relação à taxa efetivamente observada em 2002, reforçando a política anti-inflacionária.

Elevou a taxa de juros básica (Selic) nas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom), mostrando que isso não era mais um ‘tabu’ para o PT. Definiu um aperto da meta de superávit primário, que passou de 3,75% para 4,25% do PIB em 2003.

Ordenou corte do gasto público, para viabilizar o objetivo fiscal, deixando de lado antigas promessas de incremento do gasto.

Colocou na Lei de Diretrizes Orçamentárias o objetivo de manter a mesma meta fiscal, de 4,25% do PIB de superávit primário, para o período de 2004-2006.

Além disso, o acordo com o FMI feito no governo anterior foi respeitado e um novo acordo foi realizado, porém, “[...] na prática, no novo acordo, embora dispondo da linha de crédito daquela instituição, o país não fez uso dos recursos (GIAMBIAGI, 2011b, p.208). Os juros se mantiveram alto, a política de metas para inflação, câmbio flutuante e busca de superávits primários também foram mantidas.

A inflação se manteve próximo da meta e quanto aos juros altos, é importante ressaltar que “Embora o Brasil tenha continuado a ter taxas de juros reais muito elevadas no contexto internacional, [...] se depreende que o denominador comum dos ciclos foi que os ‘picos’ e os ‘vales’ de cada processo foram cada vez menores que no ciclo anterior” (GIAMBIAGI, 2011b, p. 211-212).

Conforme Filgueiras (2010) a partir de 2005 as políticas do governo são direcionadas à expansão da demanda interna, que se tornam determinante para o crescimento do PIB. “[...] a partir de 2005-2006, com redução das taxas de juros e a ampliação do crédito, o consumo das famílias passou a ser o determinante principal das maiores taxas de crescimento” (FILGUEIRAS, 2010, p. 57)

Mesmo com o momento bom do comércio internacional, o governo a partir de 2004 já passava a implementar incentivos ao retorno a industrialização do país (GIAMBIAGI, 2011b), o que também favoreceu o crescimento do emprego.

Com o maior incentivo ao crescimento e desenvolvimento do país, o consumo fortemente incentivado pelo governo passa a se tornar um dos pilares para a manutenção dos níveis elevados de emprego. Nesse sentido, as principais mudanças realizadas no governo Lula podem ser descritas:

A taxa de variação real do gasto público teve um aumento expressivo em relação à média dos dois primeiros anos de Governo, com ênfase nos aumentos do funcionalismo, especialmente no segundo Governo Lula; [...] tendência a um afrouxamento dos superávits primários; O Governo passou a usar a possibilidade de desconto – por vezes, até mesmo expressivo- de parte do investimento da meta de superávit primário,

mecanismo que embora estivesse formalmente disponível ainda no final do Governo FHC, nunca tinha sido utilizado. Com isso, a ‘meta fiscal’, na prática deixou de ser efetivamente perseguida, uma vez que passou a ficar sujeita a uma espécie de ‘banda de tolerância’; O Ministério da Fazenda passou a divergir claramente em várias ocasiões do Banco Central acerca da condução da política monetária;

Foram abandonados os estudos que a área econômica vinha fazendo em 2005, destinados a elaborar um plano de longo prazo visando maior contenção do crescimento da despesa, para atacar de modo mais vigoroso o desequilíbrio fiscal;[...]e

Houve um aumento substancial da importância e do papel do BNDES na economia (GIAMBIAGI, 2011b, p. 215).

Quanto às exportações, apesar da valorização cambial, estas não foram prejudicadas, mantiveram crescimento pela situação internacional favorável e, principalmente, a melhora nos preços das *commodities*¹² o que possibilitou melhorias no saldo da balança comercial.

[...] entre 2002 e 2007 as exportações cresceram a uma média anual de mais de 9% - apesar da apreciação real observada. Além disso, o crescimento mundial provocou forte aumento dos preços internacionais das *commodities*, o que, em certa medida, compensou o efeito-preço negativo da apreciação cambial sobre as exportações. Basta dizer que, entre as médias anuais de 2002 e 2008, os preços em dólar dos produtos básicos e semimanufaturados exportados pelo país cresceram 164% e 134%, respectivamente. Mesmo os preços dos produtos manufaturados exportados pelo Brasil- menos sensíveis às pressões de demanda e ao crescimento econômico – sofreram um incremento de 66% nessa comparação (GIAMBIAGI, 2011b, p.220-221, grifo do autor).

Outras questões importantes do período foram as políticas voltadas para transferências de renda e valorização do salário mínimo. Estas políticas foram as principais motivadoras do consumo no Brasil, e no segundo governo Lula possibilitaram a retomada na produção para o mercado interno brasileiro. Conforme Pinto e Teixeira (2012):

No 2º governo Lula verificou-se certa flexibilização da política econômica por meio (i) da adoção de medidas voltadas à ampliação do crédito ao consumidor e ao mutuário, (ii) do aumento real no salário mínimo, (iii) da adoção de programas de transferência de renda direta, (iv) da criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e da ampliação da atuação do BNDES para estimular o investimento público e privado; [...] (p.923)

Portanto, diante dos problemas advindos dos governos FHC, com reduzida participação do Estado na economia, taxa média de crescimento do PIB relativamente baixas,

¹²Commodities são produtos que funcionam como matéria-prima, produzidos em escala e que podem ser estocados sem perda de qualidade, como petróleo, boi gordo, café, soja e ouro, etc. IBGE (2018).

ajuste fiscal, política monetária restritiva, abertura comercial com exposição das empresas brasileiras a concorrência externa e aumento das taxas de desemprego a partir da estabilização da moeda em 1995, o governo Lula apesar de permanecer seguindo a política restritiva nos dois primeiros anos de governo, muda, a partir de 2005, e adota políticas de crescimento econômico onde a expansão da demanda passa a ser determinante. Nesse sentido, o governo,

[...] marcou um contraste com o clima vigente até então e iria se caracterizar pela forte expansão do crédito e por uma política fiscal mais agressiva em termos de expansão do gasto público. O resultado disso foi uma aceleração do consumo, em particular o das famílias, que no segundo governo Lula cresceu a uma taxa muito superior à registrada na média dos primeiros quatro anos de Governo (GIAMBIAGI, 2011b, p. 222-223).

Na Tabelas 10 se verifica o comportamento do desemprego em presença das políticas adotadas pelos governos FHC (até 2002) e Lula (2003 a 2007).

Tabela 10 – Taxa de desemprego –2000 a 2007(%)¹³

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
%	7,1	11,3	11,7	12,3	11,5	9,8	10,0	9,3

Fonte: IPEA (2018). Elaboração própria.

Do ano 2000 a 2001, o desemprego apresenta crescimento da taxa ao ano, de 7,1% passa a registrar 11,3%. Em 2002, último ano do segundo governo FHC, a taxa de desemprego registrada é de 11,7%, maior taxa até então do desemprego, desde 1940. A taxa de desemprego, nesse sentido, vinha crescendo desde o ano 1995, ano de adoção do Real como moeda pelo país e certamente não teriam sido reduzidas caso as políticas adotadas desde a década de 1990 fossem mantidas.

Em 2003, primeiro governo Lula, o desemprego continua crescendo, mas, principalmente a partir do crescimento do PIB com expansão da demanda, provocada por políticas direcionadas do governo, passa a registrar taxas menores que as registradas até 2003, ano onde a taxa de desemprego foi de 12,3%. Em 2007, último ano analisado nesta seção, a taxa de desemprego registrada é de 9,8%. Na tabela 11 é possível verificar como as políticas geraram também aumento nas vagas de empregos formais no período considerado.

¹³ Houve mudança de metodologia na pesquisa do desemprego do IBGE para os dados publicados a partir de 2003.

Tabela 11 – Saldo Admissões e Dispensas CLT- 2001 a 2007(valores absolutos)

Ano	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Valores	-57.991	591.079	762.414	645.433	1.523.276	1.253.981	1.228.686	1.617.392

Fonte: CAGED (2018). Elaboração própria.

No saldo de empregos é possível verificar que a redução no desemprego foi favorecida pelo aumento das vagas. Assim, é possível afirmar que a melhora nos indicadores do mercado de trabalho se dão, especialmente a partir de 2004/2005, quando o governo Lula passa a adotar políticas de inspiração keynesiana com mudanças na política fiscal que passa a ser expansionista (via flexibilização); política monetária também expansionista com redução das taxas de juros Selic e TJLP- Taxa de Juros de Longo Prazo, e de estímulo a expansão do crédito; política comercial com mudança importantes ao intensificar as relações sul-sul e ampliar bastante a relação comercial com a china o que levou ao aumento das exportações brasileiras.

A partir de 2005 os impulsos ao crescimento econômico influenciam na criação de mais de 1 milhão de vagas; no ano 1999 o saldo havia sido negativo em -57 mil vagas. Esse saldo diante do percentual de desemprego pode ser considerado pequeno, porém significa, no caso do ano 2007, onde a maior quantidade de vagas foi gerada, mais de um milhão e seiscentas pessoas com possibilidade real de entrar no mercado de trabalho formal brasileiro, quando até 2003 o desemprego crescia.

Os demais dados como taxas de emprego por posição na ocupação, rendimento médio real do trabalho por posição na ocupação serão analisados no próximo capítulo onde se verifica a evolução desses indicadores até o ano 2011.

Portanto, diante das políticas adotadas no primeiro governo Lula (2003-2006) principalmente a partir do ano 2005 onde a demanda passa a determinar o crescimento do PIB, conforme exposto anteriormente, melhora também a situação para os trabalhadores, conforme os dados de desemprego e saldo de empregos formais analisados. Nas palavras de Filgueiras (2010):

A redução das restrições externas, numa conjuntura de crescimento da economia mundial até 2007, possibilitou uma menor instabilidade macroeconômica e alargou, ainda dentro das premissas do modelo em vigor, o espaço da manobra da política econômica: as taxas de juros foram reduzidas e o crédito foi ampliado. Por isso, o período Lula, mais especificamente o segundo governo, apresentou maiores taxas de crescimento do produto, com expansão do consumo e do investimento, além do crescimento do emprego, da massa salarial e mesmo da participação da remuneração do trabalho no total

da renda- o que implicou uma maior importância do mercado interno para as taxas de crescimento do PIB (p. 56).

Em suma, o governo apesar de seguir de início medidas adotadas no governo anterior, com manutenção das metas do superávit primário e de inflação, câmbio flutuante, acrescenta-se a isso a manutenção dos juros altos e limitação dos gastos principalmente nos dois primeiros anos, não se limitou a permanecer neste modelo.

A partir de 2004, o crescimento do PIB passa a ser impulsionado por políticas internas do governo e promove ao mesmo tempo que o crescimento do PIB, melhora nos indicadores do desemprego, conforme Filgueiras (2010), além do crescimento do emprego, promovam também crescimento da massa salarial e melhora dos rendimentos dos salários, distribuição de renda.

O segundo governo Lula, a partir do ano 2007, será melhor abordado no próximo capítulo onde serão analisadas as principais políticas adotadas durante a crise de 2008 e o desempenho econômico e do mercado de trabalho, antes, durante e após a crise, com as políticas de inspiração keynesiana sendo adotadas.

3 IMPACTO DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL BRASILEIRO 2008/2011

Com a crise de 2008 o Brasil e o mundo passam pelo teste sobre quais medidas adotar diante do cenário de turbulência. Foi observado até aqui que as políticas econômicas que atendem aos princípios liberais, no Brasil, não foram eficazes em manter o crescimento econômico e principalmente manter o processo de estruturação do mercado de trabalho nas melhores condições, conforme observado para os anos iniciais da década de 1980 e pelo período 1990-2003.

Nesse sentido, o presente capítulo apresenta de forma breve os impactos da crise de 2008 sobre PIB, desemprego e balança comercial, para o Brasil e alguns países selecionados, bem como a evolução desses indicadores desde 2002. Acrescenta-se para o caso brasileiro a análise das políticas adotadas pelo governo durante a crise e seus impactos sobre o mercado de trabalho.

Aqui, repetimos a pergunta feita na introdução desse trabalho, quais políticas econômicas podem ter contribuído para os resultados positivos na economia brasileira e no mercado de trabalho?

Sabe-se que com a eclosão da grande crise econômica de 2008, as economias de mercado entraram numa fase de descenso do ciclo. Quando as principais economias entraram em desaceleração, estagnação e/ou recessão econômicas, os governos sempre têm pelo menos dois caminhos a seguir, podem adotar políticas pró-cíclicas ou anticíclicas. Nas seções seguintes serão apresentadas as políticas econômicas adotadas pelo governo brasileiro e o seu impacto no mercado de trabalho no período 2008-2011.

3.1 A crise de 2008, impactos no PIB, desemprego e Balança Comercial do Brasil e países selecionados

A crise de 2008, considerada uma das maiores crises no sistema capitalista, reflete o processo de financeirização das economias no capitalismo contemporâneo. Com o problema propagado da esfera financeira para a esfera produtiva, através, principalmente, da falência do banco de investimento estadunidense Lehman Brothers, as implicações no mercado financeiro internacional foram sentidas no mundo. Houve redução de liquidez e do crédito pelas empresas financeiras. “Em efeito dominó [...] instituições financeiras quebraram, através de um processo

também conhecido como ‘crise dos subprimes¹⁴’, que teve como epicentro o mercado imobiliário norte americano” (MOTA, 2013, p.7).

Essa crise trouxe consequências para o Brasil e para o mundo e reverteu o período de certa estabilidade do crescimento econômico mundial, principalmente no ano de 2009 onde os efeitos se propagou com mais força nas economias de mercado.

Em 15 de setembro de 2008 o mercado financeiro mundial parou. A quebra do banco de investimento norte-americano Lehman Brothers naquela data agravou a restrição de liquidez no mercado financeiro internacional e gerou uma onda de desconfiança em torno da solvência do sistema bancário mundial. Concentrando nossa análise sobre o impacto da crise no Brasil, a quebra do Lehman Brothers marcou a entrada da economia brasileira na crise financeira internacional, porque, até aquele momento, o país tinha sido pouco atingido pelos efeitos da chamada crise *subprime* nos Estados Unidos (BARBOSA; SOUZA, 2010, p.84, grifo do autor)

Na tabela 12, observa-se a evolução da taxa de crescimento do PIB brasileiro e de países selecionados. Com os dados constata-se que de 2002 a 2007 todas as economias dos países selecionados apresentavam taxas positivas de crescimento econômico. Em 2007, ano em que a crise já dava seus primeiros sinais, países como a Rússia e Brasil apresentavam taxas percentuais de crescimento do PIB de, aproximadamente, 8% e 6%, respectivamente. Os demais países obtinham crescimentos menores.

No ano de 2008, a partir de setembro, com a crise deflagrada mundialmente, várias instituições financeiras ao redor do mundo são afetadas, com isso, o que é iniciado na esfera financeira é propagado para a esfera produtiva da economia.

¹⁴ Considerados empréstimos de alto risco em razão dos tomadores não possuírem boa avaliação frente as vantagens em juros, por exemplo, concedidas por parte dos emprestadores.

Tabela 12 – PIB (%) – países selecionados

Ano	Alemanha	Canadá	França	Itália	Japão	Grã-Bretanha	Estados Unidos	Brasil	Rússia
2002	0,70	3,32	1,30	1,07	3,42	2,05	3,18	3,01	4,74
2003	0,17	1,74	0,99	0,32	3,05	2,29	4,22	1,16	7,30
2004	1,25	2,90	2,22	1,45	1,77	2,67	3,50	5,73	7,18
2005	1,66	2,90	1,52	0,51	3,64	2,05	3,22	3,23	6,38
2006	2,82	2,22	2,39	2,57	2,41	2,82	2,89	3,96	8,15
2007	1,75	2,74	2,02	1,10	1,76	2,77	2,53	6,06	8,54
2008	-1,68	-0,54	-0,68	-2,26	-3,40	-1,69	-0,69	5,10	5,25
2009	-3,73	-0,93	-0,09	-2,86	-1,99	-1,62	0,26	-0,17	-7,82
2010	3,42	3,23	1,47	1,25	2,39	1,72	2,52	7,57	4,50
2011	1,94	2,19	2,09	-0,46	-0,64	0,87	2,05	4,00	4,26

Fonte: Ipeadata (2018). Elaboração própria.

Mazzucchelli (2008, p.57), analisando os possíveis impactos da crise de 2008, afirma: “A profundidade da crise que assola parte significativa do sistema financeiro mundial provocará, certamente, impactos sobre a evolução dos agregados econômicos reais (produção, investimento, emprego, etc)”. Ao analisar os dados sobre o crescimento econômico, da Tabela 12, e de mercado de trabalho, Tabela 13 (p. 58), verifica-se que a autor acertou no seu prognóstico.

Nessa perspectiva, já em 2008 o PIB de vários países tem taxas percentuais negativas, porém, o Brasil apresenta taxa de crescimento naquele ano de 5,1%. Esse resultado mostra que havia estabilidade no crescimento econômico brasileiro e a crise não o atinge tão de imediato. No ano 2009, com a permanência negativa do crescimento mundial, o Brasil registra para o PIB uma queda de 0,17%. Contudo, considerando os países selecionados, exceto os EUA que tem uma pequena recuperação do PIB para aquele ano, o Brasil e a França foram os países que apresentaram a menor queda do produto.

Para o ano de 2010, dos países selecionados o Brasil foi o país que apresentou a recuperação mais vigorosa com a expansão do produto atingindo 7,6%. O país que mais se aproximou desse resultado foi a Rússia, com 4,5%.

Considerando o desempenho dessas economias entre o ano da crise, 2008, e os três anos subsequentes, verifica-se que o Brasil foi o país que apresentou a maior média de crescimento do PIB com 4,1%, contra 1,5% da Rússia, 1,04% para os EUA, 0,99% do Canadá,

e 0,70% da França. Alemanha, Itália, Japão e Grã-Bretanha apresentaram taxas médias negativas.

Diante desse desempenho positivo da economia brasileira a pergunta que surge é: quais políticas contribuíram para a expansão econômica do Brasil no período 2008-2011?

De acordo com os dados, verifica-se que a economia mundial passou por um período de queda do produto, ciclo de descenso, enquanto o Brasil conseguiu manter certa estabilidade com uma pequena queda do produto em 2009 e uma forte recuperação já em 2010. No que se refere às taxas de desemprego, o Brasil também apresentou um desempenho positivo para um período de forte crise da economia mundial. No tópico seguinte serão apresentados os dados referentes à taxa de desemprego.

3.1.1 Crise, queda do fluxo de comércio exterior e o aumento das taxas de desemprego nas economias capitalistas

Um dos problemas que merecem atenção, com a queda no crescimento econômico mundial em decorrência da crise, são as questões sociais. Nesse sentido, a crise de 2008, “Além de ser a crise econômica mais severa enfrentada pelas economias capitalistas, desde 1929, é também uma crise social que [...] elevou o número de desempregados de cerca de 20 milhões para 50 milhões ao fim de 2009” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p.51).

Analisando a evolução do desemprego nos países selecionados, Tabela 13, de 2002 a 2008, as maiores taxas de desemprego ao ano eram registradas na Alemanha e no Brasil. Em 2005 a taxa de desemprego da França, com média aproximada de 9%, fica também entre as maiores, superando a taxa de desemprego do Brasil de 9,8%.

Tabela 13 – Desemprego (%)- países selecionados

Data	Canadá	França	Itália	Japão	Estados Unidos	Alemanha	Grã-Bretanha	Brasil	Rússia
2002	7,6	9,0	9,0	5,4	5,8	9,8	5,2	11,7	8,0
2003	7,6	9,5	8,7	5,3	6,0	10,5	5,0	12,3	8,2
2004	7,3	9,8	8,0	4,7	5,5	10,6	4,7	11,5	7,7
2005	6,8	9,9	7,7	4,4	5,1	11,6	4,8	9,8	7,1
2006	6,3	9,1	6,9	4,1	4,6	10,8	5,4	10,0	7,0
2007	6,0	8,1	6,0	3,9	4,6	9,0	5,4	9,3	6,0
2008	6,1	7,7	6,7	4,0	5,8	7,8	5,6	7,9	6,2
2009	8,3	9,4	7,7	5,1	9,3	8,1	7,5	8,1	8,2
2010	8,0	10	8,5	5,1	9,6	7,7	7,9	6,7	7,3
2011	7,5	9,7	8,4	4,9	9,0	7,0	8,0	6,0	6,5

Fonte: Ipeadata (2018). Elaboração própria.

Em 2008, exceto a França, Alemanha e Brasil, países que no decorrer da década, conforme mencionado acima registravam as maiores taxas de desemprego, todos os demais países considerados passam a ter determinado aumento na taxa de desemprego. Em 2009, o problema é agravado, todos os países têm suas taxas de desemprego aumentadas. O destaque de aumento na taxa de desemprego, entre 2008 e 2009, é os Estados Unidos que quase duplicou a taxa de desemprego, passando de 5,8% para 9,3%.

Em 2010, ano em que se verifica a recuperação do PIB (Tabela 12, p.56), entre os nove países selecionados a taxa de desemprego brasileira é a segunda menor, superior apenas a taxa de desemprego do Japão, 5,1%, país característico por baixas taxas de desemprego e ampla estabilidade nos empregos. Concomitante, o Brasil registra a sua menor taxa de desemprego dos últimos 12 anos, taxa de 6,7%.

Diante da magnitude da crise, dúvida em relação aos seus impactos surgiram, conforme expressa Moretto e Proni (2011, p.20), “Quando a crise econômica internacional se manifestou com força, em setembro de 2008, ninguém sabia ao certo qual seria o impacto sobre a economia brasileira, quanto tempo duraria a depressão e quando haveria a recuperação da confiança dos agentes econômicos”, conclui-se que a taxa de desemprego situado em 6,7% e o crescimento do PIB em 7,57% além de superar as expectativas revelam que o Brasil conseguiu não somente retomar o crescimento em 2010, mas possibilitou a recuperação da crise sem maiores impactos no mercado de trabalho, através de políticas de manutenção da demanda na economia.

Ao contrário de muitos países desenvolvidos, onde o combate ao desemprego envolveu esquemas de subsídios às empresas para reduzir temporariamente a jornada de trabalho de parcela dos empregados e garantir a continuidade no emprego, no Brasil esse tipo de política não foi adotado. De fato, o governo brasileiro não seguiu o receituário ortodoxo. A estratégia de enfrentamento da crise privilegiou a manutenção da demanda, garantindo o nível da atividade produtiva e do emprego (MORETTO; PRONI, 2011, p. 32).

Assim, analisando os dados dos países selecionados, constata-se que o Brasil resistiu a fase de descenso do ciclo da economia mundial que trazia consigo a elevação das taxas de desemprego.

Com relação ao comércio exterior, a balança comercial dos países sofrem com a significativa redução da demanda externa e, diferente do que aconteceu com o desemprego, onde os maiores impactos são sentidos no ano 2009, no ano de 2008 já é perceptível a redução significativa nos saldos da balança comercial para os países selecionados, conforme Tabela 14.

Tabela 14 - Balança Comercial (U\$\$ bilhões)

Ano	Alemanha	Canadá	França	Itália	Grã-Bretanha	Estados Unidos	Japão	Brasil	Rússia
2002	90,1	32,9	25,0	9,4	-49,1	-426,5	53,4	12,0	37,2
2003	91,8	34,0	20,1	7,1	-49,2	-503,7	71,2	23,7	48,9
2004	142,1	45,0	13,2	10,5	-64,6	-619,2	91,1	32,5	72,4
2005	144,8	45,4	-9,1	-2,0	-66,2	-721,2	64,4	43,4	104,6
2006	159,1	35,2	-19,4	-16,2	-66,5	-771,0	54,8	45,1	126,0
2007	228,7	31,0	-34,4	-7,9	-79,5	-718,5	73,7	38,5	112,1
2008	224,2	26,6	-51,2	-18,9	-85,3	-723,1	9,4	23,8	153,4
2009	168,8	-20,1	-38,4	-14,3	-55,1	-395,4	18,5	25,0	91,0
2010	177,6	-30,7	-49,8	-41,8	-66,5	-512,7	65,7	18,5	123,1
2011	183,7	-21,5	-73,3	-35,7	-42,0	-580,0	-53,6	27,6	162,6

Fonte: Ipeadata (2018). Elaboração própria.

Exceto a Rússia, todos os demais países têm piora no saldo da balança comercial do ano 2007 para o ano 2008. A Rússia é também o único país que, com saldo positivo, consegue superar o saldo comercial do ano anterior à crise, 2007, isto no ano 2011. De 112,1 bilhões em saldo comercial no ano 2007, a Rússia, após apresentar queda de 2007 a 2009, consegue registrar 162,6 bilhões em saldo comercial no ano 2011.

No caso do Brasil, com queda no saldo comercial a partir de 2007 e recuperação pequena do saldo em 2009, ano onde registrou queda no crescimento do PIB e aumento do desemprego, registra o menor crescimento no saldo do período no ano 2010, ano em que já havia uma recuperação do crescimento do PIB com taxa de crescimento de aproximadamente 7%.

Logo, apesar de permanecer com saldo da balança comercial positivo durante todo o período de 2002 a 2011, pelo momento de crescimento do comércio internacional no período e principalmente pelo crescimento da China, grande parceira comercial do país, que será brevemente analisada sobre o indicador do crescimento do PIB, mais a frente, a recuperação no saldo comercial não foi tão significativa quanto a melhora nos indicadores PIB e desemprego.

Conforme os indicadores destacados, o Brasil teve bom desempenho durante a crise à medida que houve uma tentativa de reversão do processo cíclico que iniciava. As medidas adotadas pelos governos antes e durante a crise se tornaram, nesse sentido, de fundamental importância para reversão do quadro que começava a se agravar após setembro daquele ano. Assim, em alguns países, Conforme Mazzucchelli (2008),

O credo liberal e a panacéia dos mercados ‘eficientes’ ou ‘auto-regulados’ foram sumariamente abandonados e o Estado assumiu, com maior [...] ou menor [...] grau de acerto, a responsabilidade pela defesa das instituições financeiras, pela provisão da liquidez, pela garantia integral dos depósitos, pela redução das taxas de juros básicas e pela tentativa de evitar o aprofundamento da contração do crédito. (p. 59).

Nesse sentido, conforme Fang, Yang e Meyan (2009), o governo chinês foi um dos países que também utilizou de medidas que pudessem reverter os impactos decorrentes da crise de 2008. As medidas internas adotadas pelo governo tiveram como objetivo a manutenção do crescimento.

Para isso o governo reverte a política que havia sido adotada anos antes, cujo objetivo era conter a inflação. “Antes da crise financeira global, o principal alvo da política macroeconômica chinesa era conter a inflação” (FANG; YANG; MEYAN, 2009, p.108) e direciona os esforços de política fiscal e monetária para manutenção do crescimento do PIB.

Com a propagação e o aprofundamento da crise financeira, o BPC¹⁵ aliviou a política monetária e propôs explicitamente uma política monetária moderadamente flexível. O banco ajustou a orientação, a prioridade e a

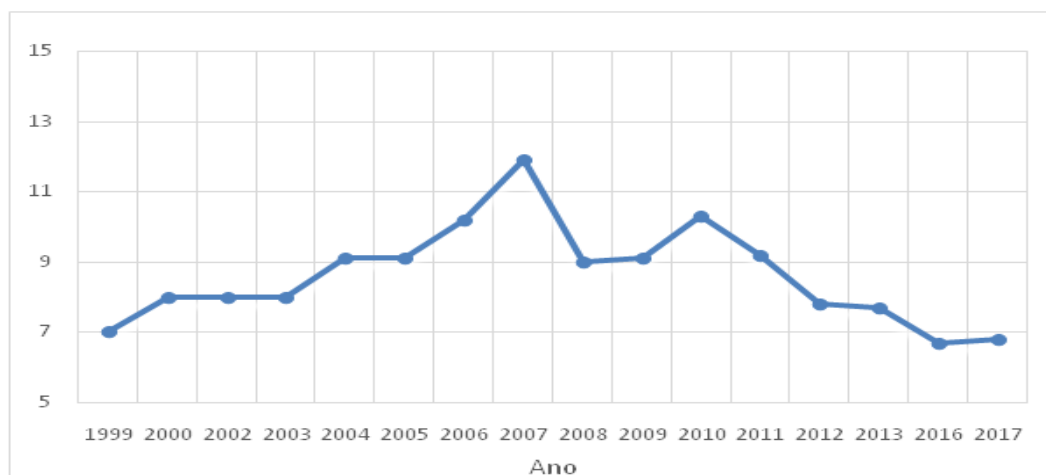
¹⁵ Banco Popular da China

intensidade da política monetária em tempo oportuno e de acordo com o objetivo macroeconômico, mantendo o crescimento econômico estável e relativamente rápido, por meio de diferentes instrumentos, incluindo injeções de recursos, empréstimos e taxas de juros (FANG; YANG; MEYAN, 2009, p.110)

Na China uma das marcas da economia é a forte intervenção do governo e as medidas adotadas na crise certamente evitaram uma queda do PIB nos padrões do que aconteceu na maioria dos países observados.

No gráfico abaixo é possível verificar o crescimento do PIB da China de 1999 a 2017. A economia chinesa também sofreu uma desaceleração em 2008, saindo de 11,9% de crescimento do PIB para 9,0% em 2009 e chega em 2010 a 10,3%.

Gráfico 2 – Produto Interno Bruto – PIB – China (Taxa de crescimento real - %)



Fonte: Indexmundi (2018).

Ao contrário do que aconteceu no Brasil e Na China, por exemplo, com o governo atuando no sentido de reversão do ciclo, Mota (2013) traz como exemplo países da Europa que preferiram optar pelo caminho das medidas que buscam diminuir a participação do Estado, nesse caso, o aspecto que se tem pelo lado econômico e social é totalmente oposto ao descrito na situação acima. Na Europa:

[...] os sistemas de proteção social e redução das desigualdades estão sendo desmantelados em virtude da aplicação das medidas de austeridade para conter o endividamento do Estado que, por sua vez, foi gerado pelas políticas de auxílio ao sistema financeiro. O Fundo Monetário Internacional (FMI) aplica agora aos países europeus o receituário que a América Latina experimentou nas décadas de 1980 e 1990. Em poucas palavras, o Consenso de Washington desembarcou no continente europeu (MOTA, 2013, p. 61)

Nessa perspectiva, a adoção de políticas anticíclicas no Brasil, ao invés do receituário do consenso de Washington adotado em países europeus mostram como as medidas, por parte dos governos, durante as crises influenciam a mudança nas expectativas dos agentes econômicos e, conseqüentemente, na efetivação da demanda da economia.

Esta seção se deteve na observação e análise de alguns indicadores econômicos do Brasil, como o PIB, a taxa de desemprego e a balança comercial e também na análise desses dados para alguns países de importância e influencia internacional. Não foi realizado estudo aprofundado sobre estes países, mas, para fins de simplificação, o objetivo de tal comparação foi mostrar como o Brasil conseguiu alcançar, nos anos estudados, relativa estabilidade macroeconômica com políticas sociais que melhoraram as condições de vida da população, sustentando, inclusive, taxa de crescimento do PIB ao ano superior ao de países desenvolvidos e em desenvolvimento, inclusive no momento da crise.

Na próxima seção será realizada breve exposição do tipo de política adotada nos momentos das crises que favorecem a reversão do quadro recessivo, as políticas anticíclicas. O estudo direcionado para a adoção dessas políticas especificando-as, no caso brasileiro, será abordado na seção 3.4.

3.2 Políticas Anticíclicas

Conforme descrito na seção anterior, o Brasil foi um dos casos onde a crise econômica de 2008 teve impacto reduzido e de forma rápida. Aproximadamente um ano após a crise os dados mostram que o Brasil já havia recuperado seu crescimento e diminuído significativamente a taxa de desemprego, se comparado as taxas registradas durante toda a década.

O ciclo iniciado com a crise decorreu de um processo que atualmente tem sido cada vez mais curto no sistema capitalista, as fases de alta e baixa na produção econômica. Sabe-se que a economia capitalista passa constantemente por períodos cíclicos. Conforme Prebisch (1962) “[...] o ciclo é a forma característica de crescimento da economia capitalista [...]”, portanto, medidas que visem atenuar o período de descenso podem reduzir os impactos do baixo crescimento econômico sobre a demanda agregada da economia e, conseqüentemente, sobre as taxas de emprego, principalmente nos países periféricos.

Os ciclos podem assim ser considerados como as flutuações na atividade produtiva da economia, e de acordo ao tipo de país e a dependência que se tem do exterior, cada baixa no ciclo pode ser fatal para o desenvolvimento deste. Logo, quanto mais as políticas macroeconômicas colaboram para a reversão do ciclo ruim, mais cedo poderá o país ter uma recuperação, e menos punidos serão os seus agentes, principalmente com a retomada no emprego. Afirma Prebish (1962, p.79):

Se, tendo objetivos sociais em mente, a questão é elevar ao máximo a renda real, não podem faltar considerações anticíclicas num programa de desenvolvimento econômico. A propagação das flutuações cíclicas dos grandes centros para a periferia latino-americana implica perdas consideráveis de receita. Se fosse possível evitar essas perdas, o problema da formação de capital se tornaria menos difícil.

A política anticíclica, nesse sentido, pode ser entendida como política que visa amenizar os problemas decorrentes da propagação cíclica no capitalismo. Se a política anticíclica é responsável por uma mudança na trajetória do ciclo, ela deve, como foi o caso do Brasil a partir de 2008, atenuar os problemas decorrentes de uma recessão, ou, se esse fosse o intuito do governo, limitar um ciclo ascendente, direcionando-o para um período de crescimento econômico mais estável, por exemplo.

Prebish (1962) aborda as políticas anticíclicas que podem ser adotadas em países periféricos como o Brasil, numa perspectiva de desenvolvimento econômico e manutenção de taxas de emprego.

A política anticíclica assim o exige, para que o país possa satisfazer suas necessidades correntes de maneira estável e manter o máximo de emprego, apesar das exportações flutuantes. Justamente as indústrias e atividades que atendem a essas necessidades são as que nossos países podem implantar com menos dificuldade, graças a um mercado que se amplia cada vez mais, à medida que o incremento da produtividade vai aumentando o consumo. Alcançando esse objetivo, o país estaria em condições de suportar os tempos adversos, sem prejuízo de seu consumo corrente e de seu emprego. Para isso, não é preciso forçar a criação de indústrias de capital. Se o grau de desenvolvimento industrial, destreza técnica e acumulação de poupança levar o país a isso espontaneamente, sem dúvida será muito animadora essa comprovação de maturidade (PREBISH,1962, p.135)

Portanto, numa abordagem keynesiana, “[...] as implicações de política econômica apontam ao Estado um papel anticíclico, onde é atribuído ao gasto, sobretudo o déficit do governo o instrumento capaz de reverter cenários de desemprego, presente nas economias de mercado” (CORREIA; OREIRO, 2006, p. 1). Para isso, várias medidas adotadas pelo governo

podem desempenhar o papel anticíclico em momentos de desaceleração econômica, tanto políticas macroeconômicas, que atuam sobre a demanda agregada, quanto políticas microeconômicas, que trabalhariam na perspectiva dos indivíduos e empresas.

Nos momentos recessivos, a arrecadação fiscal dos governos tende a cair, nas palavras de Bosignoli (2016, p.2) alguns governos podem “Como resposta [...] aumentar a arrecadação com aumento da carga tributária, desestimulando a atividade produtiva, aprofundando ainda mais a crise da economia ” e reduzir gastos, promovendo assim um ajuste fiscal. Nesse caso, as medidas seriam pró-cíclicas, levariam a uma permanência do ciclo recessivo, pois com o aumento da carga tributária haveria retirada de renda que poderia ser aplicada pelos agentes, a isso se seguiria “[...] diminuição do consumo, aumento dos estoques, diminuição dos níveis de produção, altas taxas de desemprego” (BOSIGNOLI, 2016, p.7)

Outra política que contribuiria para a acentuação dos problemas decorrentes da baixa no ciclo econômico seria a adoção pelo governo de uma política monetária restritiva, com aumento das taxas reais de juros, redução do crédito e, conseqüentemente, do consumo e investimento.

Como exemplo do quadro de ajuste fiscal e política monetária restritiva, no Brasil do século XX, Bosignoli (2016) aponta o governo FHC, onde tanto se buscou aumento da arrecadação com privatizações, por exemplo, quanto pelo lado da despesa associado a “[...]um esforço no enxugamento do orçamento, com medidas como arrocho salarial de servidores e rescisão de contratos de fornecimento bens e serviço ao Estado” (BOSIGNOLI, 2016, p.12). Quadro que desestimulou o investimento e estimulou o aumento do desemprego no período. Questões que no governo de FHC (1995-2002) não eram primordiais como estratégias de política econômica, nem tampouco vistas como de responsabilidade do Estado.

Desse modo, durante o governo FHC, de acordo com o que foi apresentado no segundo capítulo deste trabalho, a adoção de políticas macroeconômicas de caráter recessivo levou a elevação das taxas de desemprego que salta de 4,6% em 1995 para 7,6% em 1999 (Tabela 8, p. 46), crescimento das contratações sem registro em carteira e dos trabalhadores por conta própria ao mesmo tempo que caía a formalização do trabalho (Tabela 7, p. 45). Vale destacar que o governo FHC manteve a política macroeconômica nos marcos do Consenso de Washington até o ano de 2002, ano este que a taxa de desemprego alcançou 11,7% (IPEA, 2018).

Ao adotar medidas que visem atenuar o ciclo recessivo, por outro lado, Bosignoli (2016) alerta que o aumento da arrecadação pode se dar concomitante ao aumento do consumo. Nesse caso, o governo “Pode optar por financiar um choque no consumo, consumindo

diretamente da produção, como fez o governo brasileiro que comprou o excedente da produção cafeeira no convênio de Taubaté de 1906” (BOSIGNOLI, 2016, p. 13)

Pode também, “[...] optar por investir diretamente na atividade produtiva, assumindo o papel empreendedor, principalmente em áreas com utilização intensiva de mão de obra ou de infra-estrutura, que possuem os melhores multiplicadores de renda ” (BOSIGNOLI, 2016, p. 14)

No incentivo produtivo, o governo pode atuar por meio da concessão de linhas de crédito bancário subsidiadas tanto para pessoa física quanto a pessoa jurídica, por exemplo, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- Pronaf e TJLP (taxa de juros de longo prazo do BNDES).

Outras medidas são a concessão de benefícios fiscais, para instalação de empresas em determinados locais e também o estímulo às exportações. Através da desvalorização cambial, os produtos exportados se tornam competitivos, “[...] exportadores com produtos competitivos podem favorecer a reversão da crise, gerando renda com efeito multiplicador para economia ” (BOSIGNOLI, 2016, p. 19)

As medidas anticíclicas mostradas acima podem ser tomadas pelos governos de acordo aos problemas verificados em cada ciclo. Nos exemplos citados, percebe-se a importância da atuação do governo para que determinada política reverta um processo cíclico e, principalmente, com o aumento dos gastos articulados com distribuição de renda favoreçam que a parcela mais pobre da população não sofra os maiores impactos nas crises.

A partir da crise de 2008, não por acaso, medidas anticíclicas foram adotadas no Brasil para conter o efeito recessivo mundial. No tópico seguinte, 3.4, as medidas adotadas pelo governo durante a crise serão discriminadas. Nesse contexto, o objetivo da seção é mostrar o impacto das políticas macroeconômicas durante a crise e nos anos imediatamente posteriores a crise, na economia e no mercado de trabalho brasileiro.

3.3 Impactos das políticas anticíclicas no mercado de trabalho brasileiro durante a crise econômica

Abordou-se no início desse capítulo sobre a crise de 2008 e seus impactos em alguns países selecionados, pelos aspectos PIB, desemprego e balança comercial. Aqui o foco são os impactos da crise no Brasil, em especial no mercado de trabalho. Nesse sentido, os pontos centrais de impacto inicial da crise se deram no “Enxugamento do crédito internacional, da redução dos preços das *commodities*, da queda das exportações em razão da redução da

demanda internacional, da maior ou menor presença das firmas transnacionais em seus territórios [...] das expectativas negativas geradas pela crise” (CARLEIAL, 2010, p.148-149, grifo do autor).

Antes de discriminar as medidas adotadas pelo governo brasileiro durante a crise, para reversão dos seus impactos, é de suma importância destacar brevemente o cenário anterior a crise. Conforme Barbosa e Souza (2010), ao longo do governo Lula houve:

[...] retomada do papel do Estado no estímulo ao desenvolvimento e no planejamento de longo prazo. [...] A aceleração do desenvolvimento econômico e social foi alcançada com manutenção da estabilidade macroeconômica, ou seja, com controle da inflação, redução do endividamento do setor público e diminuição da vulnerabilidade das contas externas do país diante de choques internacionais (BARBOSA; SOUZA, 2010, p.57)

Nesse contexto, as políticas adotadas durante a década não dificultavam o crescimento econômico e favorecia a melhoria das condições de vida da população. O investimento produtivo era incentivado por políticas do governo, o desemprego registrava taxas decrescentes, cresceu o emprego formal, a renda média do trabalho principal obteve valorização real, e houve, também, valorização do salário mínimo e, conseqüentemente, aumento da renda da população, principalmente nas de classes de rendimento menores. Além dos programas de transferências de renda que propiciava que famílias de baixa renda pudessem consumir. Conforme Sicsú (2013),

O crescimento de 2003-2006 decorreu da política de valorização do salário mínimo e da ampliação do crédito para as famílias e as empresas; no segundo mandato [...], o consumo e os investimentos público e privado foram os principais fatores que consolidaram a trajetória de crescimento. (SICSÚ, 2013, p.27)

Portanto, ao se deparar com a crise em 2008, a economia já possuía um pilar de sustentação, além de vontade política e/ou interesses políticos para reversão rápida do quadro, diferentemente do que havia acontecido nas crises da década de 1980 e, principalmente, por todo a década de 1990.

O mercado de trabalho no Brasil, ao longo da primeira década do ano 2000 se modifica, tanto referente a posição na ocupação, quanto na participação da população entre as classes de rendimento. As taxas de desemprego caíram durante a década, mas não somente isso, ao se reduzir o desemprego aumentou, por outro lado, a participação da população com carteira de trabalho assinada no mercado de trabalho.

Na tabela 15, a partir dos dados da estrutura ocupacional obtidos do IBGE, percebe-se que para as pessoas com idade de 10 anos de idade ou mais, a medida que o desemprego aberto ia diminuindo no Brasil, ao longo da primeira década do século XX, havia um aumento na participação desses empregados como empregados com carteira de trabalho assinada em relação aos demais ocupados no mercado de trabalho.

Para os empregados domésticos, com e sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores para o próprio uso ou consumo, empregador e demais empregados assalariados, até 2007 havia relativa estabilidade no percentual de crescimento dessas ocupações.

Para o trabalhador por conta própria, diferente dos demais, à medida que crescia o percentual de assalariado com carteira assinada, havia um decréscimo nessa ocupação. O que permite inferir que parte dos que entravam no mercado de trabalho formal, com a melhora no emprego, saíam dessa posição de ocupação. O número de trabalhadores sem rendimentos (não remunerado) também caiu de forma significativa, saindo de 7,4% da PEA para 3,4%.

Tabela 15 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência - %

Posição na ocupação no trabalho principal	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011
Empregado - com carteira de trabalho Assinada	29,3	29,9	30,3	30,9	31,6	33,1	34,5	34,9	38,8
Demais empregados*	24,9	24,5	24,8	24,0	24,3	24,1	24,1	23,6	22,1
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	2,0	2,1	2,0	2,0	2,1	2,0	1,9	2,2	2,2
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	5,8	5,6	5,7	5,6	5,5	5,4	5,2	5,6	4,9
Empregador	4,2	4,2	4,1	4,2	4,4	3,8	4,5	4,3	3,4
Conta própria	22,3	22,4	22,0	21,6	21,2	21,2	20,2	20,5	21,0
Trabalhador para o próprio uso ou consumo	4,2	4,3	4,2	4,7	4,7	4,5	4,5	4,2	4,1
Não remunerado	7,4	7,1	7,0	6,9	6,1	5,9	5,0	4,7	3,4

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2018). Elaboração própria

*militar e serviço público estatutário e outros empregados sem carteira de trabalho assinada

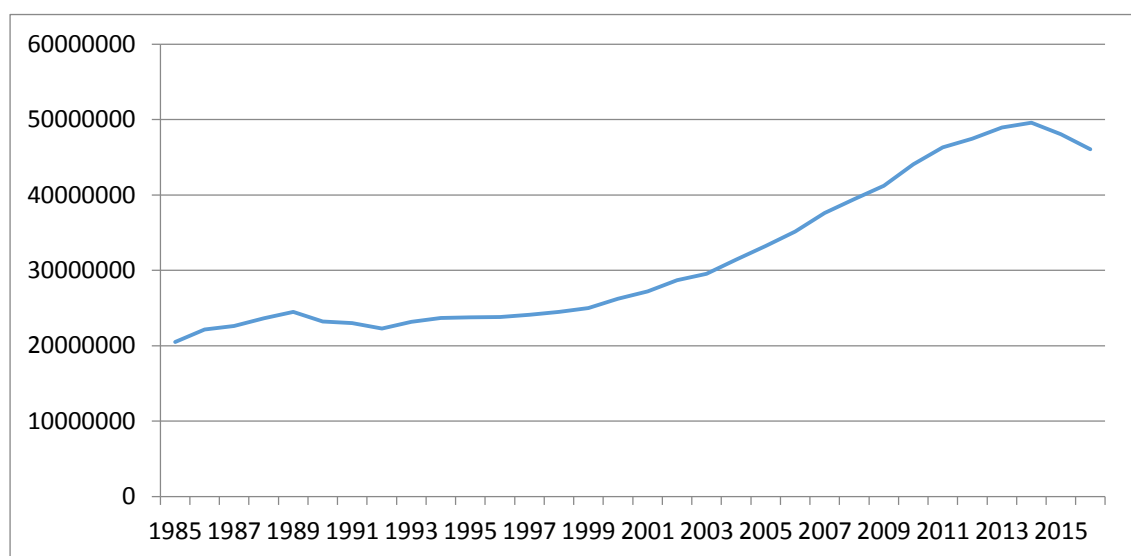
Durante a crise a situação dos empregados formais, que normalmente tende a piorar, com aumento das taxas de desemprego, se manteve crescendo e inclusive melhorou o percentual

de participação após o ano de 2009. O percentual de empregados com carteira de trabalho assinada aumenta de 34,9%, em 2008, para 38,8%, em 2011.

Por outro lado, as ocupações por conta própria e empregados domésticos sem carteira de trabalho assinada, no ano 2009, tem pequeno crescimento nas taxas percentuais, permanecendo assim alguns anos após esse período. Porém, no conjunto, diante do quadro de certa estabilidade no emprego, com redução da informalidade, antes e durante a crise, percebe-se que a queda no PIB em 2009 pouco impactou na estrutura ocupacional brasileira, e também na taxa de desemprego, levando-se em consideração a magnitude da crise.

No gráfico 3, a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais- Rais, pode-se verificar a evolução e crescimento do emprego formal no Brasil, de 1985 a 2016, com destaque para o período posterior ao ano 2003, início do primeiro governo Lula.

Gráfico 3 - Brasil - Número de empregos formais, 1985 a 2016



Fonte: Rais (2018).

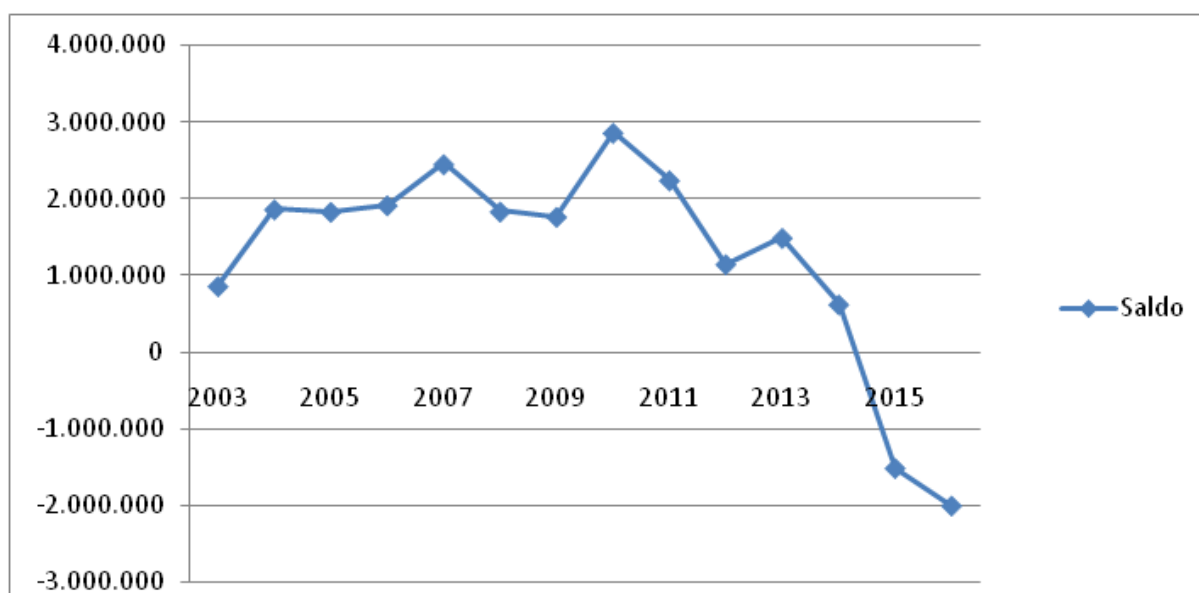
Mesmo durante a crise de 2008, com todos os problemas mencionados, o emprego formal permanece crescendo, claro que as medidas adotadas pelo governo, conforme discutido anteriormente, possibilitaram que fosse possível tal crescimento.

O saldo entre admissões e demissões pode comprovar como o quadro do mercado de trabalho ao longo da década evoluiu e conseguiu se estruturar de forma a absorver formalmente os entrantes na PEA e, também, absorver pequena parcela dos que se encontravam desocupados. Portanto, o desemprego não se constituía, nesse caso, como um problema que foi agravado

durante a crise, isso aumentava a confiança em encontrar nova vaga apesar do aumento na taxa de desemprego no ano 2009 que é revertida na sequência.

Conforme abordado na seção 2.3, para o período de 2000 a 2007 o saldo de emprego entre admissões e demissões no período era crescente (CAGED, 2018). Aqui, Gráfico 4, pelos dados da Rais (2018) percebe-se a mesma tendência de crescimento, acrescenta-se a informação de 2007 a 2009, onde há uma pequena queda no saldo em razão da crise, mas que é recuperada no ano seguinte. O saldo do emprego formal tem crescimento de 2009 para 2010, alcançando aproximadamente 3 milhões de vagas em 2010, momento em que a taxa de desemprego no Brasil cai para 6,7%, conforme apresentado anteriormente.

Gráfico 4 - Brasil – Saldo de empregos formais, 2003 a 2016



Fonte: Rais (2018)

Diante da tabela acima, percebe-se que o aumento do emprego formal foi uma característica marcante do governo Lula e diante da maior formalização houve também uma melhora nos rendimentos do trabalho.

Conforme Kalecki (1977), o processo de crescimento econômico com aumento do emprego leva a uma melhora nas condições e poder de reivindicação do trabalhador, com melhor distribuição de renda em favor dos salários.

De 2004 a 2010, onde houve crescimento do PIB, exceção 2009, a renda média de praticamente todos os trabalhadores que compunham a estrutura ocupacional teve crescimento (Tabela 16) a exceção foram os trabalhadores por conta própria e empregadores que a partir de

2008 sofre com os impactos da crise e tem redução no valor médio nos anos 2008 e 2009, mas recupera o valor médio do ano 2007 no ano de 2011.

Nesse sentido, na tabela 16 verifica-se o crescimento real da renda média no Brasil. De 2004 a 2011, percebe-se que os que ocupavam os postos com menores rendimentos médios em 2004 foram os que obtiveram maior incremento percentual absoluto no rendimento médio de 2004 para 2011. No caso, os empregados domésticos com e sem carteira de trabalho assinada. Para os que obtiveram menor incremento na renda de 2004 a 2011, estão os empregados com carteira de trabalho assinada, na sequência vem os empregadores.

Portanto, o maior aumento de rendimento médio real para os ocupados com menores salários possibilitou que estes tivessem melhorias salariais com a política de valorização do salário mínimo. Mesmo durante a crise econômica iniciada em 2008, houve manutenção nos empregos, aumento na formalização dos trabalhos e, conforme os dados apresentados, também distribuição de renda em favor da população ocupada nas diversas posições da estrutura ocupacional, mas principalmente a população com menores rendimentos, o que sustentou o consumo e a demanda agregada no ápice da crise aqui no Brasil.

Tabela 16 – Evolução do rendimento real médio, segundo posições na ocupação (2004-2011)

Posição na ocupação	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	Variação* % 2004 a 2011
Empregados com carteira	1086,2	1121,5	1172,5	1194,3	1206,5	1235,9	1294,9	19
Empregados sem carteira	606,6	645,3	670,1	702,3	722,8	761,7	837,5	38
Domésticos com carteira	502,5	538	579,9	601,1	614	658,3	692,6	38
Domésticos sem carteira	298,7	310	331,8	350,2	359,7	374,4	430,4	44
Trabalhador por conta-própria	845,8	857,5	906,1	1012,8	977,2	980,7	1191,6	41
Empregadores	3188,7	3280	3600,3	3507,3	3438,4	3447,5	3923,2	23

Fonte: Ansiliero, Costanzi e Guimaraes (2013, p. 71).

* Elaboração própria a partir dos demais dados da tabela.

Outro fator de distribuição de renda é o Programa Bolsa família, com distribuição de renda para as classes mais pobres da população. Na Tabela 17, através de dados como: quantidade da população beneficiária do Bolsa Família, percentual da renda média que

corresponde o benefício do Bolsa Família e também relação percentual com o PIB, mostra-se que houve aumento considerável na quantidade de brasileiros incluídos no programa desde 2001, passando de 9,7 para 41,2 milhões de pessoas. Em termos percentuais, 22,2% da população brasileira recebia transferência de renda direta pelo Bolsa Família em 2009.

Como proporção do PIB e também da renda média dos brasileiros, o número que representa o Bolsa Família ainda é ínfimo. Na renda média a participação subiu de 0,1% para 0,7%, 2001 a 2009, respectivamente. Quanto à participação no PIB, o percentual de 0,3% em 2005 cresce para apenas 0,4%, quatro anos depois.

Tabela 17 – Tamanho do PBF*

Ano	1999	2001	2003	2005	2007	2009
Tamanho (em pessoas)						
População brasileira (milhões)	159,4	166,4	171,6	180,1	182,4	185,1
Indivíduos beneficiários PBF (milhões)		9,7	27,4	31	33,1	41,2
Porcentagem da população brasileira com PBF		5,8%	16,0%	17,2%	18,1%	22,2%
Tamanho (% renda nacional)						
Renda média dos brasileiros (PNAD) (R\$ 2009)	505	512	482	523	587	632
Participação do PBF na renda dos brasileiros		0,1%	0,3%	0,5%	0,6%	0,7%
Gasto com PBF (bilhões de R\$ 2009) (RA)				8,077	10,112	12,462
PIB (em bilhões de R\$ 2009)	2269	2398	2490	2716	2995	3143
PBF/PIB		n.d. ²	n.d. ²	0,3%	0,3%	0,4%

Fonte: Soares, Souza e Osório et. al. (2010, p. 34)

*Notas: Para o período entre 1999 e 2003, programas de transferência de renda do governo FHC. n.d.² é o mesmo que não disponível.

Os dados da tabela mostram que o maior avanço do Bolsa família se deu principalmente no aumento do percentual da população beneficiada. Porém, mesmo correspondendo a um percentual pequeno do PIB e da renda média dos brasileiros, o fato do número de benefícios permanecer crescendo com a crise, no caso a evolução de 2007 para 2009, mostra que a distribuição de renda através desse programa atuou, também, como medida anticíclica no período da crise e permitiu que milhões de pessoas não pressionassem as taxas de desemprego, na situação de ausência do programa.

Na seção seguinte serão analisadas em conjunto os dados expostos até aqui e as demais políticas adotadas durante a crise de 2008, políticas anticíclicas que contribuíram para que a economia brasileira não entrasse no ciclo recessivo e com ele viesse a deterioração dos indicadores do mercado de trabalho e os sociais em geral, como aconteceu com diversos outros países no decorrer da crise, exposto no início do capítulo.

3.4 Políticas anticíclicas no Brasil na Crise de 2008

Os impactos iniciais da crise de 2008 aqui no Brasil decorreram da redução do crédito externo, queda nos preços das *commodities* e redução da demanda externa que impactou principalmente o setor exportador da economia. Mas não somente ele foi afetado. Conforme Barbosa e Souza (2010)

A combinação da depreciação cambial com a restrição de liquidez e a queda da demanda internacional por produtos brasileiros derrubou os índices de confiança dos empresários e dos consumidores, provocando uma redução da demanda doméstica. O crescimento do consumo desacelerou e o investimento caiu, uma vez que a maioria das empresas adiou ou simplesmente cancelou suas despesas de capital diante do quadro econômico bastante incerto (BARBOSA; SOUZA, 2010, p.85)

Com a confiança abalada, conforme Keynes (1996), a demanda efetiva da economia se torna limitada, os investimentos caem, pois estes dependem da efetivação da demanda e o conjunto de expectativas ruins levam a problemas econômicos e sociais, conforme foi o caso da desaceleração do consumo e queda no investimento como resultado da crise.

Para evitar o contágio da crise, Barbosa e Souza (2010) argumenta que o governo adota medidas emergenciais durante a crise e também ações estruturais. Essas ações se dão nas várias áreas de políticas macroeconômicas, mas também no aspecto microeconômico. Com um parecer otimista da situação¹⁶, o governo evita que a situação de expectativas piore.

Como ações emergenciais, há uma intensificação de políticas que já vinham sendo adotadas, por exemplo, aumento da rede de proteção social, com isso tem intensificação de medidas assistenciais ao desempregado e também de geração de renda por parte das transferências de renda, que permanecem crescendo mesmo com a crise (BARBOSA; SOUZA, 2010).

¹⁶ Ao comparar os efeitos da crise de 2008 no Brasil com o que vinha acontecendo nos Estados Unidos, Lula diz que se chegasse ao país a crise não passaria de uma “marolinha”.

No quadro 1, são apresentadas algumas medidas que visavam se contrapor a fase descendente do ciclo e assegurar a manutenção dos aumentos salariais, expansão do investimento público e incentivo ao investimento privado por meio das políticas monetária, fiscal e creditícia expansionista.

O investimento privado, que vinha desacelerando com a crise é fortemente estimulado pelas desonerações e créditos concedidos, principalmente pelo BNDES, além da redução das taxas de juros nos depósitos compulsórios. Complementar a isso, as desonerações programadas no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e Programa de Desenvolvimento Produtivo -PDP, e a reestruturação dos salários e do efetivo do serviço público puderam melhorar as expectativas dos agentes (BARBOSA; SOUZA, 2010).

Essas medidas, conjuntamente, levaram a melhora significativa nos indicadores econômicos e sociais do país a partir do ano 2010.

Quadro 1 - Medidas anticíclicas no Brasil- crise 2008

Política adotada	Política	Resultados
Fiscal	Isenção/Redução do Imposto sobre Produção Industrial (IPI)- linha branca, automóveis, construção civil. Operações Financeiras (IOF)- operações de crédito, investimentos estrangeiros. Reformulação das alíquotas do imposto de renda (elevação do teto de recolhimento, criação de novas faixas, 7,5% e 22,5%).	Barateamento do crédito e sustentação do consumo doméstico. Estímulo à produção industrial e insumos da construção civil. Tendência de aumento das vendas de carros nacionais e das vendas de veículos, motos e autopeças. Realização de acordos para a manutenção dos empregos nas empresas desses setores.
Emprego e Renda	Política de valorização do Salário Mínimo. Concessão de parcelas extras do seguro-desemprego. Criação de planos de qualificação. Ampliação da cobertura do Programa bolsa-família.	Sustentação da renda doméstica. Promoção do emprego formal. Incentivo ao consumo doméstico. Impedimento de demissões em massa por parte das empresas.
Monetária	Redução do recolhimento compulsório. Redução da taxa básica de juros.	Provimento de liquidez. Impedimento a crises e falências de instituições financeiras.
Creditícia	Incremento da carteira de empréstimos do BNDES. Antecipação dos recursos para o crédito agrícola (Banco do Brasil- BB). Linha de crédito ao consumo (Caixa Econômica Federal- CEF)	Aumento das vendas como um todo a partir de novembro de 2008. No setor agropecuário, a produção de máquinas agrícolas, em 2009, foi inferior à produção mensal de 2008, exceto em dezembro. A diminuição da procura mundial por produtos agrícolas e a queda dos preços das <i>commodities</i> levaram a recuperação mais lenta deste setor. Incentivo geral ao consumo, especialmente nos setores que seriam os mais atingidos pela crise.
Cambial	Leilões de dólares, swaps; adiantamento de contratos de câmbio.	Medidas iniciais para conter a desvalorização do câmbio. Provimento de moeda estrangeira. Incentivo à manutenção do capital estrangeiro no país.

Fonte: Garcia et al. (2013, p. 6)

A política fiscal adotada pelo governo durante a crise, conforme se verifica acima, que desonerou a renda das famílias com redução de tributos e revisão do Imposto de Renda Pessoa Física-IRPF, permitiu o aumento da produção e do consumo, um dos grandes impulsionadores da retomada no crescimento. “A economia brasileira recuperou-se rapidamente da crise devido à recuperação do setor externo e ao crescimento do consumo das famílias de 4,4% em 2009, auge da crise no Brasil ” (PINTO; TEIXEIRA, 2012, p.927). Como resultado, a arrecadação do governo caiu, mas o impacto seria maior, caso as medidas adotadas fossem diferentes.

Uma política voltada à retirada de renda no momento de crise, tanto das pessoas físicas quanto jurídicas, tenderiam a acentuar o problema cíclico (BOSIGNOLI, 2016). Haveria piora nas expectativas, redução do consumo, do investimento, queda acentuada do PIB e aumento do desemprego. Porém, a iniciativa tomada foi a de adotar políticas fiscal, monetária e creditícia que estimularam o consumo, por meio da redução de tributos e expansão do crédito produtivo. Medidas essas consideradas importantes na redução da demanda tanto nas políticas de crescimento keynesiana quanto kaleckiana.

Na tabela 18, verifica-se que as desonerações como incentivo à produção corresponderam a 0,4% do PIB em 2009, e foram realizadas principalmente com foco no IRPF e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Esse percentual se assemelha também ao percentual com os benefícios do Programa Bolsa Família em 2009.

Tabela 18 – Medidas de Desoneração e Aumento dos Gastos Fiscais no Brasil em 2009 – Desonerações

Medidas fiscais em 2009	Em R\$ bilhões
IRPF	4,9
IPI	5,8
IOF- crédito ao consumidor	2,5
Cofins das motocicletas	0,2
Regime Especial de Tributação (RET)	0,2
Total Geral	13,6
Total: 0,4 % do PIB em 2009	

Fonte: Oliva (2010, p. 180)

Os incentivos por parte do governo se deram também no aumento dos repasses ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), como forma de evitar que políticas contracíclicas fossem adotadas por parte destes; aumento das parcelas do seguro desemprego; Programa “Minha Casa, Minha Vida”, lançado pelo governo no ano de 2009, e ampliação dos investimentos (BARBOSA; SOUZA, 2010).

Como medida de amparo ao desempregado, as parcelas do seguro desemprego foram ampliadas. As pessoas desempregadas tinham uma segurança maior, com essa assistência a pressão do desemprego também diminuía. No caso do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, além de aquecer o setor da construção civil, essa medida tendia a resolver um problema estrutural do país, a deficiência de habitação popular.

Na tabela 19 são apresentados os dados referentes aos gastos fiscais em Fundo de Participação dos Municípios- FPM, e outras medidas mencionadas como seguro desemprego,

“Minha Casa, Minha Vida” e ampliação de investimentos e o percentual do PIB que eles representaram em 2009, no Brasil.

Tabela 19: Aumento dos Gastos Fiscais

Previstos 2009	Em R\$ bilhões
Compensação de FPM	2,0
Aumento do Seguro Desemprego	0,4
Programa Minha Casa Minha Vida	6,0
Ampliação dos Investimentos	9,0
Total Geral	17,4
	Total: 0,6 % do PIB em 2009

Fonte: Oliva (2010, p. 180)

Os maiores incentivos foram dados ao programa Minha Casa Minha Vida e Ampliação dos investimentos, 9 bilhões e 6 bilhões, respectivamente para o ano 2009. Nesse sentido, as medidas anticíclicas adotadas e citadas possibilitara aquecer a produção no ano 2009. No mesmo período, a queda apresentada do PIB no Brasil foi de 0,17%, queda que seria maior não fosse a contribuição gerada a partir dos incentivos pelas políticas adotadas que no ano 2009 corresponderam a 1,2% do PIB.

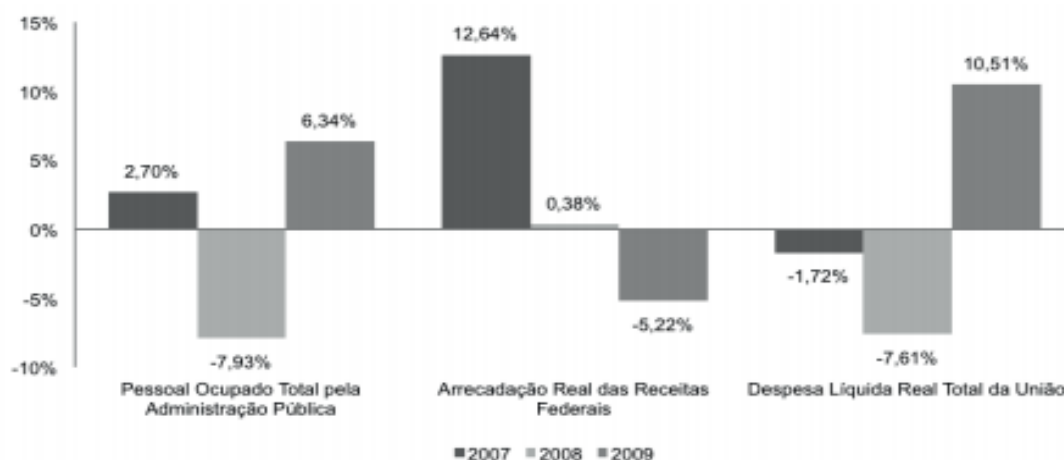
Tabela 20 – Total Geral

Resumo das Políticas	% do PIB
Redução de Impostos	0,4
Aumento nos Investimentos e Gastos do Governo	0,6
Equalização de Taxas de Juros e Outros	0,2
Total (somente em 2009)	1,2

Fonte: Oliva (2010, p. 181)

Ao mesmo tempo em que reduzia tributos e aumentava investimentos, dentre outras medidas mencionadas, houve também elevação das ocupações pela administração pública no ano 2009, superando, inclusive, o aumento verificado no ano 2007, anterior a crise (Gráfico 5). A despesa do governo, que havia registrado variação percentual negativa nos anos 2007 e 2008, alcança um crescimento de 10,51% no ápice da crise aqui no Brasil.

Gráfico 5: Taxa de crescimento de indicadores fiscais do Governo 2007 e 2009



Fonte: Almeida, Almeida e Ribeiro (2016, p. 67)

Assim, de forma explícita o governo federal adotou uma política fiscal expansionista – política anticíclica - contrária ao ciclo de descenso da economia mundial o que de fato contribuiu para blindar, naquele ano, a economia brasileira dos efeitos mais nefastos da crise que são: o desemprego, o aumento da pobreza e a queda do padrão de vida da população.

A queda na taxa básica de juros também contribuiu relativamente para atingir os objetivos anticíclicos das políticas adotadas. Registrando a média de 6,58% e 5,62% nos anos 2008 e 2009, respectivamente, os juros reais médios do período analisado sustentaram-se numa tendência de queda até 2010, mas comparativamente as taxas de outros países, essas taxas ainda permaneceram elevadas.

Tabela 21 – Juros Reais

(% média anual)											
Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Juros reais (Taxa Selic)	6,64	14,05	8,65	13,36	11,94	7,42	6,58	5,62	3,85	5,12	2,65

Fonte: Ipeadata (2018). Elaboração própria

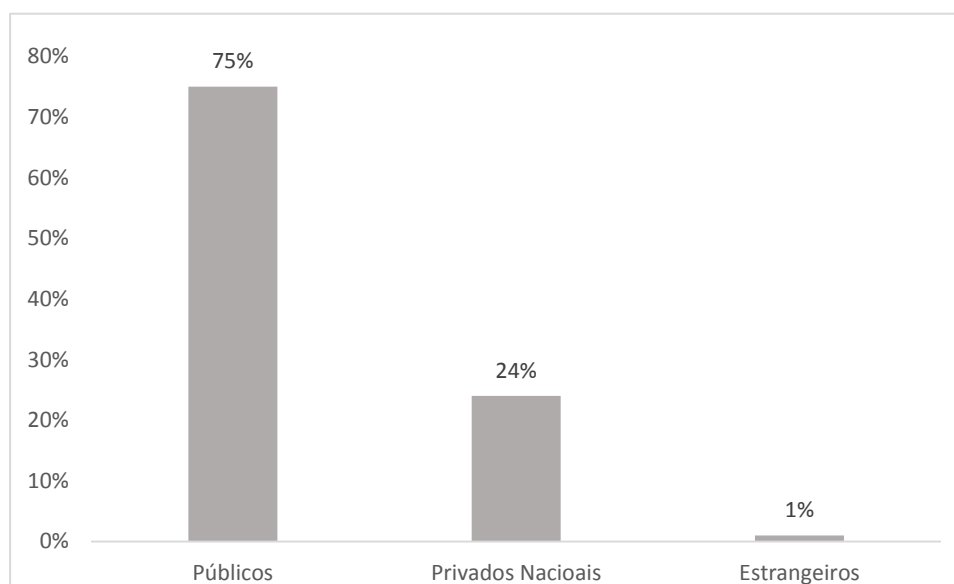
Outra medida adotada pelo governo desde o início da crise em 2008, como forma de evitar o contágio externo das falências e problemas no sistema financeiro, se dá pelas fontes de auxílio ao setor financeiro aqui no Brasil. As medidas de recuperação pelo aumento de liquidez e expansão do crédito se deram principalmente pelos bancos públicos e propiciaram menor

retração e fortalecimento do crédito nacional, como alternativa aos problemas decorrentes da retração externa.

[...] em 2009, observou-se retomada do processo de crescimento, com a elevação de 15,2% no saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), equivalente a 45% do Produto Interno Bruto (PIB). Esse processo foi, em grande parte, decorrente de medidas anticíclicas adotadas pelo governo federal no intuito de mitigar os efeitos da crise. No que diz respeito à atuação do Banco Central do Brasil (BCB), a estratégia adotada envolveu essencialmente o provimento de liquidez, no intuito de restabelecer a funcionalidade dos mercados. Em 2009, notou-se expansão acentuada (29,1%) do crédito direcionado e aumento da participação dos bancos públicos no total de crédito do SFN, que passou de 36,3% em 2008 para 41,5% em 2009 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009)

Nesse sentido, com a grande dependência do capital estrangeiro, a crise financeira mostra a dificuldade de aumento de concessão de crédito, empréstimos e financiamentos pelo sistema financeiro nacional, por parte dos bancos privados. Na crise, apesar dos incentivos e ampliação da liquidez, para atenuar a redução do crédito externo, os bancos públicos foram os que mais atuaram para que a economia não desacelerasse mais.

Gráfico 6 – Participação Relativa dos Bancos Públicos, Privados Nacionais e Estrangeiros no Aumento do Crédito – out 2008/dez 2009



Fonte: Oliva (2010, p. 183)

Todas as medidas anticíclicas destacadas visavam que os componentes da demanda agregada da economia como, consumo privado, investimentos e gasto do governo gerassem um choque de produção e consumo e, desta forma, atuaram também na geração e distribuição de

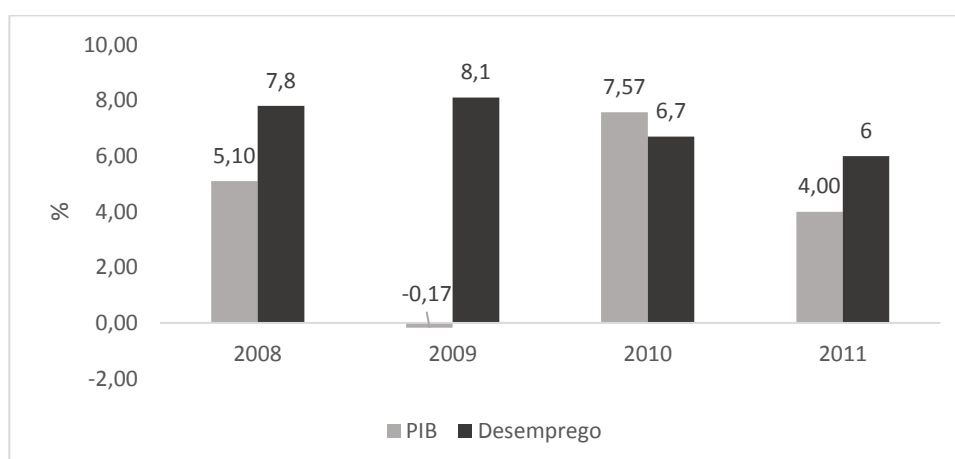
renda. “[...] as medidas “[...] foram centradas em desonerações fiscais, manutenção/ampliação dos gastos de governo, ampliação dos recursos voltados para o seguro desemprego, medidas especiais para setores estratégicos em dificuldades [...]” (CARLEIAL, 2010, p.149).

Considerando-se a importância do crescimento do PIB na manutenção das taxas de emprego, as políticas adotadas ao possibilitar a retomada do crescimento possibilitaram também que o mercado de trabalho e a parcela mais pobre da população, maior percentual, não somente contribuísse para a retomada, mas, principalmente, não sofressem os danos causados caso medidas restritivas fossem adotadas.

Além de ter sofrido tardiamente os efeitos da crise, o Brasil é um dos primeiros a ter recuperação. No último trimestre de 2009 já haviam sinais de recuperação do PIB e redução do desemprego. Em 2010 as taxas do PIB e desemprego foram 7,57% e 6,7%, respectivamente. Isso infere que há uma elasticidade produto-ocupação significativa no caso do Brasil e também elasticidade produto-emprego, pois durante a primeira década de 2000 à medida que o PIB crescia, evoluía de forma crescente também o emprego formal.

No gráfico 7, abaixo, é possível verificar as taxas de desemprego e PIB do Brasil que já foram analisadas no início do capítulo, mas que contribuem também para a análise da elasticidade produto por posição na ocupação realizada na sequência, entre os anos 2007 e 2011.

Gráfico 7 – PIB e Desemprego



Fonte: Ipeadata (2018)- PIB, Ipea (2018)- desemprego. Elaboração própria.

Ao considerar a elasticidade produto-ocupação entre empregos com carteira de trabalho assinada e sem carteira de trabalho assinada, percebe-se que com o crescimento médio do PIB se mantendo em 2007 e 2011 e as taxas de desemprego sendo reduzidas, na média, o

resultado da elasticidade é condizente com o que foi observado referente a evolução positiva da formalização do trabalho.

A medida que as taxas do PIB aumentam, mais empregados com carteira de trabalho assinada são absorvidos, ou seja, há criação de vagas. Na tabela abaixo percebe-se que para os dois casos de empregos com carteira assinada a elasticidade produto-emprego foi maior que para as ocupações sem carteira de trabalho assinada. 1,23% e 0,73%, respectivamente, para emprego com carteira em estabelecimento e emprego com carteira em estabelecimento familiar, de 2007 a 2011. O que corresponde a uma dinâmica maior na criação de empregos desse tipo nos períodos de crescimento econômico.

No caso dos empregados sem carteira de trabalho assinada, a medida que o produto mantinha crescimento médio alto entre 2007 e 2011 a elasticidade desses dois tipos de trabalho foi negativa. Diferente da situação dos empregos com carteira de trabalho assinada, as ocupações sem carteira de trabalho assinada diminuíram nesse período de crescimento econômico, ainda que de forma tímida. O que é um dado bom para o país.

Para os empregados em estabelecimentos e para os empregados em domicílio familiar, com e sem carteira, há uma variação significativa. Enquanto que no primeiro caso a elasticidade-ocupação é de 0,61%, no segundo caso, empregos em domicílio familiar, a elasticidade é de apenas 0,2%. Nesse sentido, quanto maior o PIB, maiores serão os empregos em estabelecimento e com carteira de trabalho assinada.

No geral, do período analisado, a elasticidade produto emprego foi maior que a elasticidade produto ocupação para as posições na ocupação analisadas.

Tabela 22 – Elasticidade ocupação- produto (2007/2011)

Posição na ocupação	2007	2011	2007/11	Elasticidade ocupação-produto
	Ocupação %	Ocupação %	var. % a.a.	
Emprego em estabelecimento com carteira de trabalho assinada	51,23	57,00	5,5	1,23
Emprego sem carteira de trabalho assinada	37,32	32,54	-1,1	-0,24
Total de empregados em estabelecimento	88,55	89,54	2,8	0,61
Empregada doméstica com carteira de trabalho assinada	3,11	3,21	3,3	0,73
Empregada doméstica sem carteira de trabalho assinada	8,34	7,25	-1,1	-0,25
Total emprego em domicílio familiar	11,45	10,46	0,1	0,02
Total de trabalhadores assalariados	100,00	100,00	2,5	0,54

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ipeadata (2018), PIB, e Pnad (2018), estrutura ocupacional.

Diante do que foi exposto, as políticas anticíclicas adotadas durante a crise econômica mundial de 2008- fiscal, com aumento dos gastos e redução na arrecadação; monetária, com a queda na taxa de juros reais, TJLP, e fortalecimento do crédito para consumo e produção, principalmente por parte dos bancos públicos nacionais e também as políticas de emprego e renda- impactaram positivamente na retomada do crescimento econômico.

Os incentivos dados pelo governo como percentual do PIB em 2009, diante da magnitude da crise, apesar de pequenos, podem ser tomados como de suma importância principalmente em razão dos objetivos das políticas adotadas, que geraram um efeito multiplicador na economia, melhorando as expectativas dos agentes econômicos e dinamizando as taxas de investimento e consumo.

Conforme analisado, acima, o crescimento do produto possibilita a geração de emprego. Portanto, a tese difundida que para crescer com emprego uma economia precisa reduzir os custos com trabalho, mostram-se infundadas frente aos dados apresentados.

O Brasil durante toda a primeira década dos anos 2000 alcançou taxas de crescimento do PIB com aumento da formalização do trabalho. Além disso, os rendimentos médios reais se mantiveram crescentes de 2004 a 2011 para praticamente todos os ocupados da estrutura ocupacional brasileira não agrícola. As únicas reduções se deram no momento da crise, para empregados por conta própria e empregadores.

As políticas de valorização do salário mínimo, manutenção de rendimentos médios reais, redução do desemprego e formalização do trabalho complementadas com programas de transferências de renda, já criava condições desde o início da década para que o PIB do Brasil crescesse e crescesse com redução das desigualdades.

No cenário de crise, o governo optou por adotar as medidas que de fato permitiram que o Brasil sentisse pouco os efeitos da grande crise econômica de 2008. A expansão decorrente foi também geradora de confiança quanto a importância de um estado interventor, que possibilita desenvolvimento econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados e, em especial dos anos de 1990-2002 e 2003-2011, verificou-se que o comportamento dos indicadores econômicos e também do mercado de trabalho brasileiro apresentaram diferenças significativas principalmente no que se refere as taxas de crescimento do PIB e as taxas de desemprego.

As políticas macroeconômicas adotadas pelos governos durante toda a década de 1990 e início dos anos 2000 foram diferentes das políticas adotadas a partir do ano 2003. No primeiro caso, 1990-2002, onde na maior parte do tempo esteve à frente do governo o então presidente Fernando Henrique Cardoso, o modelo de política adotada foi de cunho (neo)liberal e de acordo as medidas do Consenso de Washington, nesse sentido a participação do Estado na economia era mínima, a política fiscal era restritiva com gastos do governo limitados; na monetária as taxa de juros se mantiveram elevadas, além disso houve liberalização do comércio, desregulamentação do mercado interno, controle da inflação, liberalização conforme a defendida por Friedman, Hayec, dentre outros, que resultaram no aumento da informalidade e precarização do mercado de trabalho.

De 2003 a 2011, principalmente após 2005, sob o comando do então presidente Lula, há uma mudança nas políticas macroeconômicas, e de políticas restritivas ao crescimento econômico o governo adota medidas de crescimento onde a demanda interna da economia passa a ser o fator determinante.

Em 2008, a adoção de políticas anticíclicas diante da crise proporciona que o país além de sofrer tardiamente os impactos da crise, permaneça crescendo, alcançando taxa superior do PIB à que havia sido registrada em 2007.

As políticas anticíclicas, políticas essas com foco em reverter o quadro recessivo, diferente do que era dotado no governo anterior, se deram principalmente, conforme Garcia et al. (2013) nos campos:

- 1) Fiscal: isenção/redução de tributos; reformulação das alíquotas do Imposto de Renda Pessoa Física; aumento dos gastos;
- 2) Emprego e Renda: principalmente através da valorização do salário mínimo; ampliação das parcelas do seguro desemprego; transferências de renda por meio do Bolsa Família, inclusive com aumento de participação percentual no PIB referente ao valor de 2008 para 2009 com manutenção da expansão quanto percentual da população, que atinge 22% aproximadamente no ano 2009;
- 3) Monetária: redução no compulsório; redução gradual nas taxas de juros reais;

- 4) Creditícia: por meio de empréstimos e créditos pelos bancos públicos, BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal. Os bancos públicos diante da crise financeira internacional, tem participação significativa pelas medidas adotadas em comparação com bancos privados e estrangeiros;
- 5) Por fim, a cambial, através de medidas como swap cambial, dentre outros, interferindo os movimentos bruscos sobre a taxa de cambio.

Além dessas, outras medidas foram adotadas, inclusive de acordo as políticas keynesiana de expectativas, o governo atuou no início da crise informando que se o país fosse afetado, não haveria grandes prejuízos.

Diante dos cenários observados, 1990-2002 e 2003-2011, percebe-se que enquanto de 1990-2002 cada mudança no cenário internacional impactava fortemente sobre a economia, no segundo caso, a crise de 2008, considerada uma das maiores do capitalismo contemporâneo, o Brasil aparece para o mundo como uma país que adotou as políticas econômicas adequadas.

O PIB, um ano após a crise, alcança 7% de crescimento. Portanto a maior dinâmica interna da economia, que possibilitou desde 2005 que o consumo determinasse o crescimento, motivadas por políticas e vontade política do governo, foram de suma importância para reversão do quadro que se verificava no período anterior.

Apesar do momento bom do comércio internacional, que possibilitou desde o início da década melhora nos saldos comerciais, o governo não se limitou somente nessa política, a comercial. Atuou por meio das demais políticas, principalmente a fiscal e de emprego e renda a partir do ano 2008 para superação do quadro recessivo, ao invés de utilizar de políticas que poderia agravá-las.

Referente ao mercado de trabalho, nos anos 1990-2002 o foco foi a estabilidade da moeda e em reduzir drasticamente a participação do estado na economia onde este se auto ajustaria, associado ao argumento de que os custos com salários e baixa produtividade dos trabalhadores dificultavam a redução do desemprego.

Nesse sentido, diante do crescimento do PIB por período na média de 2% ao ano e com desemprego crescente a partir de 1995 (a taxa de desemprego em 2012 foi de 11,7%), com a investigação verificou-se que as políticas que inibiam o crescimento do produto impediam principalmente que o desemprego fosse reduzido e no caso da produtividade do trabalho, as empresas com maiores produtividades representaram as empresas que menos empregavam no período, contestando o argumento apresentado de que menores salários resolveriam o problema do desemprego e que a atuação do governo também seria prejudicial a economia e ao emprego.

Além disso, para as políticas de cunho (neo) liberal adotadas na época que pregavam que o desemprego é uma questão de voluntariedade, as pessoas ficam desempregadas porque não aceitavam salários menores que o salário fixado pelo governo, enquanto o desemprego aumentava outros indicadores para o mercado de trabalho iam se deteriorando, aumentava a informalidade e a precariedade do trabalho.

A partir de 2005, com as políticas de incentivo a demanda, consumo, investimento, distribuição de renda em favor dos salários, o PIB crescendo, o saldo de empregos formais também crescendo, cresce a população com carteira de trabalho assinada, tem-se uma redução nos empregos informais, conseqüentemente, cresce também a renda média do trabalho e as condições de vida da população muda. A insegurança diante da recessão se torna passageira naquele momento.

Na crise de 2008, enquanto vários países sentiam fortemente os impactos no mercado de trabalho, principalmente pelas políticas pró-cíclicas adotadas, o Brasil tem pequeno aumento na taxa de desemprego, contudo, tem saldo positivo na geração de novos postos de trabalho, 1 milhão e 800 mil novas vagas (RAIS, 2018), aproximadamente, entre 2008 e 2009, e renda média em ascensão. Respectivamente, apresentava renda média real de R\$ 1206,50 e R\$1235,90, 2008 e 2009 (ANSILIERO; COSTANZI; GUIMARAES, 2013).

Em 2010 a taxa de desemprego registrada pelo país é de 6% aproximadamente. Dos nove países considerados na análise, o Brasil fica com a segunda menor taxa de desemprego, superior apenas a taxa de desemprego do Japão, um país com histórico de baixo desemprego, além disso, registra a menor taxa de desemprego dos últimos 12 anos para o país.

Vale ressaltar: enquanto os problemas decorrentes da crise abalavam o mundo pelos aspectos PIB, desemprego e balança comercial, por exemplo, a expectativa provocada pelo governo, os incentivos, a realização da demanda, as políticas anticíclicas possibilitavam ao Brasil sair da crise mais fortalecido do que anterior a ela.

O quadro de mudança nas políticas verificado após 2005 e principalmente durante a crise, mostra que é possível desde que assim queira, sair do período recessivo, ou nem entrar nele, diminuído assim os impactos sobre a população que sofre continuamente e são os mais penalizados durante as crises, que na maioria das vezes parte de interesses escusos de governos que se aproveitam das medidas políticas para favorecer determinados grupos de interesses, conforme alerta Sayad (1981).

Na perspectiva do questionamento que norteou o trabalho, quanto as políticas econômicas que podem ter contribuído para os resultados positivos na economia brasileira e no

mercado de trabalho na crise de 2008, a hipótese levantada é confirmada, as políticas anticíclicas adotadas pelo governo Lula (2008-2010) e manutenção delas no governo Dilma (2011) permitiram ao país manter a expansão da economia com geração de emprego, redução da taxa de desemprego, elevação da renda média do trabalho principal e expansão da formalização do emprego.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo Paiva. A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil. 2. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

ALMEIDA, Lucas Milanez de Lima; ALMEIDA, Aléssio Tony Cavalcanti de; RIBEIRO, Nelson Rosas; Aspectos micro-analíticos da crise econômica de 2008-2009: evidências para os municípios brasileiros. Salvador: Nexos. v. 10, n. 2, jul.- dez. 2016

AMORIM, Dinaldo de. O desemprego no Brasil a partir da década de 1970: uma análise na perspectiva do sistema-mundo. Florianópolis: UFSC, 2005.

ANSILIERO, Graziela; COSTANZI, Rogério Nagamine; GUIMARÃES, Leonardo José Rolim. Possibilidades e limites para a expansão da proteção social pela via contributiva clássica: notas sobre a inclusão previdenciária da população ocupada. In: NERI, Marcelo Cortês; CAMPELLO, Tereza (orgs.) Programa Bolsa Família : uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013.

ARAÚJO, Carlos Roberto Vieira. História Do Pensamento Econômico: uma abordagem introdutória. São Paulo: Atlas, 1998.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Economia Bancária e Crédito**. Brasília, 2009.

BARBOSA, Nelson; SOUZA, José Antônio Pereira de. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: SADER, Emir; GARCIA, Marco Aurélio (orgs.). Brasil, entre o passado e o futuro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Boitempo, 2010.

BECKER, Mariana Linger. Políticas Sociais no Governo Fernando Henrique Cardoso (1995/2002). São Paulo: Unicamp, 2004. 63.p

BENJAMIN, Cesar. Desemprego em Marx, Keynes e nos neoclássicos: descaminhos de um debate atual. São Paulo: Revista Princípios, 2001. Disponível em: <<http://revistaprincipios.com.br/>>.

BOSIGNOLI, Diego Oneto. Análise de políticas anticíclicas com aplicação a economias não emissoras de moeda e aumento de arrecadação do governo: estudo do caso brasileiro do século XX. Brasília: XXI Prêmio Tesouro Nacional, 2016.

BRASIL, Ministério do Planejamento apud HOFFMANN, Helga. Desemprego e subemprego no Brasil. 2 Ed. São Paulo: Ática, 1980 (Ensaio)

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A Crise Financeira Global e depois: Um Novo Capitalismo? São Paulo: Novos Estudos. 2010.

CAGED, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. 2018. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/>> Acesso em maio de 2018.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Subdesenvolvimento e mercado de trabalho: uma análise a partir do pensamento latino-americano. Porto Alegre: Sociologias, ano 12, nº 25, 2010. p. 126-157

CASTRO, Lavinia Barros de. Privatização, Abertura e Desindexação: A Primeira Metade dos Anos 90 (1990-1994). In: GIAMBIAGI, Fabio. VILLELA, André. CASTRO, Lavinia Barros de. HERMANN, Jennifer (orgs.). Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2010. [2. Ed.] Rio de Janeiro: Elsevier, 2011a.

_____. Esperança, Frustração e Aprendizado: A História da Nova República (1985-1989). In: GIAMBIAGI, Fabio. VILLELA, André. CASTRO, Lavinia Barros de. HERMANN, Jennifer (orgs.). Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2010. [2. Ed.] Rio de Janeiro: Elsevier, 2011b.

CORREIA, Fernando Motta; OREIRO, José Luís da Costa. Política Fiscal Anticíclica num modelo macrodinâmico com metas de inflação e sustentabilidade fiscal. In : ANPEC Nacional, Salvador, 2006.

PINTO, Eduardo Costa; TEIXEIRA, Rodrigo Alves. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. Campinas: Economia e Sociedade. v. 21, dez. 2012

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Notas sobre a Evolução do Mercado de Trabalho no Brasil. vol. 25, São Paulo: Revista de Economia Política, 2005.

_____. Trabalho, financeirização e desigualdade. Campinas: Unicamp, 2010.

FANG, Cai. YANG, Du. MEIYAN, Wang. Crise ou oportunidade: resposta da china à crise financeira global. Revista Tempo do Mundo / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – v. 1, n. 1, (dez. 2009). [S.I.]: Ipea, 2009. v. 1 | n. 1 | dez. 2009

FERNANDES, Joseane de Souza; OJIMA, Ricardo; RODARTE, Mario Marcos Sampaio. A remontagem de uma nação? Migração, estruturação e interiorização do mercado de trabalho no Brasil, década de 2000. In: BRAGA, Thaiz; VIDAL, Francisco e NEVES, Laumar (orgs.). **Trabalho em questão**. Salvador: SEI, 2010. 348 p. il. (Série estudos e pesquisas, 86).

FERREIRA, Adriana Nunes; FRACALANZA, Paulo Sérgio. Visões do capitalismo e *rationale* de duas políticas de emprego contemporâneas. v. 15, n. 2. Campinas: Economia e Sociedade, 2006. p. 241-267, ago. 2006.

FILGUEIRAS, Luiz. DRUCK, Graça. Marx e Keynes: Estado e crises do capitalismo. Vol. IV – nº 7, Salvador: Nexos Econômicos – CME-UFBA, 2010.

FILGUEIRAS, Luiz. Modelo Liberal-Periférico e Bloco de Poder: Política e Dinâmica Macroeconômica nos Governos Lula. In: Os anos Lula: Contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

FRIEDMAN, Milton. FRIEDMAN, Rose D. Capitalismo e Liberdade. Artenova. 1977. Disponível em: < <https://www.ufrgs.br/daeca/wp/wp-content/uploads/2009/03/capitalismo-e-liberdade.pdf> > Acesso em: 15-11-2017

GARCIA, M. F.; ARAUJO, E. L.; ARAÚJO, Eliane Cristina de ; CASTILHO, M. L. Emprego, salário e demanda agregada; Análise teórica e evidências empíricas para o Brasil e a Europa (1990/2012). ANAIS do 41º Encontro Nacional de Economia- ANPEC, 2013. In: 41º Encontro Nacional de Economia- ANPEC, 2013. Foz do Iguaçu. 2013.

GEMER, Claus M. Economia monetária ou economia capitalista? Marx e Keynes: Sobre a natureza do capitalismo. **Est. Econ. São Paulo. V. 26 n° Especial. P 51-81.** São Paulo – SP. 1996

GIAMBIAGI, Fabio. Estabilização, Reformas e Desequilíbrios Macroeconômicos: Os Anos FHC (1995-2002). In: GIAMBIAGI, Fabio. VILLELA, André. CASTRO, Lavinia Barros de. HERMANN, Jennifer. Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2010. [2. Ed.] Rio de Janeiro: Elsevier, 2011a.

_____. Rompendo com a ruptura: o governo Lula (2003-2010). In: GIAMBIAGI, Fabio. VILLELA, André. CASTRO, Lavinia Barros de. HERMANN, Jennifer. Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2010. [2. Ed.] Rio de Janeiro: Elsevier, 2011b.

GIAMBIAGI, Fabio; MOREIRA, Maurício Mesquita (orgs.). A economia brasileira nos anos 90.1. ed. – Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

GIAMBIAGI, Fábio; VILLELA, André; VELOSO, Fernando A. Determinantes do “Milagre” Econômico Brasileiro (1968-1973): Uma Análise Empírica. Rio de Janeiro: RBE. Abr-Jun 2008. v. 62 n. 2

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOI, Bruno Bezerra Cavalcanti. A influência de Roberto Campos na Economia Brasileira. Dissertação (Mestrado em História Econômica)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007, p. 211.

HAYEK, Friedrich A. Desemprego e política monetária. São Paulo : Instituto Ludwig von Mises. Brasil, 2011. p.68

HERMANN, Jennifer. Reformas, Endividamento Externo e o “Milagre” Econômico (1964-1973). In: GIAMBIAGI, Fabio. VILLELA, André. CASTRO, Lavinia Barros de. HERMANN, Jennifer (orgs.). Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2010. [2. Ed.] Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

HOFFMANN, Helga. Desemprego e subemprego no Brasil. 2 Ed. São Paulo: Ática, 1980 (Ensaio)

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema de Contas Nacionais – Brasil Referência 2010. Nota Metodológica nº 05 Glossário e Referências (versão para informação e comentários). IBGE. Janeiro de 2015

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: maio de 2018

INDEXMUNDI. 2018. Disponível em <<https://www.indexmundi.com/g/g.aspx?v=66&c=ch&l=pt>>. Acesso: maio de 2018.

IPEADATA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Dados macroeconômicos. Disponível em: <http://www.ipeadata> . Acesso em março de 2018.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Repositório IPEA. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3532/9/cc13_serieshistoricas.xls> Acesso em Maio de 2018.

JOBIM, Jaime Antônio. Michal Kalecki e a economia contemporânea. São Paulo: Revista de Economia Política. Vol 1. Nº 2. abril-junho, 1981.

KALECKI, Michal. Crescimento e ciclo das economias capitalistas. Organização, introdução e tradução de Jorge Miglioni. São Paulo: HUCITEC,1977a.

_____. Ensaio Sobre as Mudanças Cíclicas e a Longo Prazo da Economia Capitalista. Tradução de Paulo de Almeida, Coleção os economistas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1977b

KEYNES, J. Maynard. A Teoria Geral Do Emprego, do Juro e da Moeda. (Tradução de Mário R. da Cruz, Coleção os Economistas) São Paulo: Editora Nova Cultural ,1996.

LIMA, João Heraldo. Salários e Demanda Agregada em Keynes, Kalecki e Marx. Porto Alegre: Ensaio FEE. 1983.

MARX, Karl. O capital [recurso eletrônico]: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo : Boitempo, 2013.

MAZZUCHELLI, Frederico. A crise em perspectiva: 1929 e 2008. São Paulo: Novos Estudos. 2008

MENDONÇA, Sérgio E. A. Perspectivas do Mercado de Trabalho para os Próximos Anos. [S.l.]: IPEA, 22 -nov 2003.

MENEZES FILHO, Naercio et al. A Evolução da Produtividade no Brasil. São Paulo: Insper, Centro de Políticas Públicas Nº 12, Agosto, 2014.

MISES, Ludwig Von. Intervencionismo Uma Análise Econômica. São Paulo : Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010. 160 p.

MORETTO, Amilton J.; PRONI, Marcelo Weishaupt. O Desemprego no Brasil: Análise da Trajetória Recente. Recife: Economia e Desenvolvimento. v. 10, n. 1, 2011

MOTA, Leonardo de Araújo. Capitalismo contemporâneo, desigualdades sociais e a crise de 2008. Blumenau: Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, 2013.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia Política: Uma Introdução Crítica. São Paulo: Cortez, 2006 (biblioteca básica de serviço social; vol.1)

OLIVA, Aloísio. M. As Bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula (2003-2010). Campinas: Unicamp. 2010. (Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia).

PAULANI, Leda Maria. BRAGA, Márcio Bobik. A nova contabilidade social: uma introdução à macroeconomia. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

POCHMANN, M. Velhos e novos problemas do mercado de trabalho no Brasil. Revista Indicadores Econômicos FEE, v.26, n.2, 1998.. Disponível em <https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/1297/1665>. Acesso em: março de 2018

_____. O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. O Emprego na Globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. Brasil: segunda grande transformação no trabalho? Estudos Avançados (USP. Impresso), v. 28, 2014.

POSSAS, Mario Luiz; BALTAR, Paulo E. A. Demanda efetiva e dinâmica em Kalecki. [S.l.]: Pesquisa e Planejamento Econômico, abr. 1981.

PREBISCH, Raul (1949). O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. In: CEPAL, Boletín económico de América Latina, vol. VII, nº 1, Santiago do Chile, 1962.

RAIS, Relação Anual de Informações Sociais. 2018. Disponível em < www.rais.gov.br > Acesso em: maio de 2018.

SAYAD, João. A funcionalidade política da recessão. [S.l.]: Economia Política, vol. 1, nº 4, 1981.

SICSÚ, João. Dez anos que abalaram o Brasil. E o futuro? 1ª Ed. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

SOARES, Marco Antônio Tavares. Trabalho Informal: da funcionalidade à subsunção ao capital. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2008.

SOARES, Sergei; SOUZA, Pedro Herculano G. Ferreira de; OSÓRIO, Rafael Guerreiro et al. Os impactos do benefício do Programa Bolsa Família sobre a desigualdade e a pobreza. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; MODESTO, Lúcia(orgs.). Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios Brasília : Ipea, 2010. 2 v. (366p.)

SOUZA, Frederico Fernandes de. Evolução, desafios e limites das políticas de emprego no Brasil. In: BRAGA, Thaiz; VIDAL, Francisco e NEVES, Laumar (orgs.).

Trabalho em questão. Salvador: SEI, 2010. 348 p. il. (Série estudos e pesquisas, 86).

SOUZA, Júlio César Oliveira de. Crise do Sistema Capitalista e Dívida Externa no Brasil. XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas. Niterói: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica. Agosto de 2017.

VAZ, Flavio Tonelli; MUSSE, Juliano Sander; SANTOS, Rodolfo Fonseca dos (Coords.) 20 anos da Constituição Cidadã: avaliação e desafios da Seguridade Social. Brasília: ANFIP, 2008. 270 p.

VIANNA, Sérgio Besserman; VILLELA, André. O pós-Guerra (1945-1955). In: GIAMBIAGI, Fabio. VILLELA, André. CASTRO, Lavinia Barros de. HERMANN, Jennifer (orgs.). Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2010. [2. Ed.] Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

VILLELA, André. Dos “Anos Dourados” de JK à Crise Não Resolvida (1956-1963) In: GIAMBIAGI, Fabio. VILLELA, André. CASTRO, Lavinia Barros de. HERMANN, Jennifer (orgs.). Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2010. [2. Ed.] Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

WRAY, L. Randall. Trabalho e moeda hoje: a chave para o pleno emprego e a estabilidade dos preços. Tradução José Carlos de Assis, revisão técnica Aloísio Teixeira. Rio de Janeiro: UFRJ/Contraponto, 2003.